



# III Congresso Internacional Mundos Indígenas

Agências, Direitos,  
Patrimônio e História  
Ambiental no Passado e  
no Presente dos Povos  
Indígenas da  
América

2 A 5 DE NOVEMBRO 2021

## Caderno de Programação e Resumos

[coimi.net](http://coimi.net)

REALIZAÇÃO:

APOIO:



Créditos da imagem: Sônia Potiguara.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

Prof. Dr. Antônio Fernandes Filho  
Reitor

Prof. Dr. Mário Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata  
Vice-Reitor

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Mário Eduardo Rangel Moreira Cavalcanti Mata  
Pró-Reitor

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO**

Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro  
Pró-Reitor

**CENTRO DE HUMANIDADES**

Profa. Dra. Fernanda Leal  
Diretora

**UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

Profª. Dra. Marinalva Vilar de Lima  
Coordenadora Administrativa

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Prof. Dr. José Otávio Aguiar  
Coordenador

**III CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS (III COIMI/ON-LINE)**

Profª. Dra. Juciene Ricarte Apolinário  
Coordenadora Geral

Prof. Dr. Edson Kaiapó  
Presidente da Comissão Científica

**EDITORAS DO CADERNO DE PROGRAMAÇÃO E RESUMOS**

Dra. Juciene Ricarte Apolinário  
Beatriz Macedo de Souza  
Jessica Priscila de Melo  
Ananda Clara de Almeida Pereira  
Emelly Alves Farias

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

### **Coordenação Geral**

Juciene Ricarte Apolinário, PPGH-UFCG, Brasil/ Pesquisadora, CHAM – Portugal

### **Comissão Organizadora**

Ángel Cahuapaza Mamani, Associação Latino-Americana de História, Bolívia

Brigitte Thiérion, CREPAL/Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França

Carlos Benítez Trinidad, HISTAGRA – Universidad de Santiago de Compostela

Maria Adelina Amorim, CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Naybe Gutierrez Montoya, UPO/ Sevilha, Espanha

Nestor Daniel Vargas, Universidade de Antioquia, Colombia

Nina Vieira, CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Pablo Ibañez, CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Pascale de Robert, Institut de Recherche et Développement - IRD/Paloc., França

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Presidente: Edson Kayapó, IFBA, Brasil

Almir Diniz de Carvalho Júnior, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Ana Maria Monsalve Cuartas, Pesquisadora colombiana na UNL, Portugal

Ângela Maria Vieira Domingues – Centro de História - Universidade de Lisboa, Portugal

Ângelo Adriano Faria de Assis, UFV, Brasil

Brigitte Thiérion, CREPAL/Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França

Casé Angatu Xukuru Tupinambá, UESC, Brasil

Cristina Brito, CHAM, Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Cristina Pompa, UFSP, Brasil

Elisa Fruhauf Garcia UFF, Brasil

Estevão Martins Palitot, UFPB, Brasil

Francisco Cancela, UNEB, Brasil

Graça Graúna, Potiguara, Doutora em Literatura Indígena, UPE, Brasil

Guillaume Candela, Brown University, Providence, Rhode Island, EUA

Hal Langfur, University at Buffalo, EUA

Izabel Missagia de Mattos, UFRRJ, Brasil

João Pacheco de Oliveira, Museu Nacional – UFRJ, Brasil

Jose Maria Valcuende, Universidade Pablo Olavide, Espanha

José Otavio de Aguiar, UFCG, Brasil

Juan Marchena Fernández – Universidade Pablo Olavide – Sevilha, Espanha

Maria Regina Celestino de Almeida, UFF, UNIRIO, Brasil

Mariana Albuquerque Dantas – UFRPE  
Nite Fabiola Escarzaga, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco,  
México  
Neimar Machado de Sousa, UFGD, Brasil  
Pascale de Robert, Institut de Recherche et Développement - IRD/Paloc., França  
Pedro Celestino Pachaguaya Yurja, Universidad Mayor de San Andrés, Bolívia e  
Associação Departamental de Antropólogos de La Paz, Bolívia  
Pedro Cardim, CHAM-UNL  
Roberta Guimarães Franco, UFLA  
Stephen Baines, UNB, Brasil  
Taciana de Carvalho Coutinho, UFAM, Brasil  
Vania Maria Losada Moreira – UFRRJ, Brasil

### **COMISSÃO TÉCNICA**

Beatriz Macedo de Souza  
Ananda Clara de Almeida Pereira  
Erik Carlos Monte de Carvalho  
Emelly Alves Farias  
Igor Robson Moura Furtado Santos  
João Balduino de Brito Neto  
Magdiel Toscano de Azevedo  
Jessica Priscila de Melo  
Jessica Viana Marques  
Joseni Santos de Almeida  
Luíza Oliveira Braz  
Thiago Jorge da Silva  
Yona Kaluaná Ferreira de Sousa

### **ORGANIZADORES/MONITORES EXTERNOS**

Adrian Marcelo Pereira da Silva  
Allan Kelson Oliveira Araujo  
Cábia Rosa Barbosa  
Camila Alice Diógenes Barbosa  
Charlley Gabriel Mendonça de Luna  
Claudiane Ferreira Pereira  
Cleyson Pinheiro Bezerra  
Daniel do Nascimento Silva  
Dawyd Thiago de Oliveira Almeida

Débora Lopes de Brito  
Edvânia da Silva Nascimento  
Emanuel Messias Silva do Nascimento Lima  
Erica Melo Lima  
Gabriel Marques Meireles Alves de Melo  
Geovanna Luiza Pereira de Souza Santos  
Giovanna Gouveia Garrett  
Guilherme Lima Ferreira  
Iasmin Marques Duarte Chalegre  
Janyne Barreto Figueiredo  
Jéssica Noberto Guimarães  
João Eduardo Ferreira Leandro  
João Vitor Souza Muniz  
Jose Guilherme Sieber Padilla Pandolffi  
Josiene do Nascimento Silva  
Keli Maria Rodrigues da Silva  
Lucas Amadeus de Albuquerque Barbosa  
Maria Andreza Ferreira  
Maria Carolina Alves de Oliveira  
Maria Carolina Santos Vieira  
Maria Clara Ferreira Rodrigues  
Maria Vitória Medeiros Nunes  
Rebeca Sueli Piano de Araújo  
Renata Cavalcante Cordeiro  
Sílvio José Nilo Neto  
Thawanny Victoria Santos Costa  
Vitória Galdino da Silva

## APRESENTAÇÃO

O Congresso Internacional Mundos Indígenas (COIMI) é um evento bianual e foi criado no âmbito do Seminário Permanente Mundos Indígenas - América no Centro de Humanidades (CHAM / NOVA FCSH—UAC), na Universidade Nova de Lisboa, Portugal entre os dias 27 a 28 de abril de 2015. O grupo de investigação do CHAM-UNL criou o COIMI, objetivando construir uma maior rede colaborativa em âmbitos nacional e internacional para as discussões interdisciplinares sobre a história dos povos indígenas da América. Para tanto, pretende-se ampliar diálogos entre investigadores indígenas e não indígenas da temática em destaque para que se possam construir possibilidades de novos caminhos teórico-metodológicos sobre a pesquisa acerca dos povos tradicionais do século XVI até o tempo presente e divulgar as ações em prol da memória, patrimônio cultural, ambiental, história, educação e direitos indígenas de uma forma geral em âmbito internacional.

O II Congresso Internacional Mundos Indígenas - Diálogos sobre História, Direito e Educação Séculos XVI aos Dias Atuais foi executado em novembro de 2017 na Europa em dois países Espanha (Universidade Pablo Olavide, Sevilha) e Portugal (Centro de Humanidades – CHAM-UNL, Lisboa) com resultados extremamente profícuos e assertivos. Em 2018 na América Latina ocorreu no Brasil (Universidade Federal de Campina), Paraíba como apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, CNPq e da Universidade Estadual da Paraíba.

O III COIMI 2019 - EUROPA aconteceu em três países: França (Paris), Espanha (Sevilha) e Portugal (Lisboa). Esse congresso objetivou trazer discussões sobre pesquisas que vem se desenvolvendo na Europa e América e que constroem reflexões sobre as violações, conquistas e recrudescimento das lutas dos povos indígenas na América entre os séculos XVI aos dias atuais. No III COIMI 2021 – On-line revisitaremos a temática indígena não com os olhos no passado pelo passado, mas diante das demandas do tempo presente que passaram a ser também reivindicações dos próprios movimentos indígenas das últimas décadas, ou seja, a história, a memória, a educação, o reconhecimento das etnicidades, os territórios, o patrimônio e a natureza, enquanto direitos históricos e inalienáveis.

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Juciene Ricarte Apolinário, PPGH/UFCG, Brasil  
Coordenadora Geral III COIMI 21/*On-line*

## SUMÁRIO

<b>1.PROGRAMAÇÃO</b> .....	09
<b>2. CONFERÊNCIAS</b> .....	10
<b>3. MESAS REDONDAS</b> .....	11
<b>4.MINICURSOS</b> .....	19
<b>5. LANÇAMENTOS DE LIVROS</b> .....	20
<b>6. CADERNO DE RESUMOS</b> .....	21
<b>6.1. SIMPÓSIOS TEMÁTICOS</b> .....	21
ST2- Políticas Indígenas e indigenista entre os séculos XVI ao XVIII.....	21
ST3-Missões Religiosas e Povos Indígenas na América: Séculos XVI ao XXI.....	26
ST4-Experiências da educação escolar indígena na América em suas diferentes fases escolares até o Ensino Superior.....	36
ST5-Justiça, Direitos Indígenas e Direitos Humanos.....	39
ST6-O Ensino da temática indígena e os 10 Anos da Lei Nº 11. 645/20008: Experiências, Discussões e Propostas.....	47
ST7-Autonomias, Etnicidade e Nação. Movimentos Indígenas na América Latina do século XX aos dias atuais.....	56
ST8-Patrimônio Cultural Indígena: arquivos, museus e sítios arqueológicos na tessitura das memórias.....	60
ST9-História Ambiental, Plantas, Conhecimentos, espiritualidades e cosmovisões indígenas: diálogos interdisciplinares no passado e no presente.....	64
ST10-Protagonismo Indígena e Inquisição na América.....	72
ST11-Protagonismo das mulheres indígenas no passado e no presente.....	73
ST12-Literaturas indígenas nas Américas: memória, patrimônio e resistência.....	81
ST13-Os povos indígenas e o Estado imperial brasileiro: projetos políticos, terras coletivas e autonomia.....	87
ST14-História indígena e do Indigenismo: entre a narrativa nacional e o desenvolvimento da nação (XIX e XXI) .....	90
ST15-Emergências Étnicas, Etnogêneses e Retomadas: povos indígenas e processos identitários nas Américas.....	99

ST16-Povos Indígenas em fronteiras Amazônicas: Saberes em diálogos e processos de resistências.....	104
ST17-Fronteiras indígenas na América Latina: espaços, culturas, interações.....	108
ST18-Línguas indígenas nas Américas.....	115
ST19-Apresentação de resultados de projetos pedagógicos nas escolas indígenas e não-indígenas e de projetos de extensão sobre temáticas dos povos originários no Brasil e na América.....	118

## 1. PROGRAMAÇÃO

### HORA DO BRASIL | ATIVIDADES

#### 2 DE NOVENBRO

<b>Manhã   9h – 12h</b>	Solenidade de abertura Conferência de Abertura
<b>Tarde   14h – 17h</b>	Simpósios Temáticos ST
<b>Noite   19h - 21h30min</b>	Mesas Redondas

#### 3 DE NOVENBRO

<b>Manhã   8h – 10h</b>	Minicursos
<b>10h – 12h</b>	Mesas Redondas
<b>Tarde   14h – 18h</b>	Simpósios Temáticos ST
<b>Noite   19h – 21h30min</b>	Mesas Redonda

#### 4 DE NOVENBRO

<b>Manhã   8h – 10h</b>	Minicursos
<b>10h – 12h</b>	Mesas Redondas
<b>Tarde   14h – 17h</b>	Simpósios Temáticos ST
<b>Noite   19h – 21h30min</b>	Mesas Redondas

#### 5 DE NOVENBRO

<b>Manhã   8h – 10h</b>	Minicursos
<b>10h – 12h</b>	Lançamentos de livros
<b>Tarde   14h – 17h</b>	Conferências de encerramento
<b>17-18h</b>	Mesa de Encerramento

**Encerramento homenagem a Sonia Barbalho Potiguara**

## **2. CONFERÊNCIAS**

**DIA 02/11/2021, 09:00H ÀS 12:00H, HORÁRIO DE BRASÍLIA**

### **CONFERÊNCIA DE ABERTURA:**

**Link:** <https://youtu.be/0dR6S-Am-nY>

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA (MUSEU NACIONAL/URFRJ)

**DIA 05/11/2021, 14:00H ÀS 17:00H, HORÁRIO DE BRASÍLIA**

### **CONFERÊNCIA MAGISTRAL**

Native Childrens' Lives at Peril—Genocide in Canada and the USA

(Vidas de crianças nativas em perigo - genocídio no Canadá e nos EUA)

Conferencista: Patricia Christine Aqimuk Paul, Esquimó, Alasca, EUA

Mediador: Stephen Grant Baines, UNB, Brasi

### **CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO**

**Link:** <https://youtu.be/zhJauXqx2cA>

Edson Kayapó, IFBA, Brasil

José Ángel Quintero Weir, Universidad del Zulia, Maracaibo, Venezuela

Juan Marchena Fernández, UPO, Sevilla, Espanha

### **3. MESAS REDONDAS, DIAS E HORÁRIOS (DO BRASIL), NO III COIMI ONLINE 2021**

#### **MESAS REDONDAS DIA 02/11, NOITE 19:00 ÀS 21:30H**

**Mesa 1 - Justiça, Direitos Indígenas e Direitos Humanos: conquistas e retrocessos** <https://www.youtube.com/watch?v=VfPQo-IqvDM>

Coordenadora/debatedora:

Denise Tatiane Girardon dos Santos, UNICRUZ, Brasil

Palestrantes:

Pedro Pachaguaia, Associação de Antropologia, Bolívia

André Augusto Salvador Bezerra, Juiz de Direito do TJSP/USP, Brasil

Potira Terena, Brasil Ceddindígenas, OAB-DF, Brasil

Antônio Aebertom da Silva Macedo, Advogado Potiguara, Brasil

Bruno da Silva Antunes de Cerqueira (Comissão de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas - OAB/DF), Brasil

**Mesa 2 - Territórios, Emergencias étnicas, etnogenesis y "retomadas": pueblos indígenas y procesos de identidad en las Américas.** <https://youtu.be/TQG6MxEStSI>

Coordenadora/debatedora:

Izabel Missagia, UFRRJ, Brasil

Palestrantes:

Mariela Eva Rodríguez, UBA-CONICET, Universidade de Buenos Aires, Argentina

Martín Delgado Cultelli, Consejo de la Nación Charrúa, Uruguay

Isis Maria Cunha Lustosa, LABOTER/IESA/UFG, Brasil

Stephen Grant Baines, LAGERI no DAN/UnB, Brasil

**Mesa 3 - Organizações e associações: enfrentamentos nas lutas com e povos originários na Abya Aylá**

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=f16KMjGA3I0>

Coordenadora/debatedora:

Juciene Ricarte Apolinário, UFCG, Brasil

Palestrantes:

Mayusa Isolina González Cauich, Liderança indígena do povo Maia e Presidenta de U Múuk'il, México Puksi'ik'al ACMujeres, México

Miguel Angel Gusman, líder indígena Nacion XI-IUY, la Organizacion es Fuerzas Comunales e Professor Universidad Autonoma de San Luis Potosí Nuevo País, Mexico

Almir Narayamoga Suruí, Cacique e coordenador do Parlaíndio, Parlamento Indígena do Brasil

Kum'tum Akroá Gamella, líder indígena, Maranhão, Brasil

Saulo Feitosa, CIMI Nordeste, Brasil

Antenor Vaz - Land is Life - LIL / Grupo de Trabalho Internacional pela Proteção PIACI - GTI PIACI, Brasil

#### **Mesa 4 - Diretório dos Índios: protagonismos e legados indígenas**

**Link:** <https://youtu.be/qgCuaVgPaHs>

Coordenadora/debatedora:

Vania Moreira, UFRRJ, Brasil

Palestrantes:

João Paulo Peixoto Costa (Instituto Federal do Piauí/Universidade Estadual do Piauí), Brasil

Rafael Rogério Nascimento dos Santos (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), Brasil

Pablo Ibañez Bonillo (Universidade Nova de Lisboa), Portugal

Elisa Frühauf Garcia, UFF, Brasil

#### **MESAS REDONDAS DIA 03/11, MANHÃ 10:00 ÀS 12:00H**

#### **Mesa 5 - Saberes em Diálogos e Processos de Resistência dos Povos Indígenas em Fronteiras Amazônicas**

**Link:** <https://youtu.be/WxvfQv5brcg>

Coordenadora e debatedora:

Taciana de Carvalho Coutinho (NESAM/UFAM), Brasil

Palestrantes:

Carlos Gilberto Zarate Botía (GET/UNAL), Colômbia

Mislene Metchacuna Mendes Tikuna - Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Brasil

Rodrigo Oliveira Braga Reis (PPGAS/MN/UFRJ/UFAM), Brasil

Pedro Henrique Coelho Rapozo (NESAM/ PPGICH/UEA), Brasil

### **Mesa 6 - Nueva Constitución Plurinacional Ecologista y Paritaria, para el Perú”**

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=uhleZrLjnpE>

Conferencista central:

Dr. Duberl Apolinar Rodriguez Tineo. Abogado y Magistrado, Expresidente de la Corte Suprema y exjefe del Poder Judicial del Perú, exdiputado de 1985-1990, Perú

Comentaristas:

Dr. Oliverio Llanos Pajares. Antropólogo, Sociólogo, exprofesor Principal de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Perú

Dra. Alicia Jiménez Hermoza. Historiadora y Profesora de la Universidad Nacional Federico Villarreal, Perú - Cordenadora da mesa redonda

Zetti Gaveln Gamarra. Abogado, exconcejal de la Municipalidad , de Lima, expersonero nacional de Izquierda Unida, Perú

### **Mesa 7 - Refletindo Patrimnio Cultural Material e Imaterial Indígena: arquivos, museus e sítios arqueológicos na tessitura das memórias**

**Link:** [https://youtu.be/yAe\\_qUltZWc](https://youtu.be/yAe_qUltZWc)

Coordenadora e debatedora:

Ana Paula da Silva, Pro ndio-UERJ, Brasil

Palestrantes:

Sandra Benites, Museu Nacional, UFRJ, Brasil

Emanuel Oliveira Braga, IPHAN/PB, Brasil

Mirian Potiguara, Conselho da Educao e OPIP/PB, Brasil

Jorge Eremites, UFPEL, Brasil

Marcio Couto Henrique, UFPA, Brasil

José Bessa Freire, UNIRO, Brasil

### **Mesa 8 - Missões, relaes interétnicas e agencias indígenas entre o século XVI ao XIX**

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=Lcf\\_0L196wY](https://www.youtube.com/watch?v=Lcf_0L196wY)

Coordenadora e debatedora:

Maria de Deus Beites Manso, Universidade de Évora, Portugal

Palestrantes:

Marcos Felipe Vicente, Doutor pela UFF, Brasil

Maria Adelina Amorim, CHAM, UNL, Portugal

Guillaume Candela, Aberystwyth University, Inglaterra

### **MESAS REDONDAS Dia 03/11 NOITE 19:00 ÀS 21:30**

#### **Mesa 9 - Sesmarias e cartografias da América Portuguesa: políticas territoriais no passado influenciando as lutas e emergências indígenas no presente**

**Link:** <https://youtu.be/uhIS-XO430E>

Coordenadora e debatedora:

Iris Kantor, USP, Brasil

Palestrantes:

Carmem Alveal, UFRN, Brasil

Estevão Palitot, UFPB, Brasil

Ricardo Pinto de Medeiros, UFPE, Brasil

#### **Mesa 10 - Escravidão Indígena, Escravidão Negra e Mestiçagens: agências conectadas nos espaços coloniais na América**

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=oidFH9NI-kw>

Coordenador e debatedor:

Marcus Carvalho (UFPE, Brasil)

Palestrantes:

Patricia Mello UFAM, Brasil

Isnara Pereira Ivo, UESB, Brasil

Kalina Vanderlei Silva (UPE), Brasil

Hellen Cordeiro Alves Marquezini (FGV EAESP), Brasil

André Luís Bezerra Ferreira, PPHIST/UFPAUEMA, Brasil

Marinelma Meireles (IFMA), Brasil

**Mesa 11 - História Indígena no Brasil e a importância de John Manuel Monteiro no passado e no presente**

**Link:** <https://youtu.be/20Lu-09vjCs>

Comentadora-debatedora:

Maria Regina Celestino de Almeida, UFF, Brasil

Palestrantes:

Edson Silva, UFPE/UFCG/UFRPE, Brasil

Isabelle Braz Peixoto da Silva, Universidade Federal do Ceará – UFC, Brasil

José Maurício P. A. Arruti, UNICAMP, Brasil

**Mesa 12 - Universidades, Grupos e Associações de pesquisas sobre história indígena na Abya Yala: rede de produção intercultural, resignificação, decolonialidade e resistência** <https://www.youtube.com/watch?v=4q88P4K8Cxc>

Coordenadora/debatedora:

Mariana Albuquerque Dantas, Coordenadora do GT Índios na História, ANPHU, Brasil

Palestrantes:

Angel Cahuapaza, Presidente da Associação Latino Americana de História, ALAHIS, Universidad Pública de El Alto, Bolívia

Gabriela Gresores, ALAHIS, Coordenadora do Congresso Latino-Americano de História Indígena, Professora da FHyCS-Universidad Nacional de Jujuy, Argentina

Claudia Salomon Tarquini, Red/RINEPI, Universidad Nacional de La Pampa, Argentina

Nestor Daniel Vargas, Universidad de Antioquia. Colombia, Colômbia

**MESA REDONDA DIA 04/11, MANHÃ, DE 10:00H ÀS 12:00H**

**Mesa 13 - Universidades Públicas, Ações Afirmativas e Povos Indígenas e afro-brasileiros**

**Link:** <https://youtu.be/PAvFCu0XN1w>

Coordenadora e debatedora:

Karina Melo, UPE, Brasil

Palestrantes:

Bruno Ferreira Kaingang, Instituto Estadual de Educação Indígena Ângelo Manhã, Brasil

Marina Tavares, FIEI, Brasil

Solange Nascimento, UFT, Brasil

Tiago Nagô, MPT-GT de Povos Originários e comunidades tradicionais, Brasil

#### **Mesa 14-**

#### **La participación indígena en las movilizaciones y elecciones recientes en Chile, Ecuador, Bolivia, Perú y Argentina**

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=ltpIEK2oZuc>

Coordenador/debatedor:

Carlos Benitez, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Palestrantes:

Fabiola Escárzaga, UAM-Xochimilco, México

Enrique Antileo, Universidad de Chile, Chile

Fernando García Serrano, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Ecuador

Illapa Kallisaya, Universidad Pública de El Alto, Bolívia

Morita Carrasco Universidad de Buenos Aires, Argentina

#### **Mesa 15 - Povos indígenas na formação do Brasil Imperial**

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=K-AOr\\_JKVjg](https://www.youtube.com/watch?v=K-AOr_JKVjg)

Coordenadora/debatedora:

Mariana Dantas, UFRPE, Brasil

Palestrantes:

Soraia Dornelles, UFMA, Brasil

Ayalla Oliveira, UFSB, Brasil

Tatiana Oliveira, UESPI, Brasil

André Roberto de Arruda Machado, UNESP, Brasil

#### **Mesa 16 - Redonda Programas, Projetos, Licenciaturas, Educação Escolar Indígena e a Lei 11. 645/08**

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=BSK6WTO7-IE>

Coordenador/debatedor:

Glauca Freire, PPGH-UFPE, Brasil

Palestrantes:

Rosilene Araújo Tuxá, UNIFAP, Brasil

Elissandra Barros da Silva, UNIFAP, Brasil

Sônia Barbalho Potiguara, Brasil

Francisco Alfredo Morais Guimaraes, UNEB, Brasil

Wania Alexandrino, UFOPA, Brasil

## **MESAS REDONDAS DIA 04/11, NOITE 19:00H ÀS 21H30MIN**

### **Mesa 17 - Mulheres indígenas: lutas, violações e empoderamentos no passado e no Presente**

**Link:** <https://youtu.be/1U2dA6PypF0>

Coordenadora:

Brigitte Thiérion, Université Sorbonne Nouvelle, França

Debatedora:

Juciene Ricarte Apolinário, UFCG, Brasil

Palestrantes:

Eliane Potiguara, Escritora/Professora Indígena, Brasil

Delzenir Guegué, Piauí, Brasil

Lucélia Pankará, Pernambuco, Brasil

Valdelice Veron Kaiowá ParlaÍndio, Brasil

Alyne Kayapó, Movimento e grupo de pesquisa Wayrakunas e ParlaÍndio, Brasil

Mercês Akroá-Gamela, Piauí, Brasil

### **Mesa 18 - Saúde / Bem-estar, Direitos Humanos e Indígenas**

**Link:** <https://youtu.be/zLc1YSdqEK4>

Coordenadora/debatedora:

Maria de Lourdes Beldi de Alcântara, Medicina – USP, Brasil

Palestrantes:

Indianara Ramires Machado Kaiowa, Medicina – USP e Ação dos Jovens Indígenas-AJI, Brasil

Graciela Pereira de Souza, APOINME, Brasil

Walter Moure, Psicologia – USP, Brasil

**Mesa 19 - Autonomias, Etnicidade e Nação: movimentos e lutas de homens e mulheres indígenas na América Latina do século XX aos dias atuais**

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=QJdGHhhW4Io>

Coordenadora/palestrante:

Arlete Maria Pinheiro Schubert, UFES, Brasil

Palestrantes:

Aline de Souza Vasconcellos do Valle, LEHPI – UFES/ FESVV, Brasil

Caroline Faria Gomes, LEHPI – UFES/ SEDU-ES, Brasil

Mauricio Alejandro Diaz Uribe, LEHPI – UFES/ CLACSO, Colômbia

Elisabeth Tanoh Nouaman, Universidad Felix Houphouët Boigny de Abiyán, Costa do Marfim

**Mesa 20 - Protagonismo Indígena e Inquisição na América**

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=Wp8bauKHSzA>

Coordenador/debatedor:

Ângelo Adriano Faria de Assis, UFV, Brasil

Palestrantes:

Almir Diniz de Carvalho Júnior, UFAM, Brasil

Carlos Henrique Cruz, IFMG, Brasil

Luana Souto Cavalcanti, UFCG, Brasil

## **4. MINICURSOS**

### **1. PRÁTICA DE PESQUISA HISTÓRICA JUNTO AOS INDÍGENAS A PARTIR DE SUAS ORALIDADES E DO TEMPO PRESENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Ministrante(s): Tamires Batista Andrade Veloso de Brito, UFCG, Brasil

### **2. POVOS INDÍGENAS E A LEGISLAÇÃO INDIGENISTA DO PERÍODO COLONIAL: PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS E AGENCIAMENTOS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII**

Ministrante(s): Lana C. Gomes de Araújo, UFPE, Brasil

### **3. A HISTÓRIA CONTADA DO LADO DE CÁ: AS ESTRATÉGIAS DOS XOKÓ DE SERGIPE PELA POSSE DA TERRA INDÍGENA ILHA/CAIÇARA: 1978 – 2003**

Ministrante(s): Ivanilson Martins dos Santos – Xokó, UFAL, Brasil

### **4. POVOS INDÍGENAS E INQUISIÇÃO NO BRASIL COLONIAL**

Ministrante(s): Luana Souto Cavalcanti, UFCG

### **5. ESCOLA COMO UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO SOCIAL: OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/2008**

Ministrante(s): Wania Alexandrino, UFOPA

### **6. LÍNGUAS INDÍGENAS E HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL**

Ministrante(s): Pedro Daniel dos Santos Souza, UNEB

### **7. USO DE FERRAMENTES DE GOOGLE EARTH E APLICAÇÃO WEB PARA SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) E PROJETOS COM OS POVOS INDÍGENAS**

Ministrante(s): Geise de Góes Canalez, NETNO/NESAM/UFAM

### **8. COSMOLOGIAS INDÍGENAS, ALIMENTAÇÃO E CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Ministrante(s): Edson Tosta Matarezio Filho (NESAM/ PPGICH/UEA)

### **09. REVISITANDO AS PRÁTICAS EDUCATIVAS/CURATIVAS DO POVO POTIGUARA, PARAÍBA BRASIL**

Ministrante(s): Pedro Ka'aguassú Potiguara, UFRN, Brasil

## 5. LANÇAMENTOS DE LIVROS

**Dia 05/11, 10:00h às 12:00h (Horário de Brasília, BR)**

**Procesos de reconstitución comunitaria en las luchas por la defensa de los bienes comunes contra el extractivismo en América Latina.**

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=nVf809LvQ9w>

Fabiola Escárzaga y

Lucas Henrique Pinto (coords.). México, UAM-X.

Moderadora: Fabiola Escárzaga (UAM-Xochimilco), México

Expositores:

Donatto Badillo (UNAM), México

Lucas Henrique Pinto, (IIGEO-FFyL-UBA), México

**Reflexiones sobre las violencias estatales y sociales en México y en América Latina.**

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=L7ekt33rZic>

Fabiola Escárzaga, Yolanda García, Yakir Sagal, Rosa Margarita Sánchez y Juan José Carrillo (coords.). México, UAM-X, 2020

Moderadora: Fabiola Escárzaga (UAM-Xochimilco)

Expositores(as):

Yolanda García (UAM-Xochimilco), México

Omar Villareal Salas (UAM-Xochimilco), México

**O Movimento Indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**

**Link:** [https://www.youtube.com/watch?v=JLUBiZMim\\_8](https://www.youtube.com/watch?v=JLUBiZMim_8)

Expositores:

Clovis Antonio Brighenti, UNILA, Brasil

Egon Dionisio Heck, CIMI, Brasil

## **6. CADERNO DE RESUMOS**

### **6.1 SIMPÓSIOS TEMÁTICOS**

#### **ST2 - POLÍTICAS INDÍGENAS E INDIGENISTAS ENTRE O SÉCULO XVI AO XVIII**

Coordenadores: Francisco Cancela, UNEB, Brasil

Marcos Felipe Vicente, SEDUC-CE e PPGH-UFF

#### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **TRANSFERÊNCIAS E RETORNOS: O PERCURSO DOS INDÍGENAS DA ALDEIA DOS PAIACU DURANTE A CRIAÇÃO DA VILA DE PORTALEGRE (1759-1768)**

Mestre Ristephany Kelly da Silva Leite (UFRN)

Durante a criação das Vilas de Índios, em decorrência da implementação da Direção de Pernambuco nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, no século XVIII, ocorreram diversas transferências e descimentos de indígenas. A Vila de Portalegre, na Capitania do Rio Grande do Norte, foi instituída nesse contexto e recebeu indígenas advindos da Aldeia dos Paiacu, na Capitania do Ceará, além de dois outros grupos que estavam em missões e diversos indígenas que transitavam naqueles sertões. Com a transferência dos Paiaku, a Aldeia que carregava seu nome não deveria mais existir e os indígenas não deveriam mais ocupar aquele espaço. No entanto, em 1768, o Governador General de Pernambuco, José da Cunha Ataíde, mandou que o Tesoureiro Geral Antônio Pinto, responsável pelos bens confiscados dos Jesuítas, ordem que administrava a Aldeia dos Paiacu, pagasse ao Mestre de Campo João Dantas Ribeiro 150 mil reis. O dinheiro correspondia a quantia paga pelo mesmo na arrematação das terras nas quais a aldeia ficava. Segundo o Mestre de Campo, as terras continuavam ocupadas pelos indígenas e agora se chamava Montemor. Objetivase, neste trabalho, compreender os percursos e motivações que levaram os Paiaku a empreender a viagem da ida à Portalegre que, segundo a documentação, foi voluntária e em obediência ao rei, bem como a viagem de regresso para a Capitania do Ceará. A partir da documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e, sobretudo, de um livro das receitas e despesas dos bens confiscados dos jesuítas, sob a guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, procurar-se-á analisar

as movimentações realizadas pelos Paiaku e as relações estabelecidas com os demais agentes sociais daquelas localidades.

## **DESNATURALIZAÇÃO INDÍGENA NA AMÉRICA PORTUGUESA E HISPÂNICA: LIMITES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE LOCAL EM GUERRA JUSTA (SÉC. XVII-XVIII)**

Doutorando Victor André Costa da Silva (UNICAMP)

“Desnaturalizar” significava privar dos direitos de natural ou nacional determinado indivíduo, de acordo com o dicionário oitocentista do lexicólogo português Raphael Bluteau. A desnaturalização de povos indígenas, entre os séculos XVI e XVIII, foi, portanto, uma ação vulgarmente empreendida na América hispânica e portuguesa, contudo, com suas diferentes nuances em função das especificidades de cada um dos contextos coloniais. No caso da América hispânica, por exemplo, a desnaturalização indígena teve sua regulamentação definida em Cédulas Reais, fato que pode ter influenciado sua maior e anterior recorrência nessa possessão. Enquanto na América portuguesa, até onde se sabe, não há referências à desnaturalização na legislação, cuja identificação explícita ocorreu em alguns termos de reunião da Junta das Missões de Pernambuco em que se discutia a justiça de guerras, no contexto da Guerra dos Bárbaros na Capitania do Rio Grande (c. 1680-1720). Nesse sentido, a presente comunicação visa refletir acerca da desnaturalização como uma forma encontrada, na América portuguesa, para flexibilizar ou driblar a norma, especialmente referente à guerra justa, que previa o cativo aos índios inimigos. Pois a própria documentação da Junta informa, por exemplo, que os índios envolvidos em determinada guerra justa fossem não somente cativos, mas também desnaturalizados, ou seja, que fossem retirados da jurisdição do governo de Pernambuco. Logo, este trabalho pretende questionar os limites e tensões entre as normas e as dinâmicas sociais em que a noção de desnaturalização emergiu no âmbito da guerra justa na América portuguesa, levantando hipóteses sobre as razões de empreendê-la no contexto local à luz dos objetivos políticos e econômicos propostos para a América hispânica.

## **GUERRA JUSTA E O MASSACRE DOS PAIAKU NA RIBEIRA DO JAGUARIBE EM 1699.**

Doutor Marcos Felipe Valente (SEDUC/CE)

A conquista da América deu-se através de um processo amplo e complexo, que envolveu elementos de ordem política, econômica, religiosa e jurídica. O domínio dos nativos precisava estar amparado por critérios morais que indicassem a licitude da empreitada colonialista. Nesse contexto, a doutrina da guerra justa, já presente no imaginário jurídico europeu, foi pensada como forma de legitimar o domínio dos índios e de suas terras. Na América portuguesa, essa doutrina serviu de licença para várias guerras movidas contra os nativos, em especial, a chamada guerra dos bárbaros, caracterizada por vários conflitos ocorridos nas capitânicas do norte do Brasil entre a segunda metade do século XVII e início do século XVIII. Paralelos às guerras, foram estabelecidos diversos aldeamentos missionários com o intuito de converter os índios à fé católica e ensiná-los a cultura portuguesa, dita civilizada. Foi nesse contexto que o mestre de campo do terço de paulista Manoel Álvares de Moraes Navarro, que estava em campanha da ribeira do Açu, atacou os índios Paiaku, aldeados na ribeira do Jaguaribe, no ano de 1699. Esse ataque mobilizou diversos sujeitos da empreitada colonialista em uma disputa que colocava em discussão a legitimidade da guerra feita contra os Paiaku. Dessa forma, este trabalho busca refletir sobre a doutrina da guerra justa e sua aplicação ao contexto colonial, em especial ao episódio citado. Para tanto, refletiu-se sobre os escritos de alguns teólogos e juristas ibéricos, responsáveis pela adequação e difusão da doutrina da guerra no Novo Mundo, além de analisar-se algumas leis portuguesas que versam sobre a liberdade dos índios. Além disso, analisaram-se cartas e outros documentos referentes à devassa movida contra Moraes Navarro, que pôs em conflitos o governo da capitania de Pernambuco e o Governo-Geral do Brasil.

## **OS ÍNDIOS E O MILITARISMO LUSO NO NORTE DA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULO XVIII)**

Doutora Wania Alexandrino Viana (UFOPA)

Este trabalho pretende analisar a presença indígena no militarismo luso no norte da América portuguesa durante o século XVIII. Esse contexto trouxe profundas transformações para os quadros do militarismo português, o qual também se ajustava às demandas coloniais. É objetivo desta pesquisa não apenas compreender esse processo, mas sobretudo, as implicações de normativas que possibilitaram a agência indígena nas tropas auxiliares, constituídas a partir de 1766. Por meio da análise sistemática de diversas fontes pretende-se tornar evidente, para além de outras interpretações já existentes na historiografia sobre a Amazonia colonial, que a condição de vassalo atribuída aos índios com a lei de Liberdade de 1755 imputava-lhes os enquadramentos jurídicos necessários para comporem as tropas militares do Estado, situação que já ocorria em períodos anteriores, mas não de forma institucionalizada. Até 1750 os indígenas ficaram de fora das normativas, regimentos e estruturas militares, mesmo sendo a principal força defensiva, fato que se verifica na própria interpretação historiográfica sobre defesa, nas quais de forma geral, eles aparecem como tendo um papel secundário. Nesta pesquisa

sustenta-se o argumento que os indígenas participaram ao longo do século XVIII do sistema defensivo do norte da América portuguesa, embora com condição jurídica diferenciada, definindo as guerras e o avanço da fronteira ao passo que se valeram dessas ocasiões para manifestar os seus próprios interesses.

## **ESTUDO LEXICOLÓGICO DE UM MANUSCRITO DO SÉCULO XVIII: CONTRIBUIÇÕES DAS LÍNGUAS INDÍGENAS AO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Doutoranda Bruna Trindade Lima Santos (PPGEL-UEFS/FAPESB)

Doutora Alicia Duhá Lose (UEFS/UFBA)

As línguas, inevitavelmente, refletem as influências dos elementos sócio-históricos, geográficos e culturais que estão relacionados à história dos seus falantes. O léxico, portanto, é o lugar onde são percebidas essas influências e marcadas as definições identitárias, como é o caso do Brasil e principalmente do português brasileiro (doravante PB), nascido do contato entre europeus, indígenas e africanos. Nesse sentido, podemos notar, ainda hoje, os empréstimos lexicais advindos das línguas indígenas e africanas, além da língua dos imigrantes, e que enriqueceram a língua portuguesa em solo brasileiro. Assim, neste artigo, com base nos princípios da Lexicologia e no corpus retirado da edição semidiplomática do documento Plano Sobre a Civilização dos Índios do Brasil, investigou-se a contribuição indígena no repertório lexical utilizado pelo autor do documento, o militar Domingos Muniz Barreto, de forma a analisar a influência indígena no português brasileiro do século XVIII, a instauração de uma ortografia para palavras indígenas e o vocabulário indígena utilizado nos capítulos Índios Mansos e Índios Bravos, do mesmo documento. A metodologia baseou-se em Queiroz (2012). Concluiu-se que o repertório lexical de Domingos e o uso do vocabulário indígena revelam as pistas para uma gramaticização das línguas indígenas, através da grafia em língua portuguesa, e que isso favoreceu a incorporação das mesmas no próprio PB.

## **OS INDÍGENAS DA VILA DE SANTARÉM E O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS: UM OLHAR DAS AUTORIDADES COLONIAIS (1758-1808)**

Doutorando Ramon Queiroz Souza (USFM)

Pretende-se com esse artigo apresentar parte dos resultados das pesquisas que foram desenvolvidas durante o mestrado no Programa de Pós- Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS. O presente trabalho se propôs a analisar, por meio

de fontes documentais produzidas por autoridades da Coroa portuguesa, como, Baltasar da Silva Lisboa, Domingo Alves Branco Muniz Barreto, e o ouvidor Freire de Veras, dentre outras, algumas questões referentes à política indigenista do Brasil Colonial, sobretudo no que se refere à implantação do Diretório dos Índios na Vila de Santarém, que corresponde atualmente à cidade de Ituberá- BA, entre os anos de 1758, data oficial de fundação da Vila, até o período de 1808, correspondente ao ano da chegada da família real no Brasil. Período em que se pode perceber a adoção de uma nova postura político-administrativa do governo em relação à colônia, principalmente, com relação às populações indígenas. Estabelecendo um diálogo com a Nova História Indígena, bem como revisitando antigos conceitos como colonizador X colonizado, herói X oprimido, o estudo buscou compreender os indígenas como sujeitos conscientes de sua própria história, que em vários momentos puderam contribuir ativamente para a formação, mais a manutenção da sociedade colonial e posteriormente, para a brasileira. Dessa maneira, percebe-se que por diversos momentos os esforços empreendidos pela Coroa, refletidos muitas vezes nas políticas indigenistas, a título do Diretório, não surtiram os efeitos esperados, sobretudo, no que se refere a “civilizar” as populações indígenas da Vila de Santarém.

## **POVOS INDÍGENAS E JUSTIÇA COLONIAL: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO PLURALISMO JURÍDICO NA AMÉRICA PORTUGUESA**

Doutora Yamê Galdino de Paiva (NOVA FCSH)

A presente comunicação corresponde a um trabalho em desenvolvimento realizado no âmbito do Projeto Pluralismo Jurídico no Império Português, séculos XVIII-XX (Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e procura estabelecer um diálogo entre História Indígena e História do Direito a partir do conceito de pluralismo jurídico. De modo geral, o pluralismo jurídico reconhece a presença de diversas normativas existentes nas sociedades. A ordem jurídica portuguesa nas épocas medieval e moderna foi marcadamente pluralista, conforme assinala a historiografia do direito e político-institucional a partir do final do século XX. Numa escala imperial, o pluralismo também marcou os ordenamentos jurídicos dos espaços de conquista e colonização portuguesas. Esta comunicação pretende, portanto, discutir o pluralismo jurídico na América portuguesa durante o período colonial através de referências a formas de resolução de conflitos no interior das comunidades indígenas do Brasil presentes em fontes de natureza administrativa e em relatos e narrativas de missionários e de viajantes e, por outro lado, através da discussão acerca das estruturas e caminhos judiciais e extrajudiciais (nomeadamente as petições) disponíveis aos indígenas para apresentarem suas demandas. Para este aspecto utiliza-se, principalmente, os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino relativos ao território da Amazônia colonial ao longo do século XVIII.

### **ST3 - MISSÕES RELIGIOSAS E POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA: SÉCULOS XVI AO XVIII**

Coordenadoras: Cristina Pompa, UNIFESP  
Maria Adelina Amorim, CHAM-UNL

#### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **MARIA TUPANSY E A CENTRALIDADE DO FEMININO NO AUTO DA ASSUNÇÃO DE JOSÉ DE ANCHIETA**

Mestre Felipe de Assunção Soriano (UNICAP)

A existência de uma mariologia nos escritos teatrais de José de Anchieta é coisa facilmente demonstrável, mas, longe de ficar preso aos arquétipos de sua dramaturgia, ele se inseriu nas culturas e costumes indígenas de tal maneira que foi capaz de oferecer formas originais. Como bom teólogo que era, operou durante toda a sua vida um processo profundo e minucioso de inculturação de sua experiência, fazendo migrar em sua alegoria da Maria, Mãe de Jesus à “Maria Tupansy” da aldeia de Rerigtibá. Tal processo de decolonização da sua própria experiência é passo importante que possibilitará, a partir do teatro e de outros instrumentos catequéticos, apresentar “Maria Tupansy” desde o esquema do matriarcado tupi. Ao retomar o projeto missionário do Pe. Manoel da Nóbrega conclui seu *corpus* teatral oferecendo aos índios uma nova personagem construída a partir dos resquícios da tradição das “velhas” e evocando sua autoridade no espaço social e político. Será na missão de Rerigtibá, com o *Auto da Assunção* (1590), que José de Anchieta operará vários processos de descolonização e ressignificação de sua experiência marial conferindo um papel político, pedagógico e religioso a sua personagem ficcional.

#### **INTERPRETANDO A EPISTOLOGRAFIA JESUÍTICA: EDUCAÇÃO, SABERES E ONTOLOGIAS INDÍGENAS EM MOJOS (BOLÍVIA, SÉC. XVII)**

Doutoranda Nathalia Claro Moreira (UFGD)

O presente trabalho busca analisar os saberes e ontologias de grupos indígenas da antiga jurisdição jesuítica de Mojos (atual Departamento de Beni, Bolívia). A análise derivou da interpretação de quatro cartas escritas por missionários jesuítas entre os anos de 1668 a 1687. O objetivo foi interpretar as manifestações culturais registradas pelos missionários em seu trabalho empírico com os indígenas de Mojos como manifestações da Educação Indígena. Objetivou-se, ainda, observar a capacidade de protagonismo da Educação Indígena no contexto da implementação do sistema de missões religiosas pela colonização espanhola. Para acessar os documentos selecionados foi preciso consultar diferentes fontes: a correspondência do jesuíta Pe. Juan de Soto, redigida em 1667, foi republicada na obra “Historia de la Compañía de Jesús en el Perú” (1965), cedida pela Biblioteca Nacional do Peru. As cartas de Pe. Jullian de Aller, redigidas em 1668 e 1669, foram republicadas na “Revista Missionalia Hispânica nº XIII” (1956). Esta rara edição foi cedida para este estudo em versão digitalizada pela Biblioteca Nacional do México. As cartas dos jesuítas Pe. Pedro Marbán e Pe. Cipriano Barace, enviados à Mojos para levarem a doutrina cristã aos indígenas locais em 1676 e redigidas em 1679, foram republicadas no “Boletín de la Sociedad Geográfica de La Paz. tomo 1, nº 2” (1898). A edição foi disponibilizada para este estudo pela Universidade Maior de San Andreas, na Bolívia. O registro do jesuíta Pe. Antonio de Orellana, originalmente escrito em 1687, foi republicado na obra “Juicio de límites entre Bolivia y Perú. Prueba peruana presentada al Gobierno de la República Argentina, v. X.” (1906), adquirida junto a Biblioteca Nacional do Peru. O método Etno-histórico foi o aporte teórico privilegiado neste estudo, por se entender que a heurística fundante deste método supera as tradições científicas de base positivista e abre novas perspectivas de estudo do protagonismo das culturas indígenas e suas diferentes formas de manifestação, inclusive na Educação. O trabalho, portanto, explora os variados conhecimentos e estratégias pedagógicas indígenas que excedem a epistemologia ocidental e se relacionam com a elaboração das identidades étnicas e de seu protagonismo histórico no período colonial. Neste sentido, o trabalho se enquadra ao eixo temático 3) Missões Religiosas e Povos Indígenas na América: Séculos XVI ao XXI.

### **“OS MINISTÉRIOS PERTENCENTES À SUA SALVAÇÃO”: CIRCULAÇÃO DOS SABERES LINGÜÍSTICOS E CONQUISTAS NAS ALDEIAS KIRIRI DOS SERTÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA**

Doutora Ane Luíse Silva Mecnas Santos (UFRN)

A expansão para os sertões de dentro, ao longo da segunda metade do século XVII, foi marcada pela edificação de aldeamentos e constituição de alianças, com o intuito de garantir segurança no acesso comercial às rotas dos criadores de gado que seguiam da Bahia ao Piauí. Ordens religiosas foram incumbidas da tarefa de organizar as aldeias, disciplinar as almas e fornecer mão de obra nas entradas para o sertão. Coube aos padres da Companhia de Jesus a administração dos Kiriri e no intuito de atender as solicitações, foram realizados estudos linguísticos, para sistematizar e normatizar as línguas locais e,

assim, tornar possível a comunicação e a pretendida conversão. No presente trabalho, analisamos tanto esta documentação, quanto as duas obras que visaram normatizar a língua Kiriri, o Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri e a Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da nação Kiriri, escritas pelo padre Ludovico Vincenzo Mamiani Della Rovere e utilizadas nas aldeias de Mirandela, Saco dos Morcegos, Natuba e Geru, na segunda metade do século XVII, com o objetivo de apresentar e de discutir as estratégias de conversão empregadas pelos missionários que atuaram junto aos Kiriri, bem como o processo de tradução cultural que o Catecismo e a Gramática evidenciam.

## **MISSÃO JESUÍTICA E PERMANÊNCIAS EM JULI**

Pós-Doutora Ana Raquel M. da C. M. Portugal (UNESP)

Juli é um pequeno povoado peruano localizado no Departamento de Puno, às margens do Lago Titicaca. No período colonial foi um lugar de grande importância histórica devido à presença dos jesuítas, que ali desenvolveram o seu modelo reducional, posteriormente também aplicado em outras regiões. As celebrações de datas e fatos cristãos que eram realizadas na redução mesclavam costumes indígenas às práticas cristãs, pois através das festas os jesuítas conseguiam promover o envolvimento desses povos. Danças, cânticos, alegria, comidas, instrumentos musicais, cruces e orações, ou seja, práticas cristãs e nativas se misturavam e ainda hoje fazem parte do cotidiano desse lugar. Dar a conhecer a realidade dessa redução que tinha por finalidade a evangelização dos grupos nativos locais, nos permite entender a permanência de representações coletivas originadas por tais práticas jesuíticas. Entre as principais festividades que ainda se mantem nos dias de hoje em Juli, destacamos e analisamos a Orko Fiesta por ser uma das mais importantes expressões popular e religiosa desse local e que foi declarada Patrimônio Cultural da Nação em 2015. Esse é um exemplo da cristianização de costumes nativos e ao mesmo tempo da "aymarização" de práticas cristãs, pois temos nessa festividade uma amostra da mescla cultural vivenciada desde o período colonial pela população dessa localidade.

## **CAPUCHINHOS ITALIANOS NO SERTÃO DE PERNAMBUCO (SÉCULO XIX): AS MISSÕES DOS FRADES VITAL DE FRESCAROLLO E ÂNGELO MAURÍCIO DE NISA ENTRE OS INDIOS DO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (1801-1824)**

Mestre Carlos Fernando dos Santos Júnior (SEDUC/PE)

O Sertão de Pernambuco está inserido na Bacia do Submédio Rio São Francisco e possui dois afluentes do mesmo rio, os rios Moxotó e Pajeú. A sua geografia é composta pela caatinga, pelas ilhas do São Francisco, pela Serra da Baixa Verde (Pajeú) e a Serra Negra (Moxotó), estes últimos próximos dos Sertões do Ceará e da Paraíba. Na documentação colonial, o processo da colonização do Sertão do São Francisco foi marcado pela guerra, catequese e pecuária. Nesse processo ocorreu os contatos entre as populações indígenas do Sertão do Rio São Francisco – chamadas pelas fontes de “Tapuias” – com os agentes da colonização portuguesa. Nessas fontes podemos encontrar informações acerca da diversidade etnocultural dos nativos da região e como as diferentes ordens religiosas atuaram na pacificação e catequização dos “índios Tapuias”, destacando a historiografia sobre as missões jesuíticas e capuchinhas no Sertão do São Francisco. Contudo, as Reformas Pombalinas marcaram o fim formal da tutela dos missionários sobre os índios, a transformação dos aldeamentos em vilas e expulsão dos jesuítas do Brasil. Isso ocorreu em meados do século XVIII. Todavia, no início do século XIX, o Governo da Capitania Pernambuco reativou o trabalho de catequese no Sertão do São Francisco, para pacificar as populações indígenas que viviam no Moxotó e Pajeú, envolvidas em conflitos com os criadores de gado. Para esse trabalho foram convocados dois frades capuchinhos, os italianos Vital de Frescarollo e Ângelo de Nisa. Nosso artigo estuda os documentos de autoridades civis e militares de Pernambuco com evidências das causas desses conflitos que justificavam o retorno do trabalho missionários outrora abolido. E também analisa as correspondências dos citados frades como o governo de Pernambuco. Nas cartas desses religiosos observamos os seus trabalhos de contato com os índios da região, a fundação de aldeias e missões, e o testemunho in loco deles das violências praticadas pelos fazendeiros contra os indígenas.

## **A CATEQUESE ITINERANTE NA PROVÍNCIA DE GOIÁS (1845-1888)**

Doutoranda Carolina Alvim Santos (UFRRJ)

Este trabalho é o resultado da dissertação de mestrado em Ciências Sociais, orientada pela professora Dr<sup>a</sup> Cristina Pompa, cujas fontes consultadas foram os Relatórios dos Presidentes da Província de Goiás, no período de 1839 a 1888. Tem como objetivo discutir a política indigenista de 1845 aplicada em Goiás durante o Segundo Reinado, em que cinco missionários capuchinhos italianos foram enviados para Goiás com o objetivo de catequizar e civilizar os indígenas da região: Francisco do Monte de São Vitor (1842-1873), Rafael de Taggia (1846-1892), Sigismondo de Taggia (1847-1879), Antonio de Gangi (1866-1887) e Savino de Rimini (1871-1879).

Segundo as fontes oficiais foram cinco aldeamentos: aldeamento de Boa Vista, aldeamento de Tereza Cristina, aldeamento do Carretão, o aldeamento Pedro Afonso, o aldeamento de Santa Maria e o aldeamento de Jamimbú. Porém, essas mesmas fontes evidenciam que os missionários circulavam por outras aldeias indígenas em Goiás, isto é, aldeias que não possuíam o status de aldeamento previsto pela política do Segundo

Reinado. Era uma catequese itinerante, os missionários circulavam pelo sertão goiano a fim de catequizar os ameríndios. Também evidenciam que os indígenas não aldeados, estrategicamente, exigiam a presença de missionários entre eles. A política indigenista aplicada no contexto goiano estabelecia que os missionários criassem os aldeamentos onde os indígenas já se estabeleciam – próximo aos rios Tocantins e Araguaia. Havia o interesse econômico de criar esses aldeamentos próximos aos rios, pois os indígenas dariam apoio aos navegadores que circulavam pelos rios. Ao fazer uma leitura a contrapelo dos relatórios dos Presidentes da Província goiana, entendemos que os ameríndios possuíam uma consciência social do papel que poderiam desempenhar neste contexto a fim de garantir a sobrevivência.

## **O PROTAGONISMO TIRIYÓ NA MISSÃO CATÓLICA ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 A 1980**

Doutor Joanan Marques de Mendonça (UFPA)

O intento desta comunicação é a análise do protagonismo Tiriyo, no seu processo de socialização na missão religiosa Paru de Oeste, entre as décadas de 1960 a 1980. Localizados tradicionalmente na região Noroeste do estado do Pará, no atual Parque Indígena do Tumucumaque, os Tiriyo receberam a presença de missionários Franciscanos cujo intento foi de reuni-los na fronteira com o Suriname, onde a Força Aérea Brasileira tinha a intenção de se estabelecer através de um Posto Militar na região. O escopo dos religiosos no projeto, consistia na intermediação do diálogo entre os Tiriyo e o Estado brasileiro, promover a formação religiosa, garantir assistência à saúde e escolar, além de os capacitar com uma profissão e de inseri-los gradativamente na sociedade não indígena. Para tanto, buscando centralizar os Tiriyo na missão, os missionários criaram uma estrutura autossuficiente para diminuir sua dependência em relação à cidade, implementando, desse modo, uma agricultura mecanizada para o sustento da comunidade por meio da utilização da mão de obra indígena. É nesse contexto de confronto cultural que os Tiriyo protagonizaram a sua história. Ao tomar conhecimento dos seus direitos na nova sociedade, passaram a exigir o reconhecimento e a demarcação de suas terras tradicionais, buscando manter viva suas crenças e costumes, fortalecendo sua luta na medida que recorriam aos órgãos responsáveis em Brasília. Para apressurar os seus interesses, inúmeras vezes se utilizaram da imprensa escrita para denunciar o serviço prestado pelos missionários e militares, buscando garantir qualidade na assistência à saúde e proteção do território devido ao risco de invasões. O protagonismo Tiriyo acontece num contexto de conscientização quanto ao domínio dos códigos culturais dos agentes, possibilitando-lhes maior interação na nova sociedade, da qual se exigiu, em muitos casos, o cumprimento legal dos direitos existentes.

## **POR CIMA DOS OMBROS DO TEÓLOGO: VARIAÇÕES SOBRE “DIÁRIOS DE UM TEÓLOGO ÀS VOLTAS COM A QUESTÃO INDÍGENA (1987-1993)”**

Mestrando Enrique Polto Tabora (UFRGS)

Na presente discussão, tomo por base fragmentos de minha dissertação de mestrado em Antropologia Social, que tem por início uma pesquisa documental centrada nos diários de um teólogo jesuíta, o Padre Francisco Tabora, escritos entre os anos de 1986 e 1993, período em que atuou como assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário do Mato Grosso (CIMI/MT). A primeira parte do trabalho detém-se na dimensão textual dos diários, que se tratam – segundo o próprio autor – de um exercício de Teologia narrativa, entendida como um método teológico que ficou conhecido, principalmente, no contexto da Teologia Latino-Americana das décadas de 1970 e 1980. A partir desse material, atentamos à “teologia missionária” que se faz presente nas reflexões do autor, e a seu papel na identidade do próprio CIMI. Interessa-nos, nesse sentido, atentar para as “linhagens” de um pensamento missionário que se tornam evidentes na medida em que os próprios atores (teólogos e/ou missionários do CIMI) reivindicam personagens e correntes de pensamento de diversos momentos da história da Igreja Católica – a modo de uma “tradição discursiva”, como proposto por Talal Asad. Alguns exemplos vão desde analogias com a questão dos judaizantes na Igreja primitiva e no Concílio de Jerusalém; os Padres da Igreja e suas adaptações e reinterpretações do pensamento filosófico helênico à luz da doutrina cristã; e, muito especialmente, missionários do início da era moderna, como Bartolomé De Las Casas, considerado, talvez, o mais importante predecessor da causa indigenista, e Mateo Ricci, jesuíta atuante na China, precursor da inculturação, conceito-chave na atuação do CIMI. Tais reivindicações são usadas como exemplos e contraexemplos que legitimam, por assim dizer, a identidade católica da organização, ao mesmo tempo em que marca sua ruptura com as “teologias missionárias” católicas de tempos anteriores. Por fim, procuramos dar conta disso que pode ser entendido como uma teologia missionária secular presente na auto-identidade do CIMI, remetendo-nos aos recentes debates sobre secularismo na Antropologia, que têm se proposto repensar esse conceito a fim de aprofundar seus significados.

## **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

### **A DESPEDIDA DA DEUSA TONANTZIN E SEUS POSSÍVEIS RETORNOS, NA VISÃO DE FREI BERNARDINO DE SAHAGÚN, NA OBRA, HISTÓRIA GENERAL DE LAS COSAS DE LA NUEVA ESPAÑA**

Graduanda Daniela Rigon Ratochinski (UEM)

A apresentação irá abordar o tema da despedida da deusa Tonantzin no contexto da conquista do México, que aparece no Livro XII da Historia General de las Cosas de la Nueva España [1577]; (2019), escrito pelo frei Bernardino de Sahagún e seus ajudantes indígenas. Tonantzin era uma deidade de suma importância para as antigas religiosidades indígenas do México, sendo uma das responsáveis pela criação da humanidade. A proposta do trabalho é analisar a possível relação entre sua despedida no contexto da conquista e seu retorno de forma sincrética na figura da Virgem de Guadalupe, que surge no período de estabilização política da Nova Espanha após a conquista. Buscamos compreender o retorno de Tonantzin sob a imagem da Virgem inserido na tradição mesoamericana de despedida e retorno de deidades, cujo caso mais conhecido é o de Quetzalcoatl. Desenvolvemos a análise a partir do diálogo entre História Cultural e História Política, compreendendo as expressões de sincretismo cultural/religioso como formas de resistência cultural indígena ao processo de conquista espiritual.

### **O ENCONTRO DA TRADUÇÃO EM UMA DOUTRINA JESUÍTICA NA LÍNGUA MANAO (FAZENDA DE GIBRIÉ, 1757): PROPOSTAS DE ESTUDO**

Graduando Eloan Gabriel Ribeiro Serrão (UFPA)

No século XVII o padre Antônio Vieira fortaleceu a presença da Companhia de Jesus na Amazônia portuguesa através da criação de aldeamentos em locais estratégicos e da produção de catecismos “breves” na língua geral e em línguas ‘tapuias’ (não tupi) com base nas normas do seu Relato de Visita, que durou até o século XVIII. Numa primeira fase da pesquisa foram identificados oito catecismos escritos em línguas tapuias e verificados o quê esses grupos tinham em comum, o contato com estrangeiros europeus, representando um entrave para a ocupação portuguesa na região amazônica. Na etapa atual da pesquisa o foco será sobre uma doutrina em língua manao, inserida num

manuscrito tupi encontrado na fazenda jesuítica de Gibrié e datado de 1757. Esse documento se enquadra nos “anos pombalinos” num contexto político hostil aos jesuítas e de imposição do português como língua hegemônica para a evangelização dos indígenas. O objetivo da pesquisa, na fase atual, é analisar essa doutrina a partir da perspectiva da tradução como encontro entre o missionário anônimo e o intérprete indígena; se almeja investigar a participação de ambos nesse processo destacando o espaço de atuação de cada um. Nessa etapa também observaremos a presença de três línguas nesse texto (além do manao, também o português e a língua geral) e buscaremos avaliar a atribuição de cada participante da tradução nessas escolhas linguísticas. Sabemos que o missionário não tinha conhecimento do manao, enquanto o intérprete manao não dominava o português; a comunicação entre eles se dava pela língua geral. Como forma de familiarização com os dados linguísticos, distinguiremos o léxico cristão nas três línguas, testando a possibilidade dessa via metodológica para examinar a participação de cada um desses atores nas escolhas finais do texto. O objetivo material desse trabalho é produzir uma Monografia de História sobre essa doutrina manao. Sociolinguística.

## **POR QUE UM POVO QUE CAMINHAVA DEIXOU DE CAMINHAR? APROXIMAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A GUERRA GUARANÍTICA E AS TRANSFORMAÇÕES NO CONCEITO DE TEKOHÁ.**

Graduanda Virgínia Morbeck Mesquita (UNINOVE)

A referida pesquisa de iniciação científica busca compreender o protagonismo indígena dentro das missões jesuíticas sobre o recorte da Guerra Guaranítica (1754-56) e dos 7 povos das missões. Um renovado interesse pelo protagonismo indígena cresce na medida na medida em que o conhecimento sobre a cosmologia e a cosmovisão dos Guarani se aprofunda. Observar a sociedade e sua estrutura é de fundamental importância para se compreender a perspectiva desse povo, e assim, munido do conhecimento sobre seus conceitos e a aplicação dos mesmos, é que se faz possível indagar acertivamente as fontes e compreender como se deu o protagonismo indígena em diversos momentos históricos. O contexto histórico da Guerra Guaranítica permite analisar melhor algumas mudanças no modo de ser guarani assim como sobre o comportamento do povo Guarani que vivia dentro das reduções, uma vez que se trata de uma etnia que tem em sua organização a prática das caminhadas denominada “Oguatá”. Esse fenômeno se dá pelos mais diversos motivos, seja em busca da terra sem males (ideal cosmológico), de novas terras para cultivo, caça e coleta, por conflitos com outros povos, alterações climáticas e sobretudo por razões religiosas, guiados por lideranças. Ainda que se configurem enquanto uma comunidade com um modo de ser caminhante, os Guarani sempre tiveram muito latente a preservação do Tekohá, que vem a ser o espaço de reprodução de seus costumes, conforme faziam seus antepassados (Cabe salientar que em diversos períodos esse Tekohá deixava de ser um espaço puramente geográfico, entretanto, através da

reprodução de seus costumes, o povo guarani preservou a amalgama necessária para ligar essa instituição física à espiritual) O que nos interessa analisar aqui é justamente o momento em que o povo Guarani se encontrava reduzido pelos jesuítas (no território considerado pela pesquisa, que equivale ao 7 povos das missões) uma vez que é nesse ensejo que se encontra o cerne da investigação; um povo caminhante se estabeleceu em um território e lutou para ali permanecer: por que um povo que caminhava deixou de realizar a grande caminhada em busca da terra sem males? Os principais levantamentos feitos até o momento indicam hipóteses que passam pela alimentação e agricultura (a ausência de escassez alimentar compunha o ideal da terra sem males). O fato é que se trata de uma passagem cuja análise se faz indispensável, inclusive para pensarmos sobre direitos indígena e demarcações na atualidade

### **A INFLUÊNCIA DO LATIM EM CÂNTICOS DA IGREJA CATÓLICA DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL – PB**

Graduanda Juracy Dayse Delfino Soares

O presente trabalho tende a apresentar resultados de uma pesquisa de campo realizada por discente do curso de Letras, do Campus IV-Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba, sobre a influência do latim em cânticos da igreja católica de comunidade indígena potiguara de Baía da Traição-PB. A pesquisa foi desenvolvida na aldeia indígena São Francisco, situada na Zona Rural de Baía da Traição-Pb. Para o alcance do resultado final se deu a partir de diálogo cedido por historiadora da própria aldeia e teve como objetivo investigar a trajetória histórica que influenciou a resistência do latim na comunidade indígena até os dias de hoje. A pesquisadora teve acesso a letra em latim e a tradução para o português da ladainha da padroeira da aldeia sede da pesquisa. Contudo, essa pesquisa se enquadra no eixo temático: Missões religiosas e povos Indígenas na América: Séculos XVI ao XXI.

### **A REPRESENTAÇÃO DO INDÍGENA, DO CONQUISTADOR E DA IGREJA CATÓLICA NOS POEMAS DE PABLO NERUDA**

Graduando Cleyson Pinheiro Bezerra (UFCG)

O presente trabalho apresenta uma leitura das obras de Pablo Neruda, autor chileno – Prêmio Nobel de Literatura de 1971 – buscando compreender como o autor constrói as imagens do conquistador e do nativo no processo de conquista da América. Essa temática reflete sobre como esses sujeitos são interpretados pelo poeta, o qual faz um resgate da história para construir sua visão em relação aos personagens do século XVI, que se encontravam na América. O objetivo deste trabalho é apresentar a imagem que Neruda

constrói sobre os três personagens da história da América; Indígenas, Conquistadores e Igreja Católica, além de refletir sobre as visões políticas do poeta e a importância da literatura como fator de reflexão historiográfico. Essa discussão traz uma importante contribuição para os estudos acerca da América durante o processo de conquista, utilizando de interpretações de obras literárias para compreender os fatos e eventos históricos. Para construção dessa pesquisa, analisou o livro; *Canto Geral*, sobretudo o capítulo; *Os Conquistadores*, que aborda a temática relacionada a chegada dos europeus na América, também pesquisou a biografia de Pablo Neruda e releituras de seus poemas, como parte do processo de interpretação do trabalho, utilizando dos trabalhos de Tzvetan Todorov (um dos principais nomes da historiografia da América), para fundamentar a construção dessa pesquisa. Sendo assim, o trabalho sustenta a visão dos conquistadores enquanto dominadores e opressores dos povos nativos da Américas, esses são tidos como inocentes e frágeis diante do poder dos europeus, indefesos que foram suprimidos pelos interesses dos estrangeiros, por conseguinte, a igreja católica como instituição que mantém e proporciona esses processos de apropriação dos povos indígenas. Os processos de conquistas nesse sentido, consistem em uma formação de uma nova cultura, por conseguinte o fim da outra, o que demonstra que os europeus não somente suprimiram a cultura local, como colocaram outra no lugar

## **ST4 - EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA AMÉRICA EM SUAS DIFERENTES FASES ESCOLARES ATÉ O ENSINO MÉDIO**

Coordenadores(as): Edson Kayapó, IFBA  
Bruno Ferrerira Kaingang, UFRGS  
Arlete Maria Pinheiro Schubert, UFES

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **POVOS INDÍGENAS: TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E ANCESTRALIDADES**

Doutora Arlete Maria Pinheiro  
Schubert, UFES  
Doutor Edson Brito Kaiapó, IFBA

O desafio do pensamento indígena para o tempo presente se anuncia como uma filosofia do arco, da flecha e do maracá. De pronto, esse pensamento indígena ancestral atinge concepções que foram acreditadas como universalizáveis nas sociedades não indígenas. Especialmente quando observamos as argumentações e reflexões em que esse pensamento se fundamenta, constatamos a exigência de uma precondição para que uma única “humanidade” estivesse contemplada com as benesses do mundo. Essa precondição encontra-se relacionada aos segmentos humanos desclassificáveis, como menciona Ailton Krenak, para adentrar o “seleto clube da humanidade”. Os enunciados produzidos pelos indígenas reafirmam a necessidade de rever conceitos que arbitrariamente são aplicados como universalizáveis, ao mesmo tempo em que não nos damos conta e nem tempo para refletir sobre o que isso significou para a diferenciada multidão dos classificados como “incultos”, “incivilizados”, sub-humanos e não-humanos. Trazemos estas reflexões com o fito de demonstrar que os indígenas lançam mão de uma pedagogia e explicitam assim um currículo próprio em suas narrativas e memórias históricas e ancestrais. Uma pedagogia forjada por eles mesmos, elaborada e reelaborada com autonomia, desde a prática das retomadas de seus corpos-territórios, uma pedagogia contra o esquecimento. Tais elaborações certamente fornecem pistas para pensar as influências das retomadas indígenas sobre a educação que praticam cotidianamente.

#### **A GÊNESE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ETNOTERRITÓRIO WASSU-COCAL: REFLEXÕES SOBRE OS MARCOS LEGAIS**

Mestrando Valdeck Gomes de Oliveira Junior (UFAL)  
Doutora Valéria Campos Cavalcante (UFAL)

Este trabalho tem como objetivo apresentar a gênese do processo de escolarização no Etnoterritório Wassu-Cocal. O trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica, com aporte teórico para discutir perspectivas que potencializam práticas educativas outras e sobre a normatização e conseqüentemente criação das escolas na referida comunidade indígena. Nessa direção, buscamos construir argumentações e problematizações a fim de compreender os (des)caminhos legais para a implementação da Educação Escolar Indígena na comunidade investigada. Para tanto, explicitamos os marcos legais em que a Educação Escolar Indígena está amparada e que dão suporte para a manutenção, funcionamento e existência da educação diferenciada em âmbito nacional, e mais especificamente, à Educação Escolar Indígena em Alagoas, atinente ao etnoterritório Wassu-Cocal. A temática aqui exposta, faz parte das contribuições vivenciadas por um dos pesquisadores durante a pesquisa de mestrado nas escolas indígenas alagoana. Pensamos que abordar o tema implica considerar e reconhecer os avanços e retrocessos na Educação Indígena em Alagoas, bem como as epistemologias praticadas, saberes pedagógicos e outras cosmologias que é a base de sua práxis na Educação Escolar Indígena. Nesse sentido, a mobilização propositiva da educação escolar indígena diferenciada, no tempo presente, mostra-se demandada para todos os níveis da Educação Básica. Com essa compreensão, debatemos sobre os marcos legais, mobilizações e (re)invenção das práticas curriculares que (re)direcionaram a educação escolar indígena no etnoterritório Wassu-Cocal perspectivando novos mundos.

## **MEMÓRIAS E SABERES INDÍGENAS: REGISTROS DE LEMBRANÇAS DA ESCOLA**

Doutora Geovana Tabachi Silva (UFF)

Esse trabalho tem como objetivo analisar e compreender as memórias de escola de discentes indígenas do curso de Licenciatura Intercultural Indígena Tupinikim e Guarani, da Universidade Federal do Espírito Santo (PROLIND/UFES), de comunidades tradicionais localizadas no município de Aracruz, na região litorânea do norte do Estado do Espírito Santo. A proposta de elaborar um memorial com registros das memórias escolares ocorreu no âmbito da disciplina Metodologia do Ensino de Ciências Sociais, ministrada por uma docente não indígena. A atividade propõe relação entre as memórias, os saberes escolares e a territorialidade, tendo em vista a relevância estratégica desta para a continuidade dos povos e comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que proporciona reflexões acerca da relação com outras culturas e seus respectivos saberes. Algumas questões norteadoras podem ser consideradas, inicialmente, por exemplo: Como foi seu primeiro contato com a escola? Quais as dificuldades? O que mais gostava? O que você lembra do período da escola? Seus professores eram indígenas? Portanto, um memorial contendo registros de lembranças da escola, com reflexões e análises acerca das memórias pessoais do período escolar, incluindo situações, narrativas de pessoas, objetos, assim como as práticas cotidianas na aldeia/comunidade e os atravessamentos que reforçam e fortaleçam a educação e os saberes indígenas, proporcionará a construção de metodologias de ensino e aprendizagem que sintetizem e potencializem pedagogias ligadas às especificidades de cada contexto escolar indígena, assim como possibilitará a adoção da pesquisa como base pedagógica essencial da construção do itinerário formativo indígena, com vistas a uma melhor compreensão e avaliação do fazer educativo, do papel

sociopolítico e cultural da escola, da realidade das comunidades tradicionais e do contexto sociopolítico e cultural da sociedade brasileira em geral.

## **ESCOLA INDÍGENA NA ALDEIA CAMICUÃ UM EXEMPLO DO DESCASO E ABANDONO**

Doutoranda Valdirene Nascimento da Silva Oliveira

A forma como a escola chegou para nós povos indígenas, foi extremamente violento, tanto físico quanto psicológico. No entanto, essas formas de violências não nos tiraram o desejo e a vontade de aprender o que o karywa sabe e estarmos em pé de igualdade com eles no sentido de conhecimento escolarizado/sistematizado. Somente após a constituição de 1988 é que podemos “sonhar” como modos escolares próprios sem imposições do não indígena. Após a constituição as coisas não mudaram significativamente o quanto desejamos, principalmente para os povos do estado do Amazonas mais precisamente no Sul do citado estado na Aldeia Camicuã. Nessa aldeia as coisas “pararam” no tempo do branco, não há esforço de construção de um espaço físico descente e humanizado. Ao vê-la, temos impressão que o tempo parou, não houve avanços tecnológicos e as salas são quentes com paredes sujas, já sem tintas e muitos borrões de tantas colagens de papéis, textos e outras coisas que os professores consideram importante para o aprendizado do aluno. Sendo assim, o presente texto tem o objetivo principal de apresentar a realidade da escola indígena ofertada aos Apurinã na aldeia Camicuã.

## **PARA DIMINUIR O PRECONCEITO LINGUÍSTICO: O ENSINO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS**

Mestrando Armando Gutiérrez Cisneros (PPGL-UNB)

Ormezinda Maria Ribeiro (PPGL-UNB)

Ulisdete Rodrigues de Souza Rodrigues (PPGL-UNB)

Esse trabalho trata da importância do ensino da Língua Quíchua nas escolas públicas e privadas, para diminuir a tendência do preconceito linguístico e discriminação étnica, que ocorre desde os tempos da colonização. Nos países ameríndios faltam os currículos escolares inclusivos, onde se deveriam ensinar, no mínimo 3 canções indígenas, dentro dos primeiros 5 anos da educação básica escolar. Os falantes da Língua Quíchua sofrem discriminações cotidianas e massivas, apesar de representarem as culturas mais avançadas da América do Sul: Incas e Pré-Incas. O Ministério da Educação do Peru (DNLO, 2013, p. 82), afirma, que a língua quíchua está presente em 7 países da América do Sul, como em Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Chile e Argentina. No início do século XX, 60% da população peruana era quíchua falante, contudo no início do Século XXI há apenas 15% de falantes. Assim acontecem os genocídios linguísticos, históricos, sociais, culturais, artísticos e epistemológicos. O ensino da Língua Quíchua nas escolas de 3º, 4º e 5º ano obteve resultados positivos e na UNB Idiomas da Universidade de Brasília, onde foi lecionado para os estudantes universitários e profissionais de diversas áreas. Segundo a teoria sociocultural de Vygotsky (1896-1934), as interações são a base para que o

indivíduo consiga compreender (por meio da internalização) as representações mentais de seu grupo social.

## **ST5 - JUSTIÇA, DIREITOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS**

Coordenadores(as): André Augusto Salvador Bezerra, USP

Denise Tatiane Girardon dos Santos, UNICRUZ

Pedro Pachagaia, Associação de Antropologia, Bolívia

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **O DIREITO DE ACESSO DOS POVOS INDÍGENAS À JUSTIÇA E A DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

Mestranda Raffaella Cássia De Sousa  
(ENFAM)

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do mestrado profissional em Direito da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), tendo como orientador o prof. Dr. Roger Raupp Rios. Esta pesquisa pretende analisar a discriminação étnico-racial como barreira de acesso dos povos indígenas à justiça. Para tanto, parte do conceito mais amplo de acesso à justiça para incluir não apenas o ingresso no Poder Judiciário, mas principalmente o direito de acesso a uma ordem jurídica justa, conforme conceito apresentado por Kazuo Watanabe. O problema de pesquisa direciona o questionamento sobre a discriminação étnico-racial como barreira para o efetivo acesso dos povos indígenas à justiça, propondo o recurso a tratamentos positivos previstos no direito da antidiscriminação, de forma a corrigir desigualdades. Como principais referenciais teóricos da pesquisa, utiliza-se o conceito de ondas renovatórias da obra “Acesso à Justiça” de Mauro Cappelletti e Bryant Garth (especialmente a terceira onda), bem como o direito da antidiscriminação. Como metodologia, adota-se uma abordagem qualitativa por meio da análise de legislação nacional e de produções doutrinárias sobre o assunto, além de dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Pretende-se estruturar o trabalho em duas partes, sendo a primeira relativa à análise do direito de acesso dos povos indígenas à justiça. A segunda parte disporá sobre o direito da antidiscriminação e a discriminação étnico-racial como barreira de acesso dos povos indígenas à justiça. Nas considerações finais, verifica-se que a discriminação étnico-racial impede que os povos indígenas tenham um efetivo acesso à justiça, principalmente em razão do desconhecimento das especificidades culturais dessas coletividades, sendo importante a adoção de tratamento positivos, preventivos ou utilizados durante o processo judicial, como forma de superar os obstáculos para acessar uma ordem jurídica justa para os povos indígenas.

## **SISTEMA SOCIOEDUCATIVO PARA A POPULAÇÃO JOVEM INDÍGENA: PLURALISMO JURÍDICO E HERMENÊUTICA DIATÓPICA COMO FERRAMENTA JUDICIAL**

Mestranda Melyna Machado Mescouto  
Fialho (ENFAM)

O presente trabalho integra uma pesquisa em desenvolvimento no mestrado profissional em Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de magistrados (ENFAM), e tem como orientador o Professor André Augusto Salvador Bezerra. A pesquisa objetiva analisar o papel do Poder Judiciário na construção de uma democracia intercultural, por meio de um novo norte interpretativo fundado na ponderação intercultural (hermenêutica diatópica) quando da aplicação das normas jurídicas e no exercício necessário do controle plural de constitucionalidade. O recorte realizado visa investigar o sistema socioeducativo e suas disfunções quando de sua aplicação na comunidade Terena, a iniciar pela própria ausência da figura do adolescente, categoria de construção ocidental, passando pela necessária reconfiguração da atuação judicial, refratária a abertura para as cosmovisões ancestrais dos povos indígenas. O problema de pesquisa direciona à análise sobre a possibilidade de reconciliar o sistema socioeducativo tradicional com o direito à autonomia dos povos indígenas, a partir do pluralismo jurídico e a interculturalidade. E, em que medida o Poder Judiciário, na prática judicial, a partir de uma perspectiva decolonial, poderia reinterpretar o sistema socioeducativo a partir de um diálogo intercultural, disseminar uma cultura antidiscriminatória, com participação específica dos povos tradicionais. O referencial teórico da pesquisa ponderará a teoria da hermenêutica diatópica de Boaventura de Sousa Santos e seu paradigma decolonizador no controle da própria atuação jurisdicional.

## **POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: A “INCLUSÃO” DOS ESTUDANTES INDÍGENAS, SUAS EPISTEMOLOGIAS E OS DESAFIOS PARA DECOLONIZAR A UNIVERSIDADE**

Mestrando Bruno Rafael Cesário Calassa  
(UFG)  
Doutor Pedro Henrique da Silva (UFG)

Este trabalho tem por objetivo analisar, sob a perspectiva decolonial, a inclusão de indígenas, sujeitos e culturas subalternizadas, nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na qual centramos nossa reflexão nos principais teóricos da decolonialidade e interculturalidade;

e documental dado que será analisada a Resolução Consuni 07/2015 da UFG que “dispõe sobre a política de ações afirmativas para pretos, pardos e indígenas na Pós-Graduação stricto sensu na UFG”. Desse modo, a questão problema levantada foi: a noção de inclusão presente na Resolução perscrutada visa também incluir outras epistemologias ou apenas outros corpos? Iniciou-se a presente pesquisa fazendo um breve histórico sobre o modo de produzir conhecimento em conjunto com os fatores que influenciam no processo de inclusão social e, principalmente, no acesso aos cursos de Pós-Graduação stricto sensu da UFG. Como embasamento teórico tomou-se partido das produções de alguns autores que discorrem acerca dos Direitos Humanos, como Boaventura de Sousa Santos (1995; 1997; 2013); autores latino-americanos que discorrem acerca da Decolonialidade, como Walter Mignolo (2003; 2008), Ángel Pérez Gómez (1998), Aníbal Quijano (2005; 2010) e sobre educação escolar indígena e interculturalidade, como André Marques do Nascimento (2020; 2021), Elias Nazareno (2019; 2020) e Maria do Socorro Pimentel da Silva (2015; 2017). A partir deste suporte teórico foi possível compreender qual epistemologia permeia a UFG bem como o processo de inclusão dos corpos indígenas, até então subalternizados, excluídos e marginalizados nos cursos de Pós-Graduação da referida instituição.

## **EVOLUÇÃO DOS DIREITOS INDÍGENAS DO SÉCULO XXI NO CONTEXTO BRASILEIRO: ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE**

Mestranda Mariane Thiesen Rech (NOVA FCSH)

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a evolução dos direitos indígenas no contexto brasileiro, desde a colonização até 2021, bem como, fazer uma análise documental acerca da construção da UHE Belo Monte, compreendendo aspetos jurídicos, legislativos, bem como, o impacto socioambiental sofrido pelas populações locais, com foco nos povos indígenas. O trabalho foi dividido em duas partes: a primeira parte teve enfoque na colonização, regime militar, promulgação e período pós Constituição Federal de 1988. Já a segunda parte consistiu em uma análise documental da UHE Belo Monte. Através dessa pesquisa foi possível conhecer mais a fundo a história indígena de resistência e luta, principalmente na medida em que estas lutas se refletem em ações judiciais. Quanto à análise documental, o projeto foi alvo de controvérsias, além de ter sido marcado por interesses políticos e económicos, em um momento de extrema polarização no país, que se sobrepuseram à salvaguarda dos direitos indígenas e da biodiversidade local. Além disso, nota-se um reflexo da herança colonial enraizada na sociedade brasileira, que se deve à forma como a história é contada: na perspectiva do colonizador, não do colonizado. Quando a conclusão, foi possível perceber melhor de que modo se deu o início da colonização. Como os indígenas lidaram com a invasão em seus territórios e com a doutrinação forçada e como o fato de, de repente, não serem aceitos como indígenas e precisarem se assimilar a outra cultura. Essas situações se agravaram com a Ditadura Militar e foram novamente aliviadas com a abertura democrática do país

em 1988. Foi possível concluir ainda o fato de que a esquerda brasileira, durante algum tempo, fechou os olhos para os possíveis – e irreversíveis – problemas ambientais e socioambientais envolvendo a UHE de Belo Monte e os povos originários. Assim, acredito que o trabalho se enquadre no eixo temático 5) Justiça, Direitos Humanos e Direitos Indígenas.

## **O ACESSO AOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PELOS MORADORES DA COMUNIDADE INDÍGENA FOXÁ NO MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS**

Mestranda Débora Pires Medeiros Silva  
(UNIVATES)

Doutor Luís Fernando da Silva Laroque  
(UNIVATES)

Os indígenas Kaingang estão distribuídos em quatro estados brasileiros, a saber: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Trata-se de uma das etnias indígenas mais populosas do Brasil, correspondendo em 39 mil pessoas, aproximadamente. A comunidade estudada se denomina “Foxá” e está localizada na área urbana do município de Lajeado/RS. O objetivo da presente pesquisa consiste em identificar os desafios do acesso aos direitos da Previdência Social por integrantes da referida comunidade. A metodologia foi do tipo qualitativa, utilizando-se a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo como instrumentos técnicos. A aldeia Foxá possui quarenta e cinco casas, com famílias compostas por no máximo cinco integrantes, sendo o artesanato uma das principais fontes de renda da comunidade. A Previdência Social está regulamentada nos artigos 201 e 202 da CF/88, bem como nas leis 8.212 e 8.213 de 1991. Referente aos indígenas, a Previdência Social não apresenta distinção na concessão de benefícios, tendo essas populações o dever de preencher os mesmos requisitos dos não indígenas, visto que não existe benefício em razão da condição de índio. A partir dos relatos dos sete interlocutores, coletados durante as onze saídas de campo, verificou-se que um indígena teve seu benefício indeferido, pois não se enquadrava nas regras de transição da Reforma da Previdência, outro não teve experiências com o INSS, três tiveram seu benefício deferido, um teve que enfrentar a burocracia até conseguir receber seu benefício e outro teve seu benefício negado na via administrativa e aguardou quatro anos por uma decisão judicial. Constatou-se que as dificuldades dos indígenas ao acessar os direitos da Previdência Social decorrem da falta de efetividade das leis e da conscientização dessa população acerca de seus direitos, especialmente no que tange a Previdência Social, que geralmente é negada para a população em geral. Dessa forma, as autoridades precisam se voltar para essas comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

## **ARTE-EDUCAÇÃO E POVOS ORIGINÁRIOS: DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA SOCIAL**

Pós-Doutora Elizabeth Ângela dos Santos  
Torsi (UNESP/UNEMAT)

O presente trabalho é resultados parciais de tese de doutoramento que tem como objetivo identificar a concepção do povo Kayabi-Kawaiweté, localizado na Terra Indígena Apiaká-Kayabi no Município de Juara - MT, sobre Arte-Educação. Os povos originários no Brasil têm feito um movimento de resistência para assegurar os seus direitos e tem sofrido diferentes formas de violências e violações ao longo de nossa história, e na atualidade os ataques com vistas a retiradas dos direitos têm sido mais constantes. Nesse contexto a Arte-Educação tem papel central para a articulação entre política, cultura e identidades dentro das comunidades indígenas. Por isso, a Arte compreendida como direitos humanos são fundamentais para o fortalecimento cultural e identitário dos povos originários. As manifestações artísticas dos povos originários podem ser concebidas como um movimento decolonial que se estrutura na interculturalidade crítica através de uma educação indígena que é étnica, cultural, identitária, intercultural e cosmológica, trazendo fortemente os saberes tradicionais e autênticos das comunidades indígenas, como por exemplo, os mitos de origem, os lugares sagrados, os territórios, ou seja, a cultura material e imaterial. Nesse sentido, a manifestação artística dos povos originários é uma questão de justiça social e direitos humanos, pois abarcam a dimensão ética, cultural, política e social de cada povo contribuindo para o enfrentamento do silenciamento e invisibilidade imposta historicamente por nossa sociedade que ostenta fortemente o seu caráter colonial.

## **LOS DERECHOS DE LAS MUJERES INDÍGENAS EN COLOMBIA, PUENTES ENTRE LA JURISDICCIÓN ORDINARIA Y LA JURISDICCIÓN ESPECIAL INDÍGENA**

Maestria Dunen Kaneybia Muelas Izquierdo

Presentaré dos retos para garantizar un mejor acceso a la justicia de las mujeres indígenas en Colombia. El primero se relaciona con la necesidad de analizar de manera crítica algunas de las representaciones racistas y estereotipadas que existen sobre la Jurisdicción Especial Indígena, las cuales dejan entender que las justicias indígenas son incapaces de contrarrestar las violencias contra las mujeres indígenas. Estas representaciones resultan perjudiciales para el ejercicio de administración de justicia que han realizado mujeres indígenas en calidad de autoridades indígenas, logrando fortalecer el acceso a la justicia de las mujeres y niñas desde un contexto comunitario. El segundo reto se relaciona precisamente con estas experiencias de administración de justicia: remite a la necesidad

de construir una articulación y coordinación interjurisdiccional entre las autoridades indígenas y las instituciones como la Fiscalía, el Instituto Nacional de Medicina Legal para la garantía de los derechos de las mujeres indígenas. De este modo, este texto pretende ser un aporte para reflexionar sobre la oportunidad de construir soluciones concertadas que permitan garantizar los derechos de las mujeres indígenas.

## **O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS DOS INDÍGENAS DA BAÍA DA TRAIÇÃO NA PARAÍBA NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR**

Doutora Thereza Baumann (UFF, Museu Nacional/ UFRJ)

Em 1981, como pesquisadora do D. G. P. I (Departamento Geral de Patrimônio Indígena) da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), fui incumbida de proceder a um levantamento documental histórico-legal que comprovasse a continuidade de ocupação e o direito legítimo dos Potiguara na mencionada área da Baía da Traição. Não obstante a presença de um Posto Indígena criado pelo antigo S.P.I. (Serviço de Proteção aos índios) na área, invasores e constantes litígios colocavam em causa os direitos dos indígenas. O meu objetivo é o de apresentar a memória desse trabalho que resultou em extenso relatório (incluindo a cópia de mais de 100 documentos cobrindo o intervalo temporal do início da presença portuguesa na região até à atualidade) resultante das pesquisas realizadas em arquivos, bibliotecas, cartórios, entre outros, nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba, e , sobretudo, abordar os percalços, os obstáculos e as contradições (inclusive a manipulação e a omissão de documentos) interpostos pela própria FUNAI à minha missão e à concretização dos objetivos propostos por aquela mesma fundação, ou seja, a de concorrer para preservar a terra, os direitos legais e o futuro dos Potiguara da Baía da Traição.

### **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

#### **A ETNICIDADE DE UM ASILO: A ADMINISTRAÇÃO DE VIDAS INDÍGENAS NA "CASA DO ÍNDIO RJ"**

Graduando Bruno Da Silva Rangel  
Francisco (UERJ)

Este trabalho divide-se em duas partes. Na primeira, abordar-se-á a trajetória do estabelecimento - pioneiro dentre as 'Casas' do Brasil -, sua fundação, seus vínculos políticos com o SPI e com de Mal. Rondon, os marcos que contribuíram para sua legitimidade social e seu atual estado. Na segunda parte, analisar-se-á a Casa do Índio RJ à luz da antropologia: instituição total; regime tutelar; poder tutelar. Estes conceitos nos ajudarão a pensar a dimensão política dos diagnósticos de transtorno mental e físico que

fundamentam as ações terapêuticas e o envio permanente de mais de meio século de “pacientes” para lá. A administração de vidas indígenas reduzidas a corpos chama a atenção, pois, ela requer uma interpretação racializada, conjugada a uma limitação da movimentação e o cerceamento de direitos civis e humanos. Isto é, a constituição efetiva de uma vida legal e juridicamente tutelada por terceiros necessita da crença de que estas pessoas (indígenas) são inaptas ao exercício da cidadania e sustenta-se em um argumento de duas faces, racial e médico, resultando a Casa do Índio RJ em um espaço peculiar, direcionado a gerir de modo manicomial uma categoria interseccional de ser humano – “índios loucos” ou “deficientes”. Assim, questiona-se: que poderes sustentam por meio século a retirada de pessoas de seu meio social para isolá-las dentro de um prédio urbano sob uma tutela institucionalizada? A Casa do Índio RJ torna-se, então, um espaço socialmente demarcado por critérios de racialidade e de doença, para onde são destinados corpos e mentes para receber tratamento e resguardado de violências históricas em processo. Porém, uma vez que as crianças, adultos e demais indígenas que por lá chegam, encontram-se institucionalmente impedidos de performances identitárias ou, até mesmo de reinventá-los, logo, a Casa se aproxima dos processos históricos de dominação como a integração compulsória e o regime tutelar: não seria então a Casa do Índio RJ promotora dos mesmos fenômenos que julga reparar? Segundo Goffman, a "carreira moral" do doente mental é definida entre esquecer quem ele era e tornar-se aquilo que a instituição produz nele. Assim, os resultados de um estudo etnográfico realizado na Casa apontam para graves violações de direitos humanos teoricamente interpretados como "processo de desontologização" e como “etnocídio”. A Casa do Índio RJ, assim, é definida como um asilo urbano para a administração de vidas indígenas. Uma instituição total neocolonial.

### **TERRA, CHUMBO E SANGUE: A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)**

Graduando Lucas Almeida Figueiredo  
Ribeiro (UEFS)

Este artigo busca dialogar a respeito da relação entre e os povos indígenas e o governo do general Costa e Silva, diante da ditadura civil militar brasileira, levando em consideração os massacres praticados pelos governos durante todo o período de governo militar (1964-1985). Destaco a importância de trazer esse tema, com o intuito entender as motivações dos governos militares, que levaram ao assassinato de mais de 8.500 indígenas em todo o território nacional, durante o período citado acima. O enfoque desse trabalho, será no governo do General Costa e Silva (1967-1969) denominado de anos de chumbo, onde ocorreram os piores eventos de violência e tortura contra os povos indígenas e militantes que se manifestavam contra o governo militar. O tema em questão busca além do recorte, navegar nos anseios dos povos originários diante desse processo, suas vivências, lutas e resistências. Documentos produzidos nesse período destacam detalhadamente como funcionavam essas relações, some-se a isto, relatórios da cruz vermelha, o relatório figueiredo e boletins informativos da FUNAI. No entanto o debate irá muito além disso,

envolvendo uma complexidade maior do que se imagina, as motivações, leis, decretos, garantias, tudo isso será dialogado e investigado como um princípio motivador dessas relações de violência. O porquê das impunidades garantidas a quem cometia esses delitos, e o que era passado para sociedade, através dos veículos midiáticos de informações, e das próprias declarações do exército brasileiro e da polícia, também será apontado.

## **ST6 - O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA E OS 10 ANOS DA LEI Nº 11.645/2008: EXPERIÊNCIAS, DISCUSSÕES E PROPOSTAS**

Coordenadores(as): Neimar Machado de Sousa, UFGD

Wania Alexandrino, UFOPA

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **USO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA E ENSINO REMOTO EM ESCOLAS INDÍGENAS DO BAIXO TAPAJÓS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Doutorando Diego Marinho de Gois (UFPR/UFOPA)

Doutora Tânia Maria F. Braga Garcia (UFPR)

A pandemia da Covid-19 impôs transformações no cotidiano escolar, sobretudo pela substituição das aulas presenciais por ensino à distância e/ou remoto, com ou sem o uso das ferramentas digitais. Foi necessário improvisar novas formas de atuação, pois as tecnologias da informação não estavam disponíveis para todas as realidades escolares, seja para veicular aulas gravadas ou para realizar aulas online em atividades síncronas. Para escolas indígenas do Baixo Tapajós, no Pará, Amazônia Brasileira, campo empírico da pesquisa, não foi possível a realização de aulas por computador ou pelo celular, e foram realizadas atividades escritas, com o uso do livro didático, recurso disponível para o ensino de História no contexto das escolas indígenas estudadas. A presença dos livros didáticos na vida dos alunos possibilitou leitura, estudo, pesquisa e a realização de atividades nas próprias residências, como apontado pelas colaboradoras da pesquisa, professoras em escolas de aldeias. Em algumas situações, a leitura do livro didático substituiu as aulas presenciais das professoras, assumindo este recurso didático, portanto, uma posição de protagonismo no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa está inserida teórica e metodologicamente no campo da manualística (Escolano, 2012) e analisa apropriações que ocorrem nas aulas quanto à recepção dos livros de História e sua leitura (Chartier, 1990; Certeau, 2005; Rockwell, 2001) e está referenciada metodologicamente na etnografia educacional (Rockwell, 2009; Garcia, 2011). Com sustentação nos resultados de entrevistas online com professoras de História e de análise documental, constataram-se formas heterogêneas de usos dos livros didáticos de História e de trabalho com a temática indígena em aulas de escolas em aldeias. Mesmo com limites existentes nos livros de História distribuídos pelo PNL, as professoras desenvolvem práticas de ensino que articulam a temática indígena, a história local e nacional, mesmo quando estes materiais não apresentam estas relações.

## **NOTAS SOBRE UMA MOSTRA DE CINEMA DE INDÍGENA NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO SERTÃO DO PERNAMBUCO: POR UMA DECOLONIZAÇÃO DA GENTE PRÁXIS CINEMATOGRAFICA E DO ENSINO**

Doutora Paula Manuella Silva De Santana  
(UFRPE)

Este relato de experiência procura discutir alguns caminhos para a decolonização da práxis cinematográfica e curricular experienciados a partir da realização da Mostra de Cinema Indígena da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE-UAST). A ideia é travar uma aproximação com categorias emergentes de análise crítica, bem como tomar contato com a(r)tivismos decolonizantes no bojo da Lei nº 11.645/2008. Os desafios, empecilhos, estranhamentos e aprendizagens vivenciados durante e após a Mostra de Cinema Indígena da UFRPE-UAST constituíram as bases para a reflexão teórica em torno da singularidade da linguagem do cinema indígena, sua introdução como arte no ambiente acadêmico e o processo de institucionalização do cinema como um disparador da transformação de um projeto em prol de uma educação radicalmente intercultural, antirracista e decolonial.

## **ENSINO DE LITERATURA INDÍGENA: RECEPÇÃO DE MITOS MUNDURUKU EM SALA DE AULA**

Mestre Jessica Martins Bezerra Felipe  
(UFRN)

Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado intitulada “Literatura indígena e recepção: uma intervenção a partir do reconto de mitos numa escola pública do município de Extremoz-RN”, que teve como objetivo investigar como se deu a recepção da obra *As serpentes que roubaram a noite e outros mitos* (2011), do escritor indígena Daniel Munduruku, por um grupo de adolescentes, alunos\* de uma turma do oitavo ano de uma escola pública do referido município. A pesquisa-ação de caráter qualitativo teve como etapas o reconto dos mitos lidos e a posterior discussão da obra com os sujeitos numa roda de conversa. A investigação foi fundamentada principalmente na Lei 11.645/2008 da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. O aporte teórico principal foi a Teoria da Estética da Recepção de Hans Robert Jauss (1994); os pesquisadores da contação de histórias Eliana Yunes (2012) e Élie Bajárd (2016); as pesquisadoras da literatura indígena Graça Graúna (2012), Janice Thiél (2012, 2013, 2016), Maria Inês de Almeida e Sônia Queiroz (2004), assim como os autores indígenas Daniel Munduruku (2008, 2015, 2017, 2018, 2019) e Ailton Krenak (2019). Os principais resultados encontrados foram: os sujeitos deram aos mitos sentidos que foram influenciados por seus saberes prévios quanto às culturas indígenas, seus horizontes de expectativas e a distância estética entre os leitores e a obra, provocando estranhamento a alguns aspectos culturais, assim como o não reconhecimento da espiritualidade dos seres sobrenaturais.

## **LEI 11.645/08: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DO PIBID.**

Doutoranda Carina Alves Torres (UFPEL)  
Mestranda Sandra Rodrigues da Silva Milhomem (UFT)

O presente trabalho tem como objetivo abordar as experiências vividas através do Programa Institucional de Iniciação a docência (PIBID) a partir da lei 11.645/08. A experiência aconteceu em duas escolas da rede estadual do estado do Tocantins na cidade de Tocantinópolis. As escolas que o (PIBID) desenvolvia as ações eram : Escola Estadual Indígena Matúk, escola localizada no território indígena Apinajé e Colégio Dom Orione. O PIBID era desenvolvido pelo Curso de Licenciatura em Ciências sociais da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Tocantinópolis, as ações eram voltadas para a valorização da lei 11.645/08, além de trabalhar a interculturalidade com o projeto troca de cartas entre os alunos das duas escolas. Essa ação tinha o objetivo de conhecer a cultura do outro, com o intuito de desconstruir estereótipos e preconceitos, pois é notório que na cidade de Tocantinópolis há várias representações negativas aos povos indígenas Apinajé, apesar da proximidade territorial, são nítidas as representações preconceituosas. Nesse sentido o PIBID, realizou um projeto de intervenção pautada na lei 11.645/08 para trabalhar essas temáticas no ambiente escolar, como o projeto de cartas, palestras, peças teatrais e debates de artigos. Essa lei é um marco histórico, no qual corrobora para a discussão étnico-racial na sala de aula, além de desconstruir os estereótipos que são perpetuados a população indígena ao longo dos séculos.

### **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

#### **POLÍTICAS INDIGENISTAS NA REPÚBLICA BRASILEIRA: OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E A LEI 11.645/2008**

Graduanda Julia Maria Trevisan (UNICAMP)  
Doutora Lericce de Castro Garzoni (IFSULDEMINAS)

Diante da urgência do efetivo cumprimento da lei 11.645 de 2008 e da importância dos livros didáticos no contexto nacional, assim como a necessidade de pensar a História Indígena em sua relação com a atualidade, o principal objetivo da pesquisa desenvolvida foi fazer um levantamento de como políticas indigenistas, elaboradas ao longo do período republicano no Brasil, foram abordadas nas 13 coleções dos livros didáticos de História direcionados ao Ensino Médio, aprovadas pela Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no ano de 2018. Em cada coleção, foi selecionado o livro que abordava o período correspondente ao Brasil República, na maior parte dos casos o livro do 3o. ano. A partir dessa seleção, todos os livros foram analisados a partir do método de crítica documental. No material analisado, há referências muito esparsas aos povos indígenas e quase nenhuma menção às políticas indigenistas e sua recepção no período mencionado. Oito livros enfatizam direitos indígenas na Constituição de 1988, sendo que apenas um deles apresentou o esforço de acompanhar essas políticas de forma mais sistemática. A ausência de abordagem sobre as políticas indigenistas no período e no material selecionado indica grande distanciamento entre as pesquisas acadêmicas e os manuais didáticos, assim como

a necessidade de que professores recorreram a outros recursos no processo de ensino-aprendizagem. A partir desses resultados, também é possível apontar a necessidade de métodos mais efetivos de avaliação ao longo do processo de escolha dos livros didáticos.

## **A TEMÁTICA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA EM SALA DE AULA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Graduanda Priscila Gualberto de Lima (UERN)

Este trabalho visa relatar a experiência de inserção da temática indígena em sala de aula no componente curricular de Sociologia de dois cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (Eventos e Informática), vinculados ao Instituto Federal Farroupilha (IFFar Campus São Borja), no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, foram desenvolvidas duas aulas expositivas-dialogadas relacionadas ao conceito de cultura – uma das categorias fundamentais das Ciências Sociais – com a temática “Povos indígenas: presente e futuro”, cujo objetivo esteve ligado à compreensão do contexto das sociedades indígenas no presente, refletindo acerca da diversidade social e cultural desses povos, bem como suas lutas pela preservação de seus saberes, fazeres, histórias e memórias. A abordagem teórica para tratar deste tema está vinculada à perspectiva intercultural, para quem pretende-se desconstruir práticas naturalizadas e enraizadas no fazer docente, buscando, portanto, “[...] estimular o diálogo, o respeito mútuo e a construção de pontes e conhecimentos comuns no cotidiano escolar [...]” (CANDAUI, 2020, p. 14). Na primeira aula, foram discutidos, através de uma roda de conversa, os equívocos e os preconceitos que ainda são frequentes no senso comum, a exemplo do uso estereotipado do termo “índio” e do termo “bugre” – como as/os/es indígenas são chamados no Rio Grande do Sul –, além de debater a designação das/os/es indígenas àqueles seres humanos não europeus (“selvagens”, “atrasados” e “bárbaros”) retratados ao longo da História enquanto área de conhecimento. Na segunda aula, também a partir de uma roda de conversa, mostrou-se a contemporaneidade dos povos indígenas, apresentando as/os/es alunas/os/es o videoclipe da música “Não cansei”, da rapper, atriz, LGBTQIA+ e mãe, da etnia indígena Boe-Bororo, Katú Mirim, que se encontra na plataforma de vídeos YouTube (NÃO Cansei, 2020). Os resultados ligados ao desenvolvimento das aulas entre as/os/es alunas/os/es foram altamente positivos, já que houve um rompimento com a inferiorização dos povos indígenas tão presente na sedimentação histórica de preconceitos que desenham essas sociedades, tanto no senso comum quanto nos livros didáticos. Além disso, considerou-se que o tratamento da temática indígena em sala de aula, a partir de sua contemporaneidade, rompeu com uma história tradicional, superficial e estereotipada colocada pela visão eurocêntrica, conservadora, hegemônica e dominante sobre os povos originários do Brasil.

## **LITERATURAS INDÍGENAS EM BIBLIOTECAS: PROJETO ARARENGUÁ**

Aliriane Ferreira Almeida (UCAM)

Onório Tavendy Isaías de Moura (Biblioteca Pública Mário Quintana/UNIPAMPA)

A partir da experiência do projeto Ararenguá, desenvolvido pela Biblioteca Pública Mário Quintana, de Alegrete, fronteira oeste do Rio Grande do Sul, instituição da comunidade

integrante do grupo apoiador do curso Aprendizagens Interculturais em Educação, da Unipampa, com o objetivo de abordar a presença das literaturas indígenas nos acervos, mediações de leitura e atividades nos espaços de bibliotecas, principalmente as públicas e escolares, incluindo o caráter formativo da biblioteca. A lei 11.645 de 2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, não têm sido de fato um compromisso pelos governos, e isso pode ser comprovado a partir da ausência das literaturas indígenas nos acervos escolares como também ausência de projetos que busquem trabalhar as culturas indígenas durante todo o ano escolar, para além do 19 de abril e ausência de formações voltadas para professores/as. No âmbito das bibliotecas públicas, que carecem de recursos e profissionais especializados, também ocorre o mesmo. Profissionais da Educação, ou mesmo nos currículos de Biblioteconomia, na maioria das vezes discentes não tiveram no seu processo formativo a inclusão desse tema para que saiam com aptidão a trabalhar-lo em suas práticas profissionais, por exemplo, na hora de fazer uma seleção de acervos. Desenvolvimento: Em 2021 foram realizadas duas formações com professoras da rede pública (municipal e estadual), com em torno de 40 professoras participantes, além de encontro das professoras com professoras/acadêmicas/artistas indígenas para escuta intercultural. Há em andamento a construção de acervo especializado de literaturas indígenas. Para além do acervo de livros conforme os padrões editoriais, também buscase provocar a literatura sendo entendida como conceito que transborda o próprio livro. Resultados: o retorno das professoras têm sido muito positivo no objetivo de proporcionar espaço de compartilhamento de conhecimento para protagonismo das autorias indígenas e das pessoas indígenas, principalmente das principais culturas do sul: Kaingang e Guarani.

## **O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA**

Gradaunda Cinthya Karolyne Nunes Gomes (UFPB)  
Graduanda Rayane de Lima Brasil (UFPB)

O conhecimento sobre os povos indígenas no ensino básico e nos cursos de formação docentes ainda está longe de se tornar o ideal, mesmo após a implantação da Lei 11.645/08. Considerando os marcos definidos pela BNCC em 2017 quanto aos conteúdos e metas para o ensino básico, e as experiências das metodologias ativas com uso da tecnologia aplicado ao ensino, vê-se a necessidade de implementação nas discussões sobre a história dos povos indígenas do Brasil. Para além dos conteúdos abordados na sala de aula e dispostos nos livros didáticos, os chamados conteúdos digitais pode dar uma maior abrangência de conhecimento, desde que orientado pelo professor, e neste caso, deve-se levar em conta os materiais disponíveis na internet que são produzidos por diversos indígenas e em diferentes plataformas digitais. Associando as questões historiográficas sobre o tema, em especial pelas experiências recentes dentro da modalidade de ensino remotos e outros meios digitais voltados para a educação e ao ensino de História, este trabalho visa discutir e propor metodologias frente ao ensino de História indígena a partir do uso de tecnologias digitais. Considerando a abrupta inserção das tecnologias nas práticas docentes em virtude do isolamento social e do sistema remoto de ensino, esse trabalho traz o debate sobre a formação complementar do professor da

rede básica e do graduando em História, no sentido de apresentar materiais didáticos e metodologias que tratam da temática indígena e aplicadas com o auxílio da tecnologia.

## **A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CAMINHO DA ONÇA & RESISTÊNCIA AO ETNOCÍDIO DE ESTADO**

Reinaldo de Jesus Cunha

O presente artigo tem o objetivo, de traçar um panorama da Educação Indígena no Estado do Rio de Janeiro, a partir da Resistência ao Etnocídio de Estado, perpetuados ao longo dos anos aos povos originários, que vivem em aldeamentos no Rio, em particular, aos povos Guaranis que vivem nos Aldeamentos em Angra dos Reis, Parati e Marica, Aldeias: Mata Verde BONITA- MARICÁ/Tekoa Ka' AguyOvy Porã; Ka'aguyHovy Porã; São José do Imbassai/Ká aguy Hovy Porã; Guarani Mbya, Araponga/Tekoá Guyraitapu Pygua; Guarani Nhandeva, Rio Pequeno; Guarani Mbya Tekoaltaxi Mirim; e Aldeia Pataxó, KãnPataxiÜi Tanara. No Contexto Urbano, Faremos um breve balanço da Ocupação da Aldeia Maracanã, cujo o objetivo é a transformação do Antigo Museu do Índio em Universidade Indígena e/ou Centro de Convivência dos Povos Ameríndios e por último: a Aldeia Vertical localizado no Conjunto Zequeti na Praça Onze, oriunda de acordo com o Governo, após serem expulsos da Aldeia Maracanã. Através dos relatos das reuniões e demandas apresentadas nas reuniões Ordinárias e Extraordinárias do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Estado Rio) no contexto Urbano, como in loco nas Aldeias, Buscaremos no presente trabalho, sintetizar os principais demandas para o perfeito funcionamento das escolas, como: A falta de professores indignas e/ou concursados para as escolas em Contexto de Aldeamentos,; Falta de material didático e pedagógicos; Eleição para Diretores de Escolas; Reformas dos Equipamentos de Escolas e Salas de Extensão; Disponibilidade de internet para Escolas e Salas de Extensão, Cursos de qualificação profissional para alunos preparando para o mercado de trabalho, priorizando a vocação das aldeias para o artesanato.dentre outros. Como sabemos a tradição e passagem do conhecimento aos povos originários materializa-se pela oralidade. Ontem como hoje, a cultura do saber cosmológico, esta alicerçado pelo conhecimento adquirido pelo pajés, anciões e griôs, que são passados de pai para filho neto, bisneto, tataraneto as futuras gerações, impactando o modelo ocidental de mundo, que considera a escrita a única forma de conhecimento E para Alcançar os Objetivos pretendidos deste trabalho: Usamos como fonte de pesquisa Artigos em Site; blogs; e/ou redes sócias sobre temática indígena.

## **DESCOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: O OLHAR DA METODOLOGIA DA ETNOMATEMÁTICA PARA O ENSINO NA ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ DA BAHIA**

Graduanda Marta de Oliveira Santos (UNEB)  
Graduanda Erica Souza da Silva Ferreira (UNEB)

A Etnomatemática surgiu como uma abordagem metodológica de ensino com o viés de descolonização. Sua epistemologia original foi postulada pelo teórico brasileiro Ubiratan D'Ambrósio tinha como proposição promover a descolonização da Matemática escolar do currículo oficial alicerçada no paradigma eurocêntrico e brancocêntrico.Cabe

mencionar que esta metodologia de ensinar e aprender Matemática, propõe o reconhecimento das filosofias e epistemologias indígenas. Sendo assim o trabalho objetiva-se apresentar a etnomatemática como abordagem de ensino para o aulas de Matemática no contexto da educação básica nas escolas indígena das escolas Pataxós-BA. O estudo justifica-se porque pensar no estudo da matemática em articulação com a matemática cultural da educação indígena obtida da experiência sociocultural da etnia Pataxó é importante para assegurar os saberes matemáticos culturais da etnia. O estudo foi de caráter qualitativo e etnográfico. Os resultados principais evidenciaram: Constatou-se que os anciãos das aldeias indígenas, por menos que tivessem o conhecimento acadêmico, é muito comum deles terem noções de tamanho, medida e distância, pois esse conhecimento matemático cultural era aplicado no cotidiano. Verifica-se a práxis decolonial dos professores de matemática desta etnia Verifica-se que a base do estudo da Matemática nas escolas indígenas parte do princípio da escuta com os anciãos e a partir de narrativas são desenvolvidos jogos e brincadeiras, de maneira simples e natural, na qual os alunos trabalham várias áreas da matemática. Concluímos que a proposta da etnomatemática n escola indígena promove a descolonização da Matemática eurocêntrica e, valoriza os saberes matemáticos tradicionais e, promove o fortalecimento da identidade étnica e cultural da etnia.

## **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA ESCOLAR INDÍGENA :PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CONTEXTUALIZADAS NA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PATAXÓ BOCA DA MATA- BA**

Graduanda Itainara Ribeiro de Souza (UNEB)  
Carlos Luis Pereira (UNEB)

O objetivo do trabalho foi apresentar o processo de ensinar e aprender matemática no Ensino Fundamental II nesse contexto etnoeducacional. O trabalho justifica-se respaldado nos documentos educacionais atuais, a saber o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas que estabelece a valorização e reconhecimento dos saberes da matemática cultural indígena em articulação com o prescrito pela atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O caminho metodológico foi por meio da pesquisa dentro da abordagem qualitativa, e nos procedimentos da pesquisa etnográfica. Para coleta de dados recorreu-se em entrevistas semiestruturadas com a participante da pesquisa à professora da escola municipal indígena Boca da Mata- Ba. e, também das observações participantes das aulas. Dentre os resultados coletados e divulgados acerca da prática pedagógica da professora destacam-se: a valorização dos conhecimentos matemáticos socioculturais da etnia pataxó. Verifica-se que a professora faz uso de artefatos socioculturais para o ensino e aprendizagem dos conteúdos matemáticos do currículo prescrito. Constatou-se que a prática pedagógica da docente está de acordo com o RCNEI, pois a mesma tem assegurado os conhecimentos em números naturais língua materna Patxôhã, com intuito de despertar no aluno a sua linguagem de origem. Nota-se o uso da etnogeometria usados na construção coletiva de cabana, o centro de rituais, em nossas pinturas corporais e nos adereços Pataxó, no formato das casas, a utilização da matemática em chás, banhos, remédios. Conclui-se que a ciência matemática está inserida em nosso contexto e vem sendo apresentado em compasso com os documentos específicos desta modalidade de ensino.

## **METODOLOGIA DE ENSINO NAS AULAS DE MATEMÁTICA NA ESCOLA INDÍGENA PATAXÓ BOCA DA MATA**

Graduanda Michele Conceição Lima da Silva (UNEB)  
Carlos Luis Pereira (UNEB)

Entrevista com a professora Adriele, professora de matemática do ensino fundamental II da escola Indígena Pataxó Boca da Mata, formada na licenciatura em matemática pela UFMG, trabalha na escola desde 2017, quando o aluno sai pra universidade ele sai com a missão de retorna para sua aldeia e dar a sua contribuição. Ela lesiona aula de matemática do 6º ao 9º do ensino fundamental II, tendo em seu planejamento metodologia de ensino que condiz com a realidade do aluno e de sua comunidade, trazendo a ideia de desconstruir para construir, ou seja, desconstruir aquela matemática de europeus e valorizar a matemática Pataxó que anos aprendemos com nossos antepassados. Alguns dos conteúdos que ela utiliza em suas aulas: Quantidade, que utiliza para fazer farinha, na confecção de colares, tupsai, artesanatos e armadilhas que utiliza quantidade. Números naturais em nossa língua Patxôhã, com intuito de despertar no aluno a sua linguagem de origem. Formas geométricas que utiliza pra fazer nossa cabana, o centro de rituais, em nossas pinturas e adereços Pataxó, o formato das casas. A utilização da matemática em chás, banhos, remédios, utilizando quantidade de folhas, de água, o tempo certo de ficar no fogo, utilizando ervas medicinais. Usando sementes como contas das quatro operações. Utilizando a matemática em nossos jogos Pataxó, exemplo utilizamos o tempo, quantidade, distância e precisão, na corrida de maracá são 2 equipes com 10 indígenas de cada lado, correndo 50 metros quem chegar primeiro vence. A matemática está inserida em nosso contexto, praticava a matemática e não sabia que era matemática, esse é um pouco do trabalho que a professora exerce em sua escola.

## **A ETNOMATEMÁTICA NA REALIDADE NO ENSINO-APRENDIZAGEM COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA BOM JESUS - ALDEIA ÁGUAS BELAS PRADO-BAHIA**

Graduando Fabio Silva Coelho (UNEB)  
Renato Farias de Jesus (UNEB)

O ensino de Matemática, de maneira geral, nas escolas indígenas estudadas do Extremo Sul da Bahia é caracterizado pelo excesso de atenção dada a exercícios repetitivos, problemas resolvidos, pela utilização de uma sucessão de “fórmulas”, muitas vezes decoradas de forma literal e arbitrária, em detrimento de uma análise mais profunda visando à compreensão dos fenômenos envolvidos no cotidiano dos alunos indígenas. O percurso metodológico vem sendo constituído de momentos de muitas ponderações e decisões por parte dos pesquisadores (orientador e bolsista de iniciação à docência). Neste caso, o caminho percorrido trouxe como resultado a visão e as concepções dos professores indígenas a respeito do Ensino de Matemática e dos conceitos básicos presentes nas práticas educativas. Os resultados apontam que essa nova proposta de ensino contribuiu significativamente para maior participação dos alunos em sala de aula nas aulas de Matemática; interação entre os saberes indígenas e os conhecimentos ocidentais

tradicionais, na percepção das figuras dos Jogos na realidade de nosso aluno indígena e aumento no índice de aprovação em relação aos anos anteriores. Diante do exposto, o projeto vem contribuindo de forma significativa para o processo ensino aprendizagem da matemática no Colégio Estadual Indígena Bom Jesus., espera-se que este trabalho seja apenas um marco inicial para a criação dos materiais interculturais e etnomatemáticos, no processo de inserção dos conceitos matemáticos de nossa escola, aperfeiçoando cada dia no processo de afirmação do ensino-aprendizagem e na qualificação de uma Educação Escolar Indígena satisfatória.

## **RACISMO E IDEOLOGIA: A EXCLUSÃO DA HISTORIOGRAFIA INDÍGENA SOB UMA PERSPECTIVA MARXISTA**

Graduando João Pedro Henriques De Castro Morais (UFCG)  
Doutora Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

O presente trabalho busca analisar, a partir de uma perspectiva Marxista, a exclusão da historiografia Indígena no ensino brasileiro, mediante a uma análise histórico-filosófica baseada no conceito de Ideologia. Para isso, partimos dos estudos desenvolvidos por Sílvia Almeida sobre o Racismo Estrutural, entendendo que a exclusão da História Indígena no âmbito educacional brasileiro baseou-se em uma construção estrutural histórico-dialética, a qual entendida sob os conceitos Althusserianos de Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, serve como reprodução ideológica dos estereótipos e preconceitos, visando se tornar, como diria Gramsci, hegemônica na sociedade civil, e dessa forma, propagar a ideia de indígenas primitivos, atrasados, passivos e sem atuação histórica. Portanto, por meio da análise educacional no que diz respeito a História, mas não restringindo-se a ela, entendemos que a reprodução da ideologia dominante, mediante ao apagamento sistemático do saber historiográfico dos povos indígenas, visa legitimar a exploração e o domínio sob suas comunidades, culturas e memórias, de modo a manter o *status quo* do sistema capitalista, construído sob a égide da colonização. Assim, através do Marxismo e de suas compreensões sobre Ideologia e guerra de classes, esse trabalho visa iniciar uma reflexão histórica sobre a exclusão da Historiografia indígena, utilizando-se do aporte conceitual de reflexões sobre o Racismo Estrutural, sobre a Hegemonia e os Aparelhos Ideológicos de Estado, tendo como fim iniciar reflexões que possibilitem abrir fronteiras para se pensar a inclusão intercultural, o protagonismo e o ensino anticolonial de História Indígena.

## **ST7 - AUTONOMIAS, ETNICIDADE E NAÇÃO: MOVIMENTOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA DO SÉCULO XX AOS DIAS ATUAIS**

Coordenadores(as): João Gabriel da Silva Ascenso, PUC-Rio, Brasil

Fabiola Escarzoga, Universidad Autonoma Metropolitana - Xochimilco, México

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **NET-ATIVISMO INDÍGENA BRASILEIRO: UM PANORAMA SOBRE O TEMA AO LONGO DE DUAS DÉCADAS (2000-2020)**

Mestranda Isabel Maria Lima Sousa  
(UFMA)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da coleta e identificação de pesquisas na área de comunicação que se dedicam a compreender as práticas net-ativistas dos povos indígenas brasileiros, baseado no conceito de net-ativismo elaborado por Di Felice (2018). Para que fosse possível analisar estas pesquisas, realizamos uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e no Google Acadêmico. Como corpus de análise, foram selecionados 11 trabalhos, entre dissertações e artigos publicados em periódicos da área de comunicação. Para compreender o panorama do uso da internet pelos indígenas brasileiros como ferramenta de mobilização, foram considerados trabalhos que descrevem e analisam práticas comunicacionais que têm as características do net-ativismo. O período de coleta pretendido foi de 20 anos (2000 a 2020), porém, com a indisponibilidade dos trabalhos anteriores a 2008, o período de análise é de 2008 a 2020. Dos trabalhos que compuseram o corpus, foi possível notar que ao longo do desenvolvimento da internet e ferramentas digitais, os pesquisadores mapearam que os indígenas acompanharam cada fase. Inicialmente, os trabalhos se dedicaram a analisar portais e blogs, como o Blog da AJI (Otre, 2008) e (Tavares, 2013), o Portal ÍndiosOnline (Pereira, 2010), (Matos, 2013) e Tavares (2013), a presença indígena no site de rede social Facebook (Neves, 2015), (Oliveira Júnior, 2018) e (Oliveira Júnior; Rocha, 2019), além da Rádio Yandê (Carneiro, 2019), e a plataforma Youtube (Souza; Kaseker, 2020). As práticas net-ativistas dos povos indígenas brasileiros se sofisticaram ao longo do tempo, como mostram os trabalhos, com o desenvolvimento de estratégias e ações de maior amplitude, dentro e fora das telas, e ainda, com o estabelecimento de uma rede de fortalecimento mútuo entre organizações, instituições e apoiadores do movimento indígena.

#### **UNA LUCHA SIN DESCANSO HASTA LA TOMA DEL PODER: BALANCE DEL GOBIERNO DE EVO MORALES Y DE LOS MOVIMIENTOS INDÍGENAS EN BOLIVIA**

Doutoranda Elisabeth Tanoh Nouaman  
(Universidad Felix Houphouët Boigny de Abiyán)

Mucho tiempo bajo el yugo de la dominación, exclusión, marginación los pueblos indígenas de Bolivia a lo largo del tiempo van a liderar al igual que otros pueblos indígenas del continente diversos movimientos sociales para no sólo exigir el respeto de sus modos de pensar y sus particularismos etno-culturales, el reconocimiento de sus

derechos colectivos, denunciar las consecuencias del modelo neoliberal sino también participar como ciudadanos de pleno derecho en las grandes decisiones sobre el destino de su país. La acción de los movimientos sociales indígenas favoreció la llegada al poder de Evo Morales como primer indígena elegido a la presidencia de su país con mayoría absoluta. Un evento histórico desde el retorno a la democracia en 1982. En la presidencia de 2006 hasta su destitución en 2019, emprendió muchas transformaciones bajo el nombre de « proceso de cambio» y de descolonización para responder a las demandas de los movimientos sociales y a todo el pueblo boliviano. Sin embargo el ingreso al poder de un indígena no traduce un gobierno a favor de los indígenas. Al transcurrir el tiempo aparece la ruptura y el distanciamiento de los movimientos indígenas del gobierno de Evo Morales. Si él parecía querer construir un proyecto federador ciertos pueblos indígenas sueñan con la creación de estados andinos libres como el imperio Tahuantinsuyo.

### **MÁRIO JURUNA NO CONGRESSO NACIONAL: REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA EM ESPAÇOS DE COLONIALIDADE**

Doutora Michelle Reis de Macedo  
(UFAL)

Na década de 1970 no Brasil, o Movimento Indígena foi um dos movimentos sociais que mais surpreendeu a sociedade brasileira nas lutas contra a ditadura militar e, dentre suas lideranças, o cacique Xavante Mário Juruna foi uma das que mais se destacou. Assim como outros indígenas, Juruna passou a fazer viagens frequentes à capital do país, a princípio, para denunciar as invasões de suas terras por fazendeiros locais e pedir produtos de necessidade básica. Mas, aos poucos, compreendeu que havia uma rede de poder interessada em manter uma certa estrutura social que reproduzia as condições de privação nas quais sua comunidade se encontrava. Percebeu também que os demais povos indígenas passavam por situações semelhantes em diversos lugares do país. Sendo assim, de demandas pontuais, suas exigências e críticas passaram a ser direcionadas às políticas indigenistas do Estado autoritário. E ao entender que decisões políticas tomadas pelos poderes da República impactavam a vida dos povos indígenas, optou por tentar participar dessas disputas dentro do poder Legislativo. Candidatou-se e foi eleito, em 1982, para deputado federal. Era a primeira vez que um indígena ocupava um espaço no Congresso Nacional. Esse evento histórico não pode ser subestimado já que estamos nos referindo a uma sociedade formada com base em fundamentos racistas, que considerava os povos indígenas incapazes de ocupar lugares de poder. As propostas de Mário Juruna como deputado federal questionaram padrões modernos de hierarquização racial, superando alguns limites da República de base eurocêntrica. Suas experiências no Congresso não acabaram com a colonialidade como estrutura social, que continua sendo hegemônica. No entanto, as tendências decoloniais das propostas do deputado Mário Juruna foram importantes porque pautaram debates sobre direitos indígenas, contribuindo para a consolidação de demandas do Movimento Indígena na posterior Constituição, aprovada em 1988, impactando realidades de forma concreta.

## **OS IMPACTOS DA PLANTAÇÃO DA SOJA SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS DE RORAIMA: DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS WAPICHANA E MACUXI DA REGIÃO MURUPÚ**

Doutorando Eriki Aleixo de Melo

A fronteira da soja se expande sobre Roraima e as terras indígenas são as mais afetadas. Desde 2018, o lavrado roraimense muda constantemente: os capins, caimbézais, mirixizeiros, que antes era lugares de vida de veados, tamanduá, tatus e que pertenciam aos donos invisíveis, agora dão lugar a extensos desmatamentos, que escondem seu fim dos olhos humanos. E não só a paisagem muda fora das terras indígenas. Na comunidade, as relações sociais e de trabalho também sofrem alterações. A noção de propriedade e uso coletivo das terras são temas recorrentes das reuniões comunitárias, e um novo léxico começa a surgir, tais como “ganhar um terreno” para tratar dos territórios. No âmbito do trabalho, indígena que servem como mão de obra vendem sua força de trabalho, e são submetidos a precariedades, recebendo baixos salários, e em contato com agrotóxico. Nesse sentido, entendo, portanto, a monocultura da soja enquanto fronteira, que na perspectiva de Oliveira (2016, p.118-119) trata-se de um “mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação, em condição subordinada, dentro de uma economia de mercado”. Interessa entender os mecanismos de dominação, as relações alteradas e formas de resistência dos povos indígenas.

### **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

#### **“ESTA ASSEMBLÉIA É DE ÍNDIO E NÃO DE BRANCO, E ENTÃO SÓ ÍNDIO TEM QUE ESTAR PRESENTE”: A ORGANIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA INDÍGENA NACIONAL NA ALDEIA KUMARUMÃ NO ANO DE 1983**

Graduando Francinei Narciso Correia  
(UNIFAP)

Doutora Carina Santos de Almeida  
(UNIFAP)

Esta apresentação é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido pelo autor no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena e aborda um evento muito importante na política dos povos indígenas situados no município de Oiapoque, Estado do Amapá/BR: a “Assembleia Indígena Nacional”, realizada entre os dias 30 de abril e 02 de maio de 1983 na Aldeia Kumarumã, Terra Indígena Uaçá. Um dos objetivos desta pesquisa consistiu em recuperar memórias sobre este evento nacional e que se apresentou singular para os quatro povos da região de Oiapoque (Galibi-Marworno, Galibi do Oiapoque ou Kali’na, Karipuna e Palikur-Arukwayene), por vezes, esquecido ou desconhecido pelas novas gerações. Assim, procurou-se contextualizar o movimento indígena como o conhecemos hoje e apresentar os elementos fundamentais para sua compreensão. Para tanto, realizou-se entrevistas com os missionários do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Padre Nello Ruffaldi e Irmã Rebeca Spires, e, sobretudo, com as lideranças Galibi Marworno Paulo Silva e Adailson Narciso. A pesquisa também investigou fontes documentais diversas, como o Jornal Mensageiro e o Dossiê que registrou e transcreveu as falas proferidas durante a Assembleia. Consideramos que o

significado desse encontro reside na articulação e esclarecimento sobre a situação enfrentada pelos povos indígenas no cenário brasileiro, tanto em nível local quanto nacional, sensibilizando lideranças e unindo forças para a organização do movimento indígena em todos os âmbitos e níveis. Essa Assembleia Indígena Nacional realizada na Terra Indígena Uaçá possibilitou a articulação indígena local-regional-nacional, bem como a próprio fortalecimento do movimento indígena dos Povos Indígenas de Oiapoque.

## **ST8 - PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA: ARQUIVOS, MUSEUS E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NA TESSITURA DAS MEMÓRIAS**

Coordenadores(as): Ana Paula da Silva, Pro Índio - UERJ  
Sandra Benites, Museu Nacional, UFRJ  
Emanuel Oliveira Braga, IPHAN/PB, Brasil

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **TERRA, IDENTIDADE E MEMÓRIA: UMA APROXIMAÇÃO AOS TÍTULOS PRIMORDIAIS DOS PUEBLOS DA ÁREA NAHUA (MÉXICO CENTRAL)**

Mestranda Elisabeth Fromentoux Braga (UFPE)

Os Títulos Primordiais são considerados os arquivos mais valiosos dos “pueblos” mexicanos. Constituem um conjunto de documentos relativos às terras das comunidades indígenas, elaborados na sua maioria durante os séculos XVII e XVIII, mas cujo estudo remonta apenas às últimas décadas do século passado. Trata-se de um vasto corpus de manuscritos, redigidos pelos “pueblos” em línguas indígenas, com sua tradução ao espanhol, acompanhados geralmente de mapas e telas com caracteres pictóricos, que visam legitimar a sua posse de terra desde tempos imemoriáveis, e que foram (e ainda são) apresentados diante das autoridades na ocasião de litígios por terra. Diante das sucessivas ondas de reorganização da ocupação do solo americano praticadas pelo colonizador, os índios viram suas terras e comunidades ameaçadas e, por essa razão, desenvolveram estratégias de sobrevivência de modo a perdurarem como comunidades socioculturais. Nesse trabalho analisou-se um grupo de títulos da área nahua, atentando principalmente à forma narrativa e comparando esses textos com outras produções indígenas da época. Deste modo, comprovou-se que, por um lado, se trata da adaptação de uma tradição oral à prática letrada colonial e, por outro lado, que os anacronismos contidos nesses textos caracterizam uma forma de apreender o passado e arranjar a memória em função da necessidade em determinado momento. Chegou-se às conclusões de que, muito além de uma mera delimitação territorial, esses documentos almejavam transmitir a memória coletiva às gerações futuras e que, os Títulos Primordiais são uma manifestação da criatividade das comunidades indígenas para adaptarem-se à situação colonial.

#### **FORMAÇÃO, SALVAGUARDA E AQUISIÇÃO DE ACERVO DO MUSEU INDÍGENA ANÍZIA MARIA DOS TABAJARA TAPUIO ITAMARATY (LAGOA DE SÃO FRANCISCO, PI)**

Mestre Helane Karoline Tavares Gomes (UFPI)

O Estado do Piauí presenciou, a partir da década de 1990, o processo de etnogênese dos povos indígenas Tabajara e Tabajara Tapuio Itamaraty, na região norte do Estado, no município de Lagoa de São Francisco, dos Kariris, na região sudeste, em Queimada Nova e dos povos Gueguês do Sangue e Gamela, na região sul do Estado, respectivamente em Uruçuí e Uruçuí, Bom Jesus, Currais, Baixa Grande do Ribeiro e Santa Filomena. As pesquisas sobre as mobilizações sociais indígenas inauguram, portanto, uma nova página da história indígena do Piauí. A trajetória dos processos organizativos dos povos

indígenas do Piauí funde-se a memórias, mobilizações étnicas, lutas camponesas e conflitos fundiários. A afirmação e reelaboração da identidade étnica, utilizada no intuito de legitimar as demandas territoriais e as políticas recentes em relação aos povos indígenas constituem exemplos da agência desses grupos, que se mobilizam em prol da luta por direitos fundamentais. Esse processo histórico conduziu ao desenvolvimento de relevantes ações políticas e de mobilização comunitária, corroborando com a criação do primeiro Museu Indígena do Estado do Piauí, o Museu Indígena Anízia Maria (MIA MARIA). Esse trabalho tem por objetivo apresentar e fomentar discussões a respeito de um projeto de pesquisa e extensão mais amplo intitulado, em curso, intitulado “Salvaguarda e aquisição de acervo do Museu Indígena Anízia Maria dos Tabajara Tapuio Itamaraty (Lagoa de São Francisco, PI)”, que visa apoiar a ação museológica dos povos Tabajara Tapuio Itamaraty, através do financiamento para a aquisição de equipamentos, viabilização de cursos de formação de gestão do acervo físico e atualização do ambiente multimídia do museu indígena mencionado. O Projeto pretende registrar também as narrativas associadas à ancestralidade indígena, promovendo um diálogo inter geracional entre as lideranças, juventude indígena, anciões e integrantes do Núcleo Gestor e Núcleo Educativo do Museu Indígena Anízia Maria (MIA MARIA).

## **SABERES PATRIMONIALES INMATERIALES (PCI) – AMBIENTE – EDUCACION**

Doutor Azogue Guaraca Angel Abrahan

**INTRODUCCION:** Esta investigación buscará revitalizar los conocimientos y saberes tradicionales ambientales (Patrimonio Cultural Inmaterial (PCI) de taitas y mamas, como experiencias vitales cotidianas dentro de su relación con el Qhapaq Ñan (camino de la sabiduría), para ser trasladadas a las dinámicas educativas locales de los centros educativos comunitarios interculturales bilingües (CECIBs) que se hallan en el trayecto del QÑ como Patrimonio Mundial en el subtramo Achupallas (Chimborazo) e Ingapirca (Cañar-.Ecuador).

**METODOLOGÍA:** Se partirá de las experiencias del diario vivir y de las prácticas ambientales acumuladas de los taitas y mamas de las comunidades indígenas que han marcado maneras de ser, hacer, decir y vivir. La conversa, el habla y la escucha son posibilidades de conocimiento desde la confianza y la amistad creada entre todos los actores. Los contextos son la parroquia Achupallas-Alausi-Chimborazo-Ecuador, zona sensible por sus niveles de pobreza y de necesidades básicas insatisfechas, del cantón Alausí en la provincia de Chimborazo y la parroquia Ingapirca del cantón Cañar de población migrante. Ambas zonas de mayoría indígena.

**DEFINICIÓN**

**DEL**

**PROBLEMA:**

El Qhapaq Ñan, fue declarado Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO en el año 2014. En el Ecuador el subtramo mejor conservado es el de Achupallas – Ingapirca; provincias: Chimborazo-Cañar; cantones: Alausí-Cañar-Tambo; parroquias: Achupallas-Juncal- El Tambo-Ingapirca). Este Patrimonio se constituye por hoy en un laboratorio viviente desde la perspectiva de conocimientos y saberes tradicionales de relacionamiento con el ambiente, más allá de su riqueza arquitectónica, estructural y paisajística.

## **TRILHA DA MEMÓRIA: MUSEUS INDÍGENAS EM REDE, PROCESSOS DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**

Mestrando Suzenilson da Silva Santos (UNILAB/CE)

Nos últimos anos, uma diversidade de povos indígenas tem atuado na apropriação de processos museológicos próprios, protagonizando a construção de museus indígenas, espaços de memória e centros de documentação em seus territórios onde estes espaços tem assumido importante papel nas lutas e resistências dos povos/etnias ao se constituírem em potentes espaços de reivindicação de uma educação diferenciada, de valorização dos processos tradicionais de transmissão de conhecimento, de afirmação étnica, de construção de autorrepresentação e contra narrativas, de produção, difusão cultural e de luta pela demarcação dos territórios, produzindo processos de autonomia. Atualmente o envolvimento dos povos indígenas nesse projeto de construção de espaços específicos que representa a sua cultura, tem sido em torno de uma consciência sobre a importância de se preservar seus ritos, saberes, fazeres e ecossistemas presentes em seus territórios. O presente trabalho tem o objetivo de mostrar como os povos indígenas no Brasil tem se apropriado da ferramenta museu para fortalecer suas lutas em torno de seus territórios e construído relações diante da criação de redes de memória.

### **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

#### **RITUAL DE ANO NOVO GUARANI NA TERRA INDÍGENA TOLDO CHIMBANGUE**

Graduanda Beatriz Fernanda das Chagas Regis (UFFS)  
Doutora Adiles Savoldi (UFFS)

O Ara GuydjePya'u (ritual de ano novo) acontece na Terra Indígena Toldo Chimbangue, em Chapecó, Santa Catarina. Ele performatiza o fim de um ciclo da natureza, marcado pelo inverno, e semeia bons presságios e sentimentos para que a vida floresça plena tal qual a brotação que a primavera promove. Os Guarani, protagonistas do ritual foram expulsos da terra de Araça'í, município de Saudades, SC. Eles vivem, há mais de vinte anos, de modo provisório com os Kaingang do Chimbangue que os acolheram de modo solidário. Os processos sociais concretos decorrentes dessa expropriação marcam essa situação histórica. Os Guarani apesar da diáspora e das incertezas quanto ao retorno à terra tradicional, resistem de distintas maneiras para manter seu modo de vida. A realização dos rituais se traduz em força e potência para a união e fortalecimento do grupo e a revitalização das memórias ancestrais. As interações em campo foram mediadas pela família Moreira e Barbosa, a observação participante aconteceu fundamentalmente nas atividades desenvolvidas na Opy (casa de reza) acompanhando todas as etapas da preparação e realização do ritual. A primeira etapa consistiu na preparação da Opy, os *xeramoy* (anciãos), o *karai* e os adultos transmitem os repertórios e modos de conhecimento Guarani para os participantes do ritual. É dedicado uma atenção especial às crianças e jovens que são iniciados nas coletas das flores, pintura dos símbolos sagrados, preparação do fogo, dos alimentos, na elaboração dos objetos rituais e na

seleção das roupas. A realização das atividades é acompanhada pela explicação dos significados simbólicos do sagrado Guarani, e sobretudo, de informações sobre a importância política de se cultivar o modo de ser Guarani, como uma expressão de resistência às influências não índias. A segunda etapa do ritual consiste na experiência de comunicação com Nhanderu que acontece através do petyngua (cachimbo), dos cantos e danças sagradas. As forças da natureza são evocadas para realizar a purificação do corpo e do espírito. O momento é marcado pela gratidão em relação à vida e as experiências compartilhadas durante o ano que está a acabar. Do mesmo modo, são enunciados os pedidos de proteção e força para o novo ciclo que se inicia.

## **MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: ORALIDADE QUE SE PERPETUA NA IDENTIDADE CULTURAL POTIGUARA**

Míriam Gomes do Nascimento (EMEFPER)

Tendo em vista a aproximação de um grande evento que reúne todo Povo Potiguara/PB: Novenário e Festividades em Honra ao venerado São Miguel Arcanjo, o qual nosso povo tomou para si, a proteção e a coragem do santo, de forma que o mesmo passou a ser o “Padroeiro dos Potiguara”, ao qual durante seus festejos, nossos antepassados sempre dedicaram seu tempo e empenho na realização de seu novenário. Evento este, que é pura riqueza da tradição Potiguara e da oralidade que vem se perpetuando na memória do nosso povo, como parte integrante, permanente e indissociável dessa paisagem que hoje emoldura e embeleza esse cenário que já foi palco de batalha dos nossos ancestrais, bem como dos alicerces onde está encravada toda nossa história, que nos remete a um passado específico, presente em nossas memórias e dos moradores mais antigos desse lugar; e nas histórias contadas por eles para seus filhos, netos, etc. História essa, que envolve lutas e exploração do nosso povo, que reconstruiu a história desse lug. E entendendo que a presença dos costumes, cultura e religiosidade de um povo, é a forma pela qual podemos fortalecer nossa história, a qual é alimentada pela memória dos nossos ancestrais, a partir dos relatos, mantem-se viva toda história, suas crenças e fé. As lembranças de uma história vivida que se perpetua através dos tempos. Diante de toda esta historicidade, achamos pertinente, e de grande relevância trabalharmos com os nossos alunos a importância desses eventos, como forma de manter viva, nossa Identidade Cultural, e o orgulho de fazer parte desse cenário que compõe essa grande história. Este trabalho, propõe desenvolver uma análise da importância do processo histórico da Igreja de São Miguel Arcanjo, como marco histórico de grande importância para o Povo Potiguara. Monumento este de arquitetura Barroca de linhas simples, situada na aldeia com mesmo nome, herança das Missões Jesuítas que hoje perpetua através dos novenários e festividades em homenagem ao Padroeiro dos Potiguara. O mesmo tem como resultado final, uma marcha cultural pela comunidade, com faixas e cartazes, levadas pelos nossos alunos, com frases que buscam conscientizar toda comunidade sobre a importância desse nosso patrimônio. Encerrando com uma exposição dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos sobre o tema trabalhado e fotografias e objetos que remetem à historicidade envolvida nesse contexto.

## **ST9-HISTÓRIA AMBIENTAL, PLANTAS, CONHECIMENTOS, ESPIRITUALIDADES E COSMOVISÕES INDÍGENAS: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NO PASSADO E NO PRESENTE**

Coordenadores(as): José Otávio Aguiar, Doutor em História e Culturas Políticas pela UFMG

Ana Maria Monsalve Cuartas, Doutora SUSFOR, Universidade de Lisboa

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **POÉTICA INTERCULTURAL E NATUREZA: UMA RELAÇÃO COMPLEMENTAR**

Mestranda Carine Josiéle Wendland (UNISC)

Na relação ser humano-natureza, caminha-se cada vez mais longe desta última. Este distanciamento, além de causar o adoecimento de toda uma sociedade, impulsiona um tensionamento depredador de diferentes modos de vida. Estes modos de vida, opostos, podem se tornar complementares à medida que estabelecem com-versas interculturais, tal como a oposição complementar a partir da etnia Kaingang. É possível pensar também na complementaridade da psique, deste humano que chama a natureza de “meio” ambiente, e que vive também numa “meia” humanidade. Um humanismo que se encontra em crise, sob um céu que ameaça cair quando da não unicidade de quem está abaixo dele, sobre um chão que ameaça ruir quando da não unicidade de quem está acima dele. Ao negar modos de estar-sendo, característico da colonialidade e do exercício de poder de uma metade da humanidade para com a outra. Buscar, portanto, por uma poética intercultural que promova com-versas interculturais a partir de uma fenomenologia autoetnográfica, uma escuta profunda para com os indígenas e uma mudança de ação por parte dos não-indígenas faz-se imprescindível. Também, na com-versa entre a psicologia junguiana e a filosofia, um pensar nas raízes que levam a um inconsciente cultural destruidor da mãe terra, e, por outro lado, uma filosofia de vida, pautada no bem-viver que encontra na espiritualidade a cura da desconexão com a natureza e a vida. No tempo circular dos indígenas, tal como a poética faz circular os sentidos em educação e na vida, é plausível a construção de um ethos planetário, um pensar em um outro mundo possível, que por sua vez, supõe estabelecer uma conversa dos modos de estar-sendo no mundo, supõe reciprocidade com a natureza, supõe mudanças e sonhos.

## **ASTÚCIAS SERPENTINAS, OU PARA UMA ECO-ESTÉTICA DO IMPREVISÍVEL**

Doutoranda Vivian Catarina Dias (Unifesp)

Neste artigo, refletimos acerca de imaginários serpentinos. Num exemplo, encontramos filmes de Anacondas e matéria científica acerca da Titanoboa nos quais observamos ideários que reservam a certos viventes e ambientes naturais papéis de seres e locais do horror, do estéril, do irracional. Uma estética-necrose que caracteriza as serpentes como assassinas, vingativas e monolíticas e as destitui dos ecossistemas, comutações, complexidades e afetos pelos quais transitam, relegando-as a figurações abjetas e embotadas. Em contraste, há narrativas em que o ecossistema e as relações entre os fios de Gaia destilam-se por epistemologias interconectadas e afetivas em que humanos, não humanos e demais seres e elementos dispõem de ontologias moventes e astuciosas não conformadas no dualismo entre o racional e o sensível, o bem e o mal entre outros. Concepções em que a serpente, antes monstruosa e perversa, desvela-se fértil e vertiginosa: a linha reverberante que liga passado, presente e o vir a ser; o contágio entre a vida, a morte, afetos, potências; avivam o espírito-pensamento da Serpente. Revolver outras maneiras de se conviver e ser em Gaia e com os múltiplos serpentinos que a compõem leva-nos ao sibilar da narrativa dos Maraguá Páyára a respeito da Çukuyuwera — o espírito das cobras e a protetora dos lagos e dos répteis; ao fluir da Anaconda Remédio, o espírito aquático, dos povos Taiwanos; ao ondular da Jiboia-Grande, a mãe dos caminhos, segundo o povo Saterê-Mawé. Epistemologias consoante as quais Gaia se constitui como um sistema-organismo onde as histórias serpentinas são entrelaçadas e irrigadas pela inteligência astuciosa, a Métis. Inteligência fecundada em narrativas densas e imemoriais a proliferar numa eco-estética do imprevisível. Palavras-chave: Imaginário de seres serpentinos. Epistemologias indígenas. Métis. Inteligência astuciosa. Eco-estética.

## **A IMPORTÂNCIA DA COLETA DA CASTANHA PARA O POVO TUPARI DA TERRA INDÍGENA RIO BRANCO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Mestrando e Doutorando Diego Rodrigues Bonifácio (Univates)

Doutor Luís Fernando da Silva Laroque (UNIVATES)

O Estado de Rondônia é um tradicional território Amazônico de ocupação indígena. O povo Tupari integra a família Tupí que é composta por cinco línguas ainda faladas, são elas: Akuntsú, Wayoró, Makurap, Sakurabiat e Tuparí. Todas as línguas do ramo Tupari são faladas em Rondônia, localizada na região Noroeste do Brasil. A classificação tradicional da família Tupí pode ser identificada em dez ramos principais: Arikém, Mondé, Puruborá, Ramarama, Tuparí, Mundurukú, Jurúna, Awetí, Mawé e Tupí-Guaraní.

Desde então, novos subagrupamentos têm sido propostos, gerando um refinamento do agrupamento clássico das línguas Tupí. O ramo Tuparí é o segundo maior dentro da família linguística Tupí. A coleta da castanha na Amazônia Brasileira é recorrente entre os povos indígenas, inclusive os Tupari. Porém, cada etnia tem sua maneira de realizar a coleta da castanha, bem como, suas tradições e costumes na realização da atividade. Esse estudo teve como objetivo registrar a coleta da castanha e refletir sobre sua importância para o povo Tupari da Terra Indígena Rio Branco em Rondônia. Dentre os procedimentos metodológicos, destaca-se a revisão bibliográfica e o levantamento documental, tendo como objeto de estudo o Estudo de Componente Indígena (ECI) e relatórios de andamento de programas que envolvem a Terra Indígena Rio Branco. A atividade de coleta da castanha é realizada por homens, mulheres e crianças que adentram na Floresta Amazônica, realizam a coleta e rompimento dos ouriços fornecidos pelas castanheiras, transporta os frutos até a aldeia e efetivam os procedimentos de lavagem, seleção e secagem da castanha. Essa tradição está inserida na vida do povo indígena Tupari, nos seus costumes, em sua cultura e tradições, por isso precisa ser respeitada e preservada.

## **O MITO E O RITO DO POVO POTIGUARA E A PRODUÇÃO DE REMÉDIOS CASEIROS: ESPIRITUALIDADE, COSMOLOGIAS E COSMOVISÕES**

Doutoranda Joselma Bianca S Mendonça

Jaqueline Ciríaco

Maria Sônia Barbalho

O presente artigo tem por objetivo apresentar o mito e o rito como aspectos da espiritualidade indígena potiguara que reverberam na produção de garrafadas. O foco do estudo está direcionado à Aldeia São Francisco, localizada no município de Baía da Traição estado da Paraíba. A etnografia e netnografia metodologias adotadas no âmbito das investigações serviram de base para coletar informações sobre a temática que objetivamos construir. Falar da dimensão espiritual dos ressurgentes que habitam o litoral norte do estado é dialogar com as ações cotidianas sobretudo as atividades realizadas em comum no interior da aldeia de modo que as práticas ritualísticas ali existentes juntamente com os ritmos da natureza com sua fauna e flora impulsionam o universo de subjetividade e assumem dimensão de espiritualidade no interior da tradição indígena. Os Potiguara trazem consigo heranças de uma cultura milenar que ainda hoje se move na arte, nos rituais e na produção de remédios caseiros. Os interlocutores do lugar evidenciam que as plantas trazem cura que emana da terra, lugar que segundo eles é de deleites e de reverência aos antepassados Potiguara. Neste sentido o mito e o rito enquanto cernes dessa construção subjetiva estão inseridos no contexto em que se movem cosmovisões, cosmologias e saberes existenciais pois a vegetação e seus ritmos cósmicos alimentam não só expectativas de cura no indígena, mas trazem sobretudo a certeza da própria imortalidade.

## **AYAHUASCA: UMA ERVA DE PODER NA PROMOÇÃO DE CURA E CONEXÃO COM O SAGRADO UMBANDISTA NO SUDOESTE DA AMAZÔNIA**

Mestranda Carla Simone de Oliveira Peres (UFAC)

O estudo nasce da pesquisa realizada no terreiro “Tenda de Umbanda Luz da Vida” na cidade de Rio Branco-acre. Entendendo a Ayahuasca como uma erva de poder dentre tantas outras utilizadas na tenda como parte do processo da ritualística, destacamos sua importância nesse espaço sagrado, por ser uma erva que provoca um estado alterado de consciência assim como também sua expansão, promovendo a abertura do portal de conexão com a espiritualidade e os médiuns. Na tenda, além do ritual de Umbanda incorporar a matriz indígena em seus trabalhos ancorados na figura nativa do índio, conhecido como caboclo, também referenciam a ancestralidade de seus antepassados. Por ser uma erva da floresta, a Ayahuasca, inserida no espaço de terreiro da Tenda, traz pro interior do seu “chão sagrado” vivência ancestral, milenar, intercultural e híbrida, conectando-se com práticas do povo Huni Kuin no uso não somente da Ayahuasca, mas da Sananga e do Rapé. O diálogo proposto nesta pesquisa pretende contribuir com a compreensão da possibilidade em criar aproximações e trânsitos de conhecimentos religiosos para uma melhor percepção do que é realizado nesse encontro de saberes. Conduzido pela dirigente da Tenda tanto a Ayahuasca como o rapé são usados nos rituais de Umbanda com a finalidade de busca interior de seus médiuns, acionando seus dispositivos de cura para que o trabalho espiritual tenha fluidez e segurança. Nesse encontro, ambos os sagrados são afetados, seja por sua performance ou pela poética que cada um traz em si. As danças ritmadas em roda, o maracá, os cânticos, expressam visões de mundo de dois sagrados que se encontram na pedagogia da encruzilhada de saberes. No rito do chá sagrado vem para o campo das artes da cena um balé mágico, religioso, ancestral e espiritual, expressando noções de vivência, corporeidade e sacralidade. Na prática xamânica adotada na Tenda é possível perceber a identidade desse grupo específico que se reconhece como umbandistas, com perfil regional e nacional acentuado, mostrando que cabem diversas umbandas em uma umbanda só e que a ancestralidade do sujeito brasileiro está assentada principalmente em seus antepassados nativos, indígenas e xamânicos.

## **O ECOAR DA ALDEIA TEKOÁ PIAU SABERES E VIVÊNCIAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS**

Mestrando Rafael da Silva Tosetti Pejão (PUC-SP)

Doutora Fernanda Coelho Liberali (PUC-SP)

Esta apresentação focaliza os processos de entrada na Aldeia Tekoá Piau, situada no bairro do Jaraguá - São Paulo, onde esta pesquisa de mestrado pretende trabalhar sobre a valorização dos conhecimentos dos povos originários, como base para processos de

ensino aprendizagem e desenvolvimento. Apesar dos muitos conhecimentos divulgados sobre os indígenas no Brasil, não há efetiva divulgação das vivências indígenas em suas relações com territórios, natureza, história, espiritualidade, cosmovisão/natureza e etnicidade. Este trabalho focaliza especificamente o não apagamento das memórias dos povos originários, dando a importância necessária para a valorização de povos injustiçados com a exploração instaurada desde a chegada de povos europeus em território brasileiro. O objetivo do presente estudo é ampliar as vivências adquiridas na aldeia, partindo de espaços democráticos, educativos, com uma abordagem audiovisual que tem como o Cineclube com um instrumento pedagógico. A proposta parte das interações com a comunidade da aldeia e da tentativa de responder a demandas colocadas pela comunidade para o trabalho com jovens e crianças. Considerando uma perspectiva de engajamento com a realidade, o projeto pretende a criação de uma programação com temática diversa que aborde temas da atualidade perpassados pela proposta do Bem Viver. Os dados serão coletados a partir de encontros na Aldeia, em espaços educativos com educadores, crianças, adolescentes e adultos indígenas na preparação, condução e reflexão sobre eventos de cineclube. Esta comunicação especificamente apresentará as primeiras etapas da entrada na aldeia, a definição dos trabalhos conjuntos, a escolha pelo trabalho com o cineclube, além de cenas do primeiro encontro do cineclube realizado em setembro de 2021.

## **CONFLITOS COSMOPOLÍTICOS E TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS NAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DA PROVÍNCIA DO PARAGUAY, SÉCULOS XVII E XVIII**

Doutorando Tuani de Cristo (UNIVATES)

Doutor Luís Fernando da Silva Laroque (UNIVATES)

A temática das missões jesuítico-indígenas tem sido amplamente abordada ao longo das últimas décadas, evidenciando a importância deste período nos processos históricos de países como Paraguai, Argentina e Brasil e dos povos indígenas que fizeram parte desta história. Não é novidade que os jesuítas legaram uma grande diversidade de documentos, como cartas anuais, dicionários e diários, nos quais são possíveis analisar as relações de alianças e/ou conflitos que se estabeleceram entre indígenas e missionários, questões de convivência cotidianas, conflitos ontológicos, características e adversidades ambientais, entre outros. Alguns eventos narrados pelos jesuítas evidenciam a ocorrência de conflitos entre grupos Guarani que não concordavam com os ensinamentos e imposições dos jesuítas e transformações ambientais que desencadeavam cobranças dos indígenas missionários aos padres para resolver a situação. Propomos ler estes eventos a partir do estabelecimento de relações cosmopolíticas entre lideranças Guarani e não humanos; e da História Ambiental para entender as transformações ambientais causadas pela formação da organização socioeconômica das reduções jesuíticas. Para fundamentar o diálogo entre as duas abordagens utilizamos o conceito de “encontros pragmáticos” proposto por Mauro de Almeida. Os documentos utilizados para a realização da presente pesquisa

consistem em Cartas Ânuaas compiladas por Jaime Cortesão (1969), disponíveis na Biblioteca Nacional e manuscritos pesquisados no Centro de Pesquisas Históricas da PUCRS. A análise se fundamenta em autores da Antropologia, Histórias das missões jesuíticas e História Ambiental. Os dados encontrados demonstram que as roças missionais sofreram com ataques de roedores, insetos e estiagens, gerando períodos de fome e conflitos nas missões, ao mesmo tempo, lideranças xamânicas estabeleceram alianças com animais e espíritos para lutar contra a presença dos jesuítas. Em contrapartida, os jesuítas recorreram as práticas cristãs, como procissões, missas e penitências para lutar contra as “pragas ambientais”

## **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

### **CONTRIBUIÇÕES ETNOMICOLÓGICAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE TABATINGA, AM**

Fábio Fidel da Silva Santana (UFAM)

Romário da Silva Santana

Taciana Carvalho de Coutinho

Os fungos diferenciam-se de outros seres vivos por serem organismos eucarióticos e heterótrofos por absorção. Diante disso, cabe a Etnomicologia, área que estuda a relação e as interações no contexto biológico, econômico e social. No entanto, é necessário se traçar novas medidas de estudos dentro dessa área nas comunidades onde concentram maior número de povos tradicionais. É nessa perspectiva, que o presente estudo se baseou em Investigar novas contribuições etnomicológicas do povo tikuna, do município de Tabatinga-AM. Quanto ao aspecto metodológico, se utilizou entrevistas semiestruturadas com a utilização projetiva de álbum seriado de fotografias, com aplicação da técnica da “Turnê-Guiada”, e coletas dos exemplares seguido de sua identificação, conforme guias, chaves micológicas e plataformas de identificação digital. Foram feitas quatro expedições-campo, entre os anos de 2019 (novembro e dezembro) à 2020 (janeiro e fevereiro) e foram encontradas oito espécies de fungos pertencentes ao filo Basidiomycota: *Psilocybe cubensis*; *Ganoderma australe*; *Tylopilus aquarius*; *Marasmius* sp.; *Auricularia delicata*; *Pleurotus ostreatus*; *Pycnoporus sanguineus* e o *Amauroderma* sp. Tal informações, foram obtidas de 10 moradores da comunidade Umariçu II, onde a grande maioria dos entrevistados foi proveniente do gênero feminino (70%) e 30% do gênero masculino, estando numa faixa etária entre 39 e 77 anos. Além disso, todos os indígenas conheciam os fungos, como “cora” e “urupé”. E detinham conhecimentos sobre os seus usos, sendo utilizados mais como alimento (80%), remédio (10%) e veneno (10%). As espécies tiveram aplicações desde religiosas, alimentar, estéticos, e até para fins medicinais. Portanto, os dados deste estudo comprovam a presença viva do conhecimento Etnomicológicas de fungos na comunidade do povo Tikuna. E que ainda, precisa-se fazer mais levantamentos em toda a área da pesquisa.

## **O ENSINO DA CULTURA INDÍGENA ATRAVÉS DA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS DO 7º ANO DO FUNDAMENTAL.**

Graduanda Emelly Alves Farias (UFCG)  
Doutoranda Lana Gomes de Araújo (UFPE)  
Doutora Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

A cultura indígena é bastante diversificada e possui um enorme valor social. Ela está interligada com todas as outras culturas na sociedade brasileira mais do que podemos imaginar, inclusive nas nossas práticas cotidianas e através dos alimentos que consumimos. Não podemos mais tratar a história dos povos indígenas como algo que ficou no período colonial e como uma herança deixada pelos nossos antepassados. Precisamos desconstruir os estereótipos que foram perpetuados no nosso país durante tanto tempo, principalmente nas escolas. Estas, continuam reservando um lugar ao indígena num passado remoto e um tema exclusivo às comemorações do Dia do Índio. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma proposta para se trabalhar a questão da cultura indígena no ensino fundamental, através da história da alimentação, e do conceito de cultura e etnicidade evidenciados por Frederick Barth. Para tanto, além do levantamento bibliográfico, foram realizadas entrevistas orais com dois indígenas Potiguara: Daniel Potiguara que é professor indígena e Caboclinho, antigo cacique geral dos Potiguara, para saber sobre as práticas alimentares pessoais e da realidade atual do povo Potiguara e como eles tem lidado com o consumo de outros alimentos não-indígenas, industrializados, *fastfoods* etc. Por fim, verificou-se que na atualidade tem sido muito corriqueiro nas aldeias Potiguara a entrada de alimentos industrializados e que isso está trazendo sérias consequências para a saúde dos indivíduos desses lugares. O que nos mostra que isso não é um motivo de privilégio para eles como muitos podem pensar. Na verdade, o fato deles comerem esses tipos de alimentos está mais relacionado ao costume inserido e estimulado pelos tempos modernos do que por escolha própria. Além disso eles expressaram a importância dos alimentos naturais e destacaram que é muito frequente para o povo Potiguara ingerir peixes e crustáceos, o que se pode relacionar claramente a etimologia da própria palavra Potiguara, que significa comedor de camarão.

## **DO VENENO AO ANTÍDOTO: O PROTAGONISMO E A EXPERIMENTAÇÃO BOTÂNICA DOS ÍNDIOS PURI DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**

Doutor José Otávio Aguiar (UFCG)

O Leste da Capitania de Minas Gerais – entenda-se por essa expressão toda a região entre a atual Zona da Mata Mineira e a região Jequitinhonha-Mucuri-Doce – permaneceu

incólume a uma ocupação promovida de forma sistemática e intensiva, durante todo o período áureo da mineração setecentista. Coberta pela densa Mata Atlântica e habitada por populações indígenas miticamente reportadas como antropófagas, que para ali haviam se refugiado nos três primeiros séculos de colonização, a região funcionava como “barreira verde”, para a proteção contra a realidade do contrabando e a possibilidade de uma invasão externa. A partir da segunda metade dos setecentos, com o declínio das jazidas auríferas da região mineradora, levadas cada vez mais significativas de luso-brasileiros dirigiram-se para este “leste selvagem”, sob o incentivo do Estado e debaixo de uma forte guerra indígena. Para reprimir os ataques das nações dos Puri-Coroado e dos Botocudos, que expulsavam os colonos das terras já ocupadas, a metrópole construía postos militares estrategicamente situados: os chamados presídios e quartéis. Estes, no entanto, mostravam-se insuficientes para a defesa dos colonos e o aldeamento dos índios. Neste embate entre a sociedade mestiça luso-brasileira e as diversas etnias indígenas envolvidas nessa “zona de contato colonial”, destacaremos, em nossa pesquisa, o que permanece da forma como os índios Puri-Coroado da Zona da Mata Central manejavam os recursos botânicos para promover guerra e medicina. Nossas fontes remontarão às diversas literaturas de viagem, à memória oral Puri e à arqueologia em busca de dar protagonismo aos sujeitos indígenas, ao seu conhecimento dos biomas e biotas locais e à sua sabedoria de experimentação, com frequência negligenciada nos relatos luso-brasileiros e europeus.

## **ST10-PROTAGONISMO INDÍGENA E INQUISIÇÃO NA AMÉRICA**

Coordenadores: Ângelo Adriano Faria de Assis, UFV, Brasil  
Almir Diniz de Carvalho Júnior, UFAM

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **OS INDÍGENAS PERANTE A INQUISIÇÃO: PROTAGONISMOS E PERSEGUIÇÕES**

Ângelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Nas últimas décadas, os estudos sobre o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, sua ação, representantes, vítimas, apoiadores e críticos têm ganhado destaque e dado origem a estudos os mais variados, com novas perspectivas, metodologia, recortes e focos de análise. A democratização do acesso às universidades e os avanços tecnológicos permitiram, da mesma forma, que estes estudos se espalhassem por instituições de Norte a Sul do país, acabando com a concentração que existia em grandes centros. Um dos ramos destes estudos que têm sido cada vez mais visitado envolve a presença de indígenas envolvidos com o Santo Ofício. As documentações referentes às visitas inquisitoriais à América portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII apresentam um leque de denúncias e confissões envolvendo estes indivíduos. Nesta comunicação, pretende-se apresentar um panorama destes casos, citando alguns dos estudos recentes e novas perspectivas de análise para os estudiosos interessados no assunto

## **ST11 - PROTAGONISMO DAS MULHERES INDÍGENAS NO PASSADO E NO PRESENTE**

Coordenadoras: Juciene Apolinário (UFCG)  
Graça Graúna (UPE)

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **TERRITÓRIO INDÍGENA MENDONÇA: FORMAÇÃO POLÍTICA E COTIDIANO DAS MULHERES LIDERANÇAS**

Mestranda Tayse Michelle Campos Da  
Silva

O objetivo deste trabalho é conhecer o Território Indígena Mendonça e as trajetórias e experiências das mulheres lideranças indígenas deste Território, as implicações do “ser liderança mulher”, como elas gerem esse “cargo”, palavra usada pelas mulheres para se referenciar a papel exercido como liderança, e os demais papéis que assumem além de ser liderança. Pensar a liderança comunitária é compreender a pessoa que atua politicamente dentro e fora da comunidade. Durante as entrevistas, procurei dialogar sobre o que mudou no cotidiano dessas mulheres a partir do momento que elas assumiram o papel de liderança nas suas comunidades, como elas se tornaram lideranças e como elas se veem enquanto tal. A intenção é entender mais particularmente a realidade dessas mulheres – enquanto envolvidas em suas inúmeras tarefas particulares – para situar o papel que elas desempenham à frente das associações comunitárias, do movimento indígena e na relação com o Estado. Conhecendo quem são as mulheres lideranças indígenas do Território Mendonça, suas trajetórias, suas percepções sobre o papel de lideranças que ocupam, sua participação nos processos produtivos da comunidade, vamos, no segundo capítulo, conhecer as organizações das comunidades indígenas Mendonças e o papel que elas desempenham à frente das associações comunitárias. Na tentativa de compreender as estratégias de lutas usadas pelas mulheres indígenas do Território Mendonça, busquei múltiplas narrativas delas sobre seu cotidiano e as intersecções que perpassam suas vidas de lideranças femininas. Essas narrativas me possibilitaram pensar a as agências acionadas por essas mulheres para ocupar os lugares de fala, de tomadas de decisão sobre seu povo e sobre si mesmas.

#### **DANIELA CATRILEO: RESISTÊNCIA NAS ESCRITURAS DE MULHERES MAPUCHE**

Doutorando Larissa Fontinele de Alencar (UFPA)

As literaturas indígenas da América Sul, de maneira ampla e resumida, trazem em seu bojo formas de resistências aos domínios das práticas hegemônicas discriminatórias advindas de práticas e percepções colonizadoras que ainda persistem mesmo na contemporaneidade. As escrituras feitas por mulheres indígenas do povo originário Mapuche (Chile) são formadas por textos que transcendem através da palavra a resistência sob a ótica tanto de gênero quanto de identidade étnica. O objetivo deste trabalho é observar a resistência presente nas escrituras poéticas da escritora Daniela Catrileo. Pertencente ao povo originário Mapuche, ela está entre as jovens autoras mais

aclamadas pela crítica literária chilena contemporânea e exerce uma forte resistência política tanto anticolonial como feminista, por esses dois vieses traçaremos um percurso de análise literária que pince os rastros de resistência em poemas de duas obras Guerra Florida e a obra Río Herido. O É importante poderarmos que a luta das mulheres Mapuche é para além da sua própria condição feminina e indígena, mas sobretudo uma luta contra todos os sistemas dominantes que atravessam seus corpos, é o que notaremos nos poemas selecionados. Assim, observa-se através desse corpus literário a expressão do corpo fraturado da mulher indígena, que, por isso mesmo em resistência, tensiona a memória sobre o trauma colonial, atravessados pela ancestralidade, questões de gênero, identidade e relações com a morte, fazendo que a literatura seja potencializadora da existência sob as vias da resistência.

## **PERTENCIMENTO DAS MULHERES INDÍGENAS AOS ESPAÇOS URBANOS**

Mestre Antonia Diniz  
(UFAC)

Este estudo tem por objetivo discutir os estereótipos sociais que na sutileza discursiva e nas ações veladas “condenam as mulheres indígenas a adotarem apenas aldeias para viverem e fazer desses espaços a única forma de moradia aceitável pela sociedade. Com isso refletir: Quem são os sujeitos/sistemas que fomentam a segregação dessas mulheres? Será que não entendem que o lugar das mulheres indígenas é onde elas quiserem estar? E que os espaços urbanos são privilegiados com a presença dessas mulheres com saberes e valores pluridimensionais que muito contribuem frente ao universo da diversidade humana? Na tentativa de responder a tais indagações valeu-se da narrativa de três mulheres indígenas moradoras da cidade de Rio Branco-Acre há mais de 10 anos. No contexto histórico da colonização europeia, os povos originários sofreram graves consequências como extermínio, dizimação por doenças contraídas dos brancos, violação de seus modos de vida desconstrução discursivo-prática de suas ancestralidades, cujas ações dos invasores designaram condições/limitações de espaços sociais e geográficos onde poderiam viver os grupos étnicos: As terras demarcadas cuja inversão de direitos restringiu seus proprietários legítimos do seu livre uso. As mulheres brasileiras foram afetadas em cheio pelo patriarcalismo que sistematizou o “lugar das mulheres” (do lar) submissas a seus pais ou maridos, inferiorizando-as, e essa cultura dos brancos influencia no trato dado as mulheres indígenas como se elas não tivessem direito de escolher onde morar. Concluiu-se que nos últimos anos as mulheres de todas as raças e etnias vêm resistindo às práticas de opressão na direção da contra colonização. Assim, debates que colocam as mulheres indígenas como protagonistas de suas manifestações genuínas, nas quais elas reagem a todos os tipos de preconceitos e discriminação por meio da oralidade, lutas políticas narrativas, interculturalidade e escrita, serão de grande relevância social.

## **ANA DA LUZ FORTE DO NASCIMENTO A “FEN’NÓ”: INSPIRANDO O PROTAGONISMO DAS MULHERES KAINGANG**

Doutor Adiles Savoldi  
(UFFS)

Ana da Luz Fortes do Nascimento nascida em oito de setembro de mil oitocentos e noventa e oito é a referência feminina indígena sobre a luta pela terra, na década de oitenta do século passado, no Toldo Chimbangue em Chapecó, SC. Conhecida como Fen’Nó, nome Kaingang, que pode ser traduzido flecha. É filha de Alfredo Fortes e Júlia Rodrigues Lãdgy (Kaingang), seu pai é neto de José Raymundo Fortes conhecido por ter aberto a primeira clareira no sertão que daria início ao povoamento de Chapecó. No entanto, mesmo sendo descendente do fundador da cidade (não reconhecido pelos não índios), ela viveu boa parte da sua vida reivindicando terra para os Kaingang que foram reiteradas vezes expulsos pelas frentes de expansão. Fen’Nó faleceu em seis de março de dois mil e quatorze. Até 2014, era considerada uma lenda viva, inspirando e fortalecendo a identidade indígena Kaingang. No presente, para os Kaingang do Chimbangue, os ancestrais são cultuados como exemplos de vida e inspiração que se traduzem tanto em atos políticos quanto na proteção espiritual. Os moradores do Chimbangue acreditam que a Fen’Nó continua lutando por eles em outra dimensão. A terra, segundo os Kaingang, significa vida, o mito fundante narra que os primeiros ancestrais saíram da terra, portanto, da terra vieram os ancestrais e a ela retornaram. O lugar onde estão enterrados os seus umbigos, nutre um sentimento que liga seu dono ao local, estabelece vínculos, semelhantes às raízes e os seus troncos. Uma das maneiras dos Kofás (anciãos) se referirem aos antepassados é “nossos troncos antigos”. Ela foi um caso raro de liderança feminina. A Fen’Nó é considerada a “mãe de todos”, ela protagonizou a luta pela terra e consequentemente pela vida. Sua história hoje é narrada pelos professores e estudantes da escola indígena que leva o seu nome. Inspirados pela trajetória da Fen’Nó, o trabalho de pesquisa contemplou a história de outras mulheres Kaingang que lutavam e lutam pelos direitos, mas que, no entanto, suas experiências se encontravam no anonimato. Hoje as descendentes da Fen’Nó refletem os comportamentos reiterados atuando como pioneiras em distintas áreas, como exemplo, a primeira diretora Kaingang de escola indígena do Oeste Catarinense (2020), a primeira vereadora indígena de Chapecó, SC, (2021). A Fen’Nó fez história e seu legado continua inspirando as mulheres e os Kaingang.

## **ENTRELAÇANDO EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS HISTÓRICAS: DIÁLOGOS SOBRE O FEMININO COM MULHERES INDÍGENAS**

Doutora Andreza de Oliveira Andrade (UERN/  
UDESC)

Movida pelo desafio de explorar o entrelaçar-se da relação entre experiência histórica, narrativa e escrita da história na e da vida de mulheres indígenas que são líderes em suas comunidades no Rio Grande do Norte e no Ceará, no Mendonça do Amarelão e Jenipapo-Kanindé, respectivamente, junto as quais tenho desenvolvido minha pesquisa de doutoramento que busca problematizar a constituição do protagonismo social que as torna destaques em suas comunidades. Para tanto, busco estabelecer um diálogo entre à forma

como elas vivenciam a experiência de liderança e como articulam-na com o lugar social do feminino no contexto das relações sociais de sexo e gênero estabelecidas no interior das comunidades. De modo a pensar em que medida é possível, mapear alguns condicionantes sociais estabelecidos pelo lugar do feminino na comunidade em contraposição ao patriarcado e em diálogo com as articulações políticas de mulheres não indígenas que versam acerca dos debates feministas, no sentido de historicizar esse diálogo e de problematizar a maneira como essas mulheres são afetadas por essas interlocuções e como isso afeta suas práticas políticas. Procuo lançar mão de uma abordagem de pesquisa identificada com uma literatura pós-colonial e decolonial e do uso da história oral como instrumentos de acesso à experiência de vida dessas mulheres, de modo a trazê-las para dentro da narrativa historiográfica como protagonistas de uma cena social na qual algumas performances de gênero, por exemplo, são reformuladas relativamente aos modelos tradicionalmente identificados como patriarcais, de modo a pensar tais experiências como formas de resistência do “outro”, aqui assumindo a híbrida identidade da mulher indígena nordestina, abrindo caminho para inúmeras possibilidades de análise que tocam as especificidades dessa identidade.

## **LUGAR DE MULHER INDÍGENA É ONDE ELA QUISER: REVISITANDO O PROTAGONISMO FEMININO NA TERRA INDÍGENA TOLDO CHIMBANGUE**

Doutoranda                      Andreza                      Bazzi  
(COC/FIOCRUZ)

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a agência política das Mulheres Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbangue no município de Chapecó – SC. Parte das conclusões aqui apresentadas são resultados obtidos em minha pesquisa de mestrado em História sobre o protagonismo feminino na Terra Indígena Toldo Chimbangue entre os anos de 1980 a 2019, articuladas à um evento mais recente que é a posse de Iara Campolin como vereadora suplente na Câmara Municipal de Chapecó, em outubro de 2021. Iara é a primeira indígena a assumir um cargo no legislativo municipal. Ao ocupar esse espaço, Iara além de representar os Kaingang que vivem em Chapecó, reverencia o legado deixado por suas ancestrais, um legado de luta por direitos, em especial o direito à terra. Nas últimas décadas, percebe-se um grande envolvimento das mulheres indígenas não só no movimento indígena ou dentro de suas comunidades. As mulheres têm reivindicado suas inscrições em espaços públicos e de poder também na sociedade nacional. Acreditam que seus envolvimento nesses ambientes de relevância social são fundamentais para ampliar os debates sobre os direitos indígenas. A nova geração de mulheres Kaingang no Toldo Chimbangue têm frequentemente acionado a linguagem do direito, buscando a manutenção de direitos conquistados e, principalmente, a ampliação do acesso a esses direitos. Tanto o envolvimento das mulheres Kaingang no processo de luta e conquista da Terra, quanto suas atuações em defesa de seus direitos, e mais recentemente a posse de uma Kaingang ao legislativo municipal, demarcam a agência política das mulheres do Toldo Chimbangue em momentos e contextos diversos.

## **MULHERES INDÍGENAS EM MOVIMENTOS GLOBAIS: AUTORREPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS E PROTAGONISMO POLÍTICO.**

Mestranda Andressa Inácio de Oliveira (UFF)

Em meio a crise climática e tempos pandêmicos, as mulheres indígenas se movimentam coletivamente em defesa de suas vidas, territórios ancestrais e multiplicidade cultural. No Brasil, por meio da mobilização de seus corpo-territórios e desde o México, via comitês de escuta-e-palavra em viagem pela Europa: ao mesmo tempo em que tecem redes globais de solidariedade, elas ressignificam interpretações consagradas sobre a história do presente-passado colonial. Seja em prol da Cura da Terra, seja em Jornada Pela Vida, manifestam seu protagonismo enquanto coletividade política, em movimento amplo e inclusivo. Traçam sua luta ao lado dos homens, crianças e anciãs/anciões pertencentes aos diversos movimentos indígenas em rotas transnacionais. Confrontam as sociedades não-indígenas com a urgência da defesa dos direitos da Mãe-Terra e as convidam à luta. Nesses movimentos lançam autorrepresentações que em grande medida transbordam e transcendem as representações historicamente cunhadas sobre elas, incidindo não apenas sobre o passado colonial, mas também sobre o tempo presente e especialmente sobre as possibilidades de futuro da humanidade. A comunicação gira em torno de duas manifestações políticas recentes: o Encontro Global de Mulheres Indígenas (2020), organizado desde o Brasil e conectado à recém fundada Articulação de Nacional de Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) e a Jornada Zapatista Pela Vida (2021), organizada desde o México, com forte protagonismo feminino, pelo Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), Congreso Nacional Indígena (CNI-CIG) e Frente de Pueblos en Defensa del Agua y de la Tierra de Morelos, Puebla y Tlaxcala. Em investigação na longa duração temporal, identifica alguns dos distintos usos e ressignificações do passado colonial operados por esses movimentos. Reflete, por fim, sobre as possibilidades de uma história das autorrepresentações para a escrita da história (das mulheres) indígena(s) em perspectiva global.

### **MULHERES AO PÉ DO FOGO: (R)EXISTÊNCIA ANCESTRAL**

Doutora Fernanda Vieira  
(UEMG)

A luta das mulheres Indígenas não nasce na invenção do feminismo civilizatório (VERGÈS, 2020, P. 17) na Europa. Como nos ensina Julieta Paredes Carvajal, em algumas nações e territórios de Abya Yala, as mulheres Originárias enfrentavam o “patriarcado ancestral precolonial” (CARVAJAL, 2020, p. 17), de forma que não se pode projetar um continente utópico e absolutamente livre de conflitos anterior à sua invasão, o que seria uma visão paternalista dos Povos Originários e os empurraria para uma espécie de infância da civilização. O momento da invasão do continente promove uma conexão entre o “patriarcado ancestral precolonial” e o patriarcado europeu colonial, constituindo uma outra formação histórica e sistêmica, o “Entronque Patriarcal” (CARVAJAL, 2020, p. 17). A (r)existência das mulheres Originárias é milenar e ancestral, combatendo séculos de opressão. Esta comunicação se propõe a ser um diálogo ao pé do fogo, uma conversa entre mulheres Indígenas que se ins/escrevem e se (re)leem, partindo de Reinventing the

enemy's language: contemporary Native Women's writings of North America (1997), organizado por Joy Harjo e Gloria Bird; e Contrapontos da Literatura Indígena Contemporânea no Brasil (2013), de Graça Graúna, para pensar a reescrita/apagamento de fronteiras impostas pelos colonizadores, no fortalecimento das lutas de mulheres contra o sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno.

## **IMAGENS DE RESISTÊNCIA NA POÉTICA DAS MULHERES**

Doutor Evanir de Oliveira Pinheiro

O trabalho consiste numa exposição digital e estética audiovisual de poemas de escritoras indígenas e negras do nordeste brasileiro, que expressam na escrita a resistência contra o racismo, o feminicídio e a misoginia. São 10 vídeos de 2 a 4 minutos produzidos pela EP Produções, planejada e executada no período da pandemia, com enfoque na visibilidade das mulheres indígenas e afrodescendentes, que ainda sofrem com a violência patriarcal e as desigualdades sociais. A produção audiovisual e narrativa é da produtora cultural indígena Eva Potiguar, com recursos da Lei Aldir Blanc do RN. O projeto teve uma grande circulação e ótima receptividade nas redes sociais e compõe a *playlist* imagens de Resistência na Poética das Mulheres no canal youtube @Evapotiguar.

## **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

### **SANGUE DA MATA, "SANGUE DE CABOCA BRABA": ETNOGÊNESES E PROTAGONISMO FEMININO INDÍGENA EM URUCUÍ-PI**

Graduanda Rebeca Freitas Lopes (UESPI)

Este trabalho é um recorte inicial da minha pesquisa para a escrita da monografia e pretende fazer uma reflexão acerca dos protagonismos femininos indígenas na cidade de Uruçuí, Piauí. A ocupação feminina dos espaços sociais, acadêmicos e do trabalho tem ganhado força nos últimos anos, processo muito marcado pela luta dos movimentos feministas. Destaca-se, especialmente, a organização de movimentos sociais indígenas na América Latina na luta pela terra, educação e saúde, entre outras pautas, sob a liderança de mulheres indígenas. Neste sentido, a pluralidade dentro dos movimentos sociais femininos é um fator que contribuiu para a visibilidade de mulheres, como o movimento feminino indígena, que luta não somente pela reivindicação territorial, mas por igualdade de gênero, contra a violência e pelo reconhecimento étnico de suas comunidades. Assim, o presente trabalho realiza um recorte de gênero, de etnicidade e de classe para destacar o protagonismo feminino indígena na luta pela terra, pelo reconhecimento étnico e outros direitos constitucionalmente garantidos aos povos indígenas. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi realizada a partir de relatos orais coletados por meio de entrevistas feitas com três mulheres indígenas que vivem em comunidades rurais na cidade de Uruçuí, sul do Piauí. As depoentes carregam dentro de si memórias e marcas de uma resistência passada de geração a geração, recorrendo à oralidade para reafirmar seu pertencimento e ancestralidade, construindo, à medida que buscam as raízes de suas identidades étnicas, a luta por seus territórios, tornando-se protagonistas dos movimentos de etnogêneses verificados na região.

## **NETAS DA FEN'NÓ: LUTANDO POR CIDADANIA NAS OCUPAÇÕES ESCOLARES DE 2016**

Graduanda Eloise Kist Hoss (UFFS)

Nesta apresentação busco refletir sobre a participação das jovens mulheres Kaingang e Guarani que residem na Terra Indígena (T. I.) Toldo Chimbanguê, situada em Chapecó-SC, no movimento estudantil de ocupação escolar de 2016. Com base no trabalho de campo – exercício que conjuga métodos de observação participante, entrevista e escrita de diário de campo –, realizado durante os meses de abril, julho, setembro e outubro de 2017, essa pesquisa foi realizada para a escrita da monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Através da descrição etnográfica das práticas de resistência juvenil e a agência feminina observada nas interações com estudantes na Escola Indígena de Ensino Fundamental (EIEF) Fen'Nó e a partir das entrevistas realizadas com quatro estudantes, mulheres, jovens, Kaingang e Guarani, na faixa etária entre 13 e 18 anos, analiso as dimensões da experiência étnica (BARTH, 2005) e da agência feminina (ORTNER, 2006) vivenciadas na mobilização estudantil de ocupação escolar realizada na EIEF Fen'Nó em outubro de 2016. Minha primeira visita à T.I. Toldo Chimbanguê ocorreu durante a Semana Cultural realizada na escola no ano de 2015. Ainda em 2016, visitei novamente a escola durante Semana Cultural no mês de abril e também no mês de outubro, quando realizei uma atividade de cine debate com o documentário “Índio Cidadão?” (KAIOWÁ, 2014) durante a ocupação do movimento estudantil. Nas práticas e performances observadas na Semana Cultural e nas observações participantes realizadas na escola, as/os estudantes interagem com os conhecimentos ancestrais, com os sentidos e significados através dos quais também constroem suas identidades. Busquei descrever as participantes e entrevistadas, as “netas da Fen'Nó” que atuaram como protagonistas na mobilização estudantil, através de suas categorias de autorepresentação, ou seja, sob a perspectiva do direito de falar por si e de falar de si. Dessa forma, as estudantes evidenciaram a importância das suas ações como um exercício da cidadania e destacaram neste processo de mobilização uma união mais efetiva entre estudantes, professores, pais e lideranças. Essa experiência propiciou o reconhecimento por parte das/os estudantes dos repertórios reiterados que marcam a história de luta dos ancestrais. Com base no diálogo realizado com as estudantes, emergiram os relatos de reconhecimento da ancestralidade Kaingang na memória das “netas”, em sentido simbólico, de Ana Fortes do Nascimento, a Fen'Nó.

## **PROTAGONISMO FEMININO NO ENFRENTAMENTO À COVID-19: AS MULHERES INDÍGENAS DO AMAPÁ E NORTE DO PARÁ**

Graduanda Luene Anicá dos Santos  
(UNIFAP)  
Doutora Elissandra Barros  
(UNIFAP)

Qual o papel desempenhado pelas mulheres indígenas na prevenção e tratamento da covid-19, durante a pandemia que se alastrou pelo mundo? Foi esse questionamento que

nos levou a refletir, especificamente, sobre a atuação das mulheres indígenas do Amapá e norte do Pará no enfrentamento ao novo coronavírus. As mulheres indígenas são responsáveis pelo cuidado da casa e da família, o que inclui, adicionado ao trabalho doméstico e da roça, a preocupação constante com o bem-estar dos seus filhos e familiares. Com a chegada da covid-19 entre os povos indígenas coube a estas mulheres o papel central de cuidar dos membros de sua família que foram contaminados pelo vírus, e aplicar as medidas de prevenção ao contágio. O objeto de análise deste estudo é o livro “Fala Parente! A covid-19 chegou entre nós”, publicado pelo PET-Indígena da Universidade Federal do Amapá e que reúne 100 relatos de indígenas do Amapá e norte do Pará sobre como a covid-19, compreendendo o período de 21 de maio a 29 de agosto de 2020. Do total de relatos, 51 foram realizados por mulheres indígenas: idosas, jovens, profissionais de saúde, lideranças indígenas, filhas e netas, mas, principalmente, mães. Nos relatos o cuidado adquire uma dimensão mais ampla, pois sai da esfera familiar e se estende a toda a aldeia, neles as mulheres não falam de si enquanto indivíduo, mas sim vinculado a um coletivo, a sua família, seu povo. Entre as temáticas abordadas pelas mulheres indígenas em seus relatos destacamos: (1) os remédios tradicionais utilizados para combater a covid-19; (2) a necessidade do distanciamento social e o impacto em suas famílias e aldeias; (3) o atuação das mulheres indígenas enquanto profissionais de saúde e/ou lideranças de suas comunidades e (4) as incertezas e o medo dessas mulheres, que apesar de tanta luta também se sentiam incapazes de garantir a segurança de suas famílias, ameaçadas por um inimigo invisível Este trabalho procura visibilizar o papel de tantas mulheres indígenas que não mediram esforços para resistir a pandemia e ajudar suas famílias e comunidades.

## **ST12 - LITERATURAS INDÍGENAS NAS AMÉRICAS: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E RESISTÊNCIA**

Coordenadoras: Brigitte Thiérior, Sorbonne Nouvelle - Paris 3/CREPAL, França  
Pascale De Robert, Institut de Recherche et Développement - IRD / Palos., França  
Roberta Guimarães Franco, UFMG

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **INTERPRETACIÓN DE ETNOTEXTOS ANDINOS EN COLOMBIA: UN ACERCAMIENTO DESDE HANS GEORG GADAMER**

Pós-Doutora Martha Isabel Muelas Hurtado  
(Universidad del Valle)

La presente ponencia se propone un acercamiento interpretativo a los etnotextos andinos en Colombia desde una lectura gadameriana. Los conceptos que utilizaremos para analizar los etnotextos andinos son descritos en su texto Verdad y método (2012): experiencia de comprensión, diálogo, formación y sentido comunitario. La experiencia de comprensión alude a lo que acontece en la conversación. La conversación admite relación entre pasado y presente, el pasado entendido como la comprensión de esas formas lingüísticas construidas por otros y el presente como el ganar conciencia del horizonte histórico particular en el que participa el intérprete. Y diálogo refiere al logro del acuerdo y al abrirse a la alteridad textual como alternativa comprensiva de un asunto. En ese sentido, la formación es el proceso de construcción de la vida como arte en plena conexión con lo ajeno, el cual genera experiencia de comprensión en la que los seres humanos no sólo se hacen cargo de la alteridad, sino que también admiten que en lo ganado por el otro existe un algo significativo digno de reconocer. Y sentido comunitario hace referencia a aquello construido y compartido históricamente por una comunidad de vida como lo justo y bueno. Desde estas categorías se pone en juego la comprensión e interpretación de los etnotextos presentes en la Antología Antes el amanecer (2012) de Miguel Rochas. Los etnotextos responden a una diversa red de significados presentes en las comunidades andinas colombianas y sus modos de ser y existir. Por esta razón, se presentan etnotextos de las comunidades misak, pastos, yanakonas nasa, uwa y muisca, las cuales guardan entre sus cosmovisiones ciertos arquetipos recurrentes que permiten su comprensión cultural.

#### **A LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA PARA A INFÂNCIA: UM ESTADO DO CONHECIMENTO**

Doutorando Ivanir Maciel (UFSC)  
Doutorando Djalma Barboza Enes Filho  
(UFSC)

Este artigo apresenta um estado do conhecimento da situação atual das pesquisas acadêmicas sobre a temática da literatura indígena brasileira contemporânea, especialmente as dedicadas à infância, com o objetivo de realizar uma descrição das pesquisas acadêmicas que estudam a produção literária de autoria indígena brasileira

contemporânea para a infância e as implicações para a constituição de leitores literários em escolas indígenas. Para uma melhor compreensão da realidade que envolve estas pesquisas, definimos o período de 1999, por ser considerado o ano em que foi defendida a primeira tese de Doutorado relacionada à atual literatura de autoria indígena no Brasil, até os dias atuais. Para esse levantamento escolhemos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, porque é um portal que contém todas as teses e dissertações brasileiras, e utilizamos os termos “Literatura indígena brasileira contemporânea” e “Literatura indígena infantil.” A partir disso, foram encontrados 29 trabalhos, sendo 7 teses de Doutorado e 22 dissertações de Mestrado, evidenciando que existem poucos trabalhos que tratam, especificamente, sobre a temática da literatura indígena brasileira contemporânea para a infância. A análise destes trabalhos constatou que, apesar destas pesquisas terem relação com a literatura indígena brasileira contemporânea, apenas 1 tese de Doutorado e 1 dissertação de Mestrado possuem relação direta com o tema principal desta pesquisa, a literatura de autoria indígena para a infância. As pesquisas também destacam a origem da produção de literatura indígena enquanto resistência cultural, política e histórica dos povos indígenas porque aponta a (re)construção da identidade destes, com as marcas da oralidade em publicações de suas narrativas. Há um grande caminho a ser percorrido pela luta e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas para que não haja uma generalização, que poderá contribuir ainda mais para a criação de superficialidade e, conseqüentemente, estereótipos. O trabalho contribui com as reflexões do Simpósio Temático<sup>12</sup> – Literaturas indígenas nas Américas: memória, patrimônio e resistência.

## **PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE TEXTOS INDÍGENAS: O CASO DO WÄTUNNÄ YE’KWANA**

Pós-Doutora Isabel Maria Fonseca  
Gondinho (UFRR)

A comunicação propõe discutir aspectos relativos à produção e circulação dos textos indígenas, tomando como referência duas versões de Wätunnä, o conjunto de narrativas de caráter histórico-mitológico do povo ye’kwana: a primeira, do francês Marc de Civrieux, obra publicada em 1970, na Venezuela, e a segunda, do indígena ye’kwana Marcos Rodrigues, publicada em 2019, em Roraima. Na atualidade vive-se um movimento, como nunca presenciado, de publicação, circulação e de valorização de textos de autoria indígena no Brasil. Esse fenômeno tem propiciado, em distintos lugares, discussões sobre literatura, literatura indígena, poéticas indígenas, autoria e tradução, dentre outros aspectos das textualidades indígenas, assim como, sobre quem e de que forma esses textos compõem a cena literária brasileira contemporânea.

## **MITOS E LENDAS DOS ÍNDIOS TAULIPANG E AREKUNÁ, DE THEODOR KOCH-GRUNBERG EM PERSPECTIVA COMPARADA: EDIÇÃO VENEZUELANA E BRASILEIRA**

Doutoranda Riane de Deus Lima (UFPA)

INTRODUÇÃO: O termo região circum-Roraima designa categoria geográfica entorno do Monte Roraima, onde povos tradicionais atribuem significado ao território em

narrativas que indicam espacialidade, sociedade e religião. **DESENVOLVIMENTO:** O corpus de pesquisa que apresentamos é a edição venezuelana *Del Roraima al Orinoco: mitos y leyendas de los índios Taulipang y Arekuná*, Tomo II, de 1989, do etnógrafo alemão Theodor Koch-Grünberg. Duas afirmações fundamentam a pesquisa: Primeiro destaca a ausência da seção “Prólogo” nas edições brasileiras, o que reflete na dimensão da participação dos informantes indígenas na obra. Sem a seção, não ocorre créditos da participação aos informantes indígenas no trabalho do antropólogo, nem as condições da captação, ou da tradução das narrativas. O segundo fundamento é a ausência de oito narrativas em língua Taurepáng, também ausentes nas edições brasileiras, em alfabeto fonético internacional, com textualidade original, atribuída a Mayuluaípu. A ausência dessas narrativas diminui a contribuição dos indígenas para a literatura brasileira ao relegar sua cultura a uma alteridade congelada, desvinculada de processos históricos, negando sua voz nas criações culturais atuais. **PRINCIPAIS RESULTADOS:** As narrativas que Theodor Koch-Grünberg apresenta em seu texto são oriundas do imaginário coletivo de nações tradicionais que habitam o circum-Roraima. Então, num projeto que vise abordar em perspectiva de literatura comparada, mitos de fatura indígena, tradução e ideologia, parece importante deslindar o movimento de transposição da oralidade para escrita dos objetos textuais desses povos tradicionais. Especialmente, se objetivamos reconhecimento da colaboração indígena e do Circum-Roraima para literatura brasileira. **EIXO TEMÁTICO:** Literaturas indígenas nas Américas- memória, patrimônio e resistência.

### **O INTELLECTUAL INDÍGENA D’ARCY MCNICKLE: TRAÇOS DE UMA LITERATURA ENGAJADA (1904-1936)**

Mestre Guilherme Gomes dos Santos  
(UEM)

O presente trabalho dedica-se a explorar a importância do romance *The Surrounded*, publicado em 1936, na trajetória do intelectual indígena estadunidense D’Arcy McNickle. Ele é considerado um dos mais importantes literatos indígenas dos Estados Unidos e *The Surrounded*, que foi seu primeiro romance, pode ser compreendido, em grande medida, como uma resposta às políticas assimilacionistas e aculturadoras que ditaram a tônica dos Assuntos Indígenas nos Estados Unidos, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX e início do XX, e especialmente ao sistema de educação compulsória através do qual as crianças indígenas eram obrigadas a frequentar escolas em regime de internato, fora das suas reservas, as chamadas *Boarding Schools*. Nessas escolas, todo e qualquer elemento que remetia às culturas indígenas era condenado e as desobediências punidas inclusive através de castigos físicos. McNickle nasceu, em 1904, na Reserva Indígena Flathead, no estado de Montana, e, enquanto criança, estudou em uma *Boarding School* e vivenciou de perto o ímpeto aculturador das políticas públicas do período. *The Surrounded* possui importantes elementos autobiográficos desse período, por meio dos quais o autor veicula uma forte crítica à forma como se estruturavam as relações interétnicas nos Estados Unidos e à realidade dos indígenas nas reservas. A partir da publicação dessa obra, McNickle construiu uma trajetória intelectual marcada por seu engajamento na defesa dos direitos dos grupos autóctones norte-americanos, o que culminou em sua participação ativa na organização de alguns dos mais importantes eventos de mobilização indígena no país, como o *National Congress of American Indians*,

em 1944, e a American Indian Chicago Conference, de 1961. O presente trabalho se baseia nos referenciais teóricos e metodológicos da história intelectual. Abordamos a figura de D'Arcy McNickle como um intelectual indígena.

## **LITERATURA INDÍGENA NO CERRADO E NA ESCOLA - CONHECER PARA RECONHECER**

Pós-Doutor Poliene Soares dos Santos  
Bicalho (UFG)

A Literatura Indígena contemporânea vem se consolidando nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1990, como um importante lugar de fala dos 256 povos indígenas sobreviventes nas terras brasileiras. A literatura é uma das artes mais completas quando se trata de conhecer as sociedades, seus tempos, histórias e peculiaridades. Não é diferente quando se deseja conhecer também as realidades e as especificidades das sociedades indígenas, suas culturas, temores, demandas, as formas de se relacionar com o meio ambiente e as maneiras de ver e de estar no mundo. O objetivo desta pesquisa é exatamente esse, conhecer a literatura indígena como forma de também reconhecer esses povos a partir de suas próprias narrativas. Contudo, o foco principal estará na literatura produzida pelos povos indígenas no e do Cerrado, a fim de também compreender mais de perto as suas relações com a natureza, a sociedade e a cultura; e, em um segundo momento, levar esse conhecimento para as escolas não indígenas, de modo que, através da literatura, a matriz étnica indígena, uma das formadoras do povo Brasileiro, seja, efetivamente, apresentada aos estudantes das escolas-campo, tendo em vista o caráter, também, extensionista da pesquisa.

## **A REPRESENTAÇÃO DA MULHER INDÍGENA NA LITERATURA BRASILEIRA: LEITURA COMPARADA ENTRE A ESCRITA POÉTICA E AUTORAL DE MULHERES INDÍGENAS E AUTORES NÃO-INDÍGENAS.**

Mestranda Laura Emília Beatriz Lourenço  
Damasceno (UFPB)

A representação dos indígenas na literatura brasileira foi tema recorrente principalmente na primeira fase do romantismo, o indianismo. Nesta fase, na procura de um herói em que se pautasse a literatura para fins de desenvolvimento de uma identidade e de um símbolo nacional, o indígena passou a ser descrito através de inúmeros estereótipos, e, como consequência desse movimento e da contínua subjugação do gênero feminino, a mulher indígena foi duplamente violentada, como indígena e como mulher. Esse tipo de dominação se revela nas artes também, principalmente na escrita, quando as mulheres são excessivamente objetificadas e intelectualmente inferiorizadas, o que acontece continuamente com a descrição da mulher indígena em muitas obras de escrita não-indígena. Partindo dessas questões, o presente trabalho objetiva, através de uma revisão bibliográfica, tratar da importância da autoria dos povos indígenas, mais especificamente das mulheres indígenas, na literatura brasileira, fazendo um estudo comparado entre esta e a descrição poética dessas personagens assim como é historicamente trazida pelos escritores não-indígenas, isto com o suporte de teóricos como Bosi (2006), Cândido (2004), Todorov (1999), Lasmar (1999), Dorrico (2018), entre outros. Para isso, além da introdução e das considerações finais, o desenvolvimento conta com três seções,

intituladas: “historicidade da problemática”, “ a representação poética do/da indígena no romantismo e no modernismo brasileiro” e “autoria indígena feminina contemporânea”, essas duas últimas com subseção única, cada. Eixo temático: Literaturas Indígenas nas Américas: memória, patrimônio e resistência.

## **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

### **NÃO SOU ÍNDIO, SOU GUARANI**

Reinaldo de Jesus Cunha

O presente Trabalho de Pós- Graduação Ciências Sociais e Religião (TCC), aborda a Temática: “Não sou índio, Sou Guarani”, após entrevista com o Pajé/Cacique (acende fogo) de nome ( branco ) Augustinho da Silva, (99), que na oportunidade da participação da Assembleia Ordinária do CEDIND/Conselho Estadual dos Direitos Indígenas RJ, em Paraty, (27/06/19) nos concedeu gentilmente uma entrevista, falando da natureza viva e do universo cosmológico/guarani; A relação com os parentes indígenas guaranis; A dificuldade da Livre Circulação do Povo Guarani e animais como a onça” no território de Juruá. O texto também faz uma reflexão de mundos opostos: O de Nhanderú, que não delimita cerca e permite a livre circulação de homens e animais no universo de Juruá. E do território de Juruá com suas cercas e arames farpados, para impedir a livre circulação de homens e animais, nesta vastidão de terras e florestas. Nesse trabalho trazemos também: A narrativa do Pajé/Cacique Miguel Karai Tataxi (119) A sua luta pela paz e convivência pacífica com Juruá em uma “Terra Sem Lei”. Além de um resumo dos principais problemas nas aldeias guaranis do Estado do Rio de Janeiro, e do Protocolo de Consulta Prévia Tekoa Itaxi Mirim, no Centro Cultural de Paraty, com a presença dos guaranis e autoridades públicas, onde foi elaborado o Protocolo de Consulta Prévia, a ser respeitado por Juruá e representantes da administração pública. E por último: Um Resumo Conclusivo da militância no CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas); A participação nas Assembleias Ordinárias e/ou Extraordinária realizadas tanto no contexto urbano na Cidade do Rio de Janeiro, bem como: nas Aldeias em reuniões descentralizadas. Usaremos com fontes de pesquisa para este trabalho: entrevistas, relatos de reuniões, material de pesquisa bibliográficas em livros, site, redes sociais, blogs, palestras, seminários, cursos de extensão sobre questões indígenas e outros. Palavras-Chave Guarani; Cosmologia; Território; Educação e Demarcação.

### **A METAPOESIA: ENTRE A RESISTÊNCIA E O CÂNONE LITERÁRIO**

Graduanda Beatriz Macedo de Souza  
(UFCG)

Graduanda Luíza Oliveira Braz (UFCG)

Doutora Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

No presente trabalho, temos como objetivo estabelecer comparações entre os diferentes lugares e fazeres poéticos na literatura indígena brasileira e na literatura canônica portuguesa, a partir da análise do uso do recurso linguístico da metalinguagem. Para tanto, propomos uma análise comparativa entre os poemas “A palavra é uma pessoa”, de Aline Rochedo Pachamama (2015), poeta indígena contemporânea brasileira e “Ser poeta”, de Florbela Espanca (1931), poeta portuguesa que situada cronologicamente no

modernismo, mas esteticamente se aproxima do simbolismo. O uso da linguagem no nível metalinguístico implica numa operação de combinar elementos que retornem ao próprio código, nesse sentido pode-se nomear de metapoesia o movimento do próprio fazer poético que retorna para si. No entanto, observa-se que a diferença dos contextos de produção e recepção literária refletem nessa poética metalinguística, enquanto Aline Rochedo Pachamama enuncia do Brasil contemporâneo, situado no sul global, reivindicando seu lugar social de mulher, indígena, historiadora e editora através da auto publicação, Florbela Espanca, faz referência à Europa do século XIX, que ao longo do tempo se consagrou como uma autora canônica, que ocupa um lugar de prestígio na literatura. Neste sentido, salientamos a importância em tensionar os diferentes lugares e fazeres poéticos, visto que, a poesia de Aline Rochedo Pachamama tem características de resistência, por fazer referência ao seu lugar social, reivindicando, portanto, alteridade.

## **ST13 - OS POVOS INDÍGENAS E O ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO: PROJETOS POLÍTICOS, TERRAS COLETIVAS E AUTONOMIA**

Coordenadores(as): João Paulo Peixoto Costa, IFPI/UESPI

Mariana Dantas, UFRPE

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **“BOTAR OS ÍNDIOS PARA FORA DESTA VILA”: A CÂMARA E OS INDÍGENAS DE MONTE-MOR NOVO NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

João Paulo Peixoto Costa (IFPI/UESPI)

A rivalidade entre dois padres da vila de índios de Monte-mor Novo, no Ceará – um a favor, e outro contrário ao constitucionalismo português – levantou a possibilidade de expulsão dos indígenas do povoado em 1821, que não tardaram em protestar. O caso foi parar na câmara municipal da vila e, junto com outros episódios envolvendo a instituição que tinha cargos reservados para índios, revelaram os diferentes projetos de nação daquele momento. Apesar de ser vila de índios criada pelo Diretório, lei de meados do século XVIII e ainda vigente no Ceará oitocentista, Monte-mor Novo passou a ter menos indígenas que extranaturais (os não índios) em sua população. Os primeiros donos da povoação também eram minoria no senado da vila, e sofreram um gradativo processo de expurgo de prerrogativas por parte de moradores que, mesmo em um contexto de formação de uma nação liberal, não os considerava como iguais. Além de sofrerem a invasão de suas terras, os índios em inferioridade numérica foram rapidamente categorizados como indesejáveis, cuja presença só atrapalharia o desenvolvimento do lugar e as ambições fundiárias, econômicas e políticas dos poderosos. A documentação da câmara municipal de nos possibilita pensarmos a formação do Estado nacional a partir da situação dos indígenas e da importância da discussão sobre eles no processo, bem como a relação assimétrica estabelecida entre extranaturais e índios, convertidos de súditos mercedores de mercês a pessoas incapazes e malquistas.

#### **CACIQUE JOÃO GRANDE: RESISTÊNCIA INDÍGENA E A FRENTE DE COLONIZAÇÃO NA SERRA GAÚCHA NA METADE DO SÉCULO XIX.**

Mestrando Guilherme Maffei Brandalise (UFRGS)

Durante grande parte do século XIX, a Província do Rio Grande de São Pedro foi palco de vários projetos de colonização com imigrantes europeus em territórios até então habitados por grupos indígenas, principalmente Jês. Na região nordeste do estado, um grupo Kaingang, na época chamados de Coroados e liderado pelo cacique conhecido como João Grande, controlava um território entre os rios Caí e Sinos, que resistia ao

avanço das colônias alemãs ao sul e das fazendas de pecuária ao norte. Segundo Relatório da Presidência da Província de 1853, esse grupo foi atacado por uma liderança dos Coroados a serviço do governo, e seu líder foi morto. Minha pesquisa está sendo desenvolvida em dois sentidos a partir dos processos históricos envolvendo esse grupo Kaingang: buscar nas fontes indícios e relatos da atuação dos indígenas a partir de uma perspectiva que busca ressaltar a agência e as dinâmicas internas; e buscar quais as relações econômicas, políticas e sociais envolveram esse grupo indígena no contato com a frente de colonização, que incluía entre outros aspectos a abertura de estradas, a posse da terra e os conflitos, buscando ressaltar a violência presente no processo de colonização da região. A partir de uma leitura preliminar da documentação disponível em arquivos, foi possível relacionar as políticas de imigração, de aldeamento e catequese e de obras públicas e agricultura do governo provincial com os conflitos envolvendo o grupo de João Grande. A partir do diálogo contínuo com descendentes dessa liderança, estou relacionando dados sobre a territorialidade e os regimes de memória que envolvem o passado e o presente da presença indígena na região. Essa pesquisa se insere nos eixos de História Indígena, Etnohistória e História do Brasil Império.

### **ALDEAMENTO DO BREJO DOS PADRES (TACARATU/PE): PROCESSOS HISTÓRICOS, ESBULHOS DE TERRAS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Mestranda Thyara Freitas de Alcântara

Buscamos compreender as diferentes dimensões que permeiam o processo de esbulho de terras do aldeamento do Brejo dos Padres (Tacaratu/PE), atentando para a historicidade das relações entre índios e não índios, conectando as dinâmicas sociais, e as demandas políticas e econômicas por diferentes sujeitos históricos. Durante muitas décadas, os povos indígenas foram silenciados nas narrativas históricas, sobretudo no século XIX, bem como foi omitida a diversidade sociocultural, e ainda, a sistemática negação das identidades, e de direitos, especificamente os habitantes na Região Nordeste, por autoridades, invasores dos territórios indígenas e pesquisas acadêmicas (SILVA, 1996; OLIVEIRA, 2004). A pesquisa baseada em leituras bibliográficas e análises de documentos manuscritos do século XIX, disponível no Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Na documentação encontram-se registros das diversas formas de resistência indígena contra usurpação das suas terras e a reivindicação por direitos enquanto indígenas. Tais documentos possibilitam a realização de estudos e pesquisas objetivando o melhor entendimento do contexto sociopolítico e cultural dos grupos indígenas habitantes na Província de Pernambuco no Século XIX. Ainda que os documentos escritos por indígenas e as informações neles geradas estejam em menor proporção, estes documentos serão muito importantes a compreender os conflitos vivenciados (DANTAS, 2015) especificamente os habitantes no Brejo dos Padres. Enquanto, muitos estudos enaltecem e romantizam a resistência indígena apenas por meio de reações violentas e conflitos bélicos, a resistência indígena, no sentido ampliado, através da ressignificação

das relações coloniais, acordos e alianças entre indígenas e colonos, reformulações de símbolos religiosos cristãos são minimizadas. Destacamos que antes mesmo do final do século XIX não falava-se mais acerca dos povos indígenas presentes no Nordeste. Destituídos dos antigos territórios, não eram mais reconhecidos como coletividades, sendo referidos individualmente como "remanescentes" ou "descendentes" (OLIVEIRA, 1998). A negação da identidade indígena foi o principal argumento jurídico utilizado para justificar os esbulhos de terras indígenas e a extinção oficial dos aldeamentos no Século XIX, que ocorreu acentuadamente a partir de meados do período (SILVA, 2006).

## **HISTÓRIAS DE GENTE MAGÜTA: OS TIKUNA DO AMAZONAS OITOCENTISTA.**

Doutor Bruno Miranda Braga (PUC/SP)

No presente material apresento uma etnohistória do grupo tikuna durante o Amazonas oitocentista. De acordo com o PIB/ISA, esse grupo configura o mais numeroso na Amazônia brasileira. Sua história, marcada pela entrada violenta de seringueiros, pescadores, e madeireiros no Rio Solimões, tiveram somente em 1990 o reconhecimento de suas terras. Falantes da língua Tikuna, que se trata de uma "língua tonal", considerada como geneticamente isolada, é uma língua que apresenta complexidades em sua fonologia e em sua sintaxe, esse povo se autodenomina Magüta, pois em seus registros de tradição oral, foi Yo'i, um herói cultural que teria pescado os primeiros Tikuna das águas vermelhas do igarapé Eware, localizado nas proximidades das nascentes do igarapé São Jerônimo. No século XIX, muitas mulheres tikuna casaram-se com soldados nas fronteiras do Amazonas, os viajantes relataram isso. Paul Marcoy, apontou que inclusive, ao se unirem com as tikuna, as casas quadradas dos soldados "sucederam-se as choças redondas dos Ticunas". Segundo o viajante havia diferentes grupos de tikuna com diferentes idiosincrasias uns que lhe "causaram péssima impressão", outros compreendiam o tupi, mas pouco o falavam, outros eram incomunicáveis. Mas a referência do autor é sempre a "nação Ticuna", logo, sugere algo maior, um grupo maior. Uma das características mais marcantes nas narrativas sobre os tikuna, especialmente no século XIX, é destaque dado às suas cosmogonias, seus rituais e suas crenças metafísicas. Nesse texto, parto de uma leitura etnohistórica na qual destaco as ações dos tikuna nos dados pelos viajantes naturalistas e, pelos demais agentes da província como administradores, diretores gerais dos índios e alguns missionários.

## **ST14 - HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO: ENTRE A NARRATIVA NACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO (XIX E XXI)**

Coordenadores(as): Carlos Benítez Trindad, HISTAGRA - Universidad de Santiago de Compostela, Espanha

Poliene Soares dos Santos Bicalho, UEG - Universidade Estadual de Goiás, Brasil.

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **O PROJETO NACIONAL CRIOULO E A SEGREGAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS: CONFLUÊNCIAS LITERÁRIAS NOS TEXTOS FUNDADORES LATINO-AMERICANAS DO SÉCULO XIX**

Doutorando Paulo Rodrigo Pereira Da Silva (UFPE)

Influenciados pelo positivismo, os diferentes projetos de Estado-Nação na América Latina no século XIX consolidaram-se em diferentes formas de governos que se constituíram a partir dos grupos oligárquicos crioulos que mantinham os privilégios sociais e políticos coloniais e que, ao mesmo tempo, segregava os diferentes povos indígenas. O termo crioulo é utilizado neste sob uma abordagem étnica para indicar o grupo branco-mestiço nascido na América frutos da miscigenação entre habitantes locais e os europeus que vieram a se estabelecer nas terras coloniais e que geraram descendência. Nesta perspectiva, a presente pesquisa foi proposta de forma a analisar o pensamento de diversos intelectuais da política e da literatura deste período que valorizavam o surgimento dos novos governos a partir dos ideais republicanos relacionados às oligarquias compostas pelos grupos mestiços/crioulos descendentes dos povos brancos conquistadores, excluindo da vida social e política os escravos e descendentes destes, os índios e outras minorias. Dentre estes pensadores, destacam-se nomes como Simon Bolívar, José Inácio de Abreu e Lima, José Henrique Rodó, Domingos Faustino Sarmiento e José de Alencar que, ao escreverem os diferentes textos fundadores latino-americanas, buscavam nos moldes europeus a base para as estruturas sociais, culturais, políticas e econômicas que disseminava no continente uma cosmovisão altamente excludente para com os povos indígenas e as demais minorias que não se enquadravam no pensamento e projetos nacionais propostos pelos pensadores e líderes das classes hegemônicas que governam as então ex-colônias hispânicas e portuguesa.

## **A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO E O PROJETO MODERNIZADOR DA DITADURA BRASILEIRA (1969-1974)**

Doutor Breno Luiz Tommasi Evangelista (UFF)

A presente comunicação objetiva debater o papel da Fundação Nacional do Índio (Funai) em meio a implementação do projeto modernizador da ditadura durante o governo de Emilio Médici no Brasil (1969-1974). Esse período ficou conhecido pelos altos investimentos públicos em obras destinadas a “desenvolver” os “interiores” do país, considerados atrasados em relação às zonas urbanas da nação. Os principais locais alvo desse esforço, sobretudo a região amazônica, eram habitados por comunidades indígenas. A grande questão para a ditadura era evitar novos casos de mortes de indígenas, já que em 1968 uma investigação no Serviço de Proteção aos Índios (órgão que antecedeu a Funai) revelou inúmeras denúncias de crimes praticados contra indígenas com a permissão da instituição. O governo brasileiro precisou encarar a exigência de órgãos como as Nações Unidas por explicações sobre essas violações, gerando um clima negativo para a ditadura. O descaso do Estado brasileiro com esses povos tradicionais, em momento delicado para a questão indígena nacional e para o avanço do projeto de desenvolvimento, não poderia motivar uma nova onda de críticas sobre a política indigenista da ditadura. Para o regime era necessário, portanto, um órgão indigenista que fosse alinhado ao seu projeto de modernização e comprometido em amenizar os possíveis impactos da implementação desse plano para as populações indígenas. Para essa finalidade, entrava em cena a Fundação Nacional do Índio. A instituição desempenhou papel fundamental para acelerar a implementação do projeto modernizador, promovendo uma série de ações e medidas que afastassem quaisquer possibilidades de novas denúncias de crimes contra o governo brasileiro. A conclusão, entretanto, foi de permanente violência contra comunidades indígenas, vítimas de remoções forçadas, altos índices de mortalidade por doenças contraídas em meio aos esforços de contato da Funai e de outras consequências dessa empreitada. A Funai, que deveria proteger os indígenas, se tornou instrumento do “progresso”, afastando-se da sua função original.

## **O INDIGENISMO PERUANO NAS REVISTAS AMÉRICA INDÍGENA E PERÚ INDÍGENA (1941-1956)**

Doutoranda Natally Vieira Dias (UEM)

A comunicação apresentará resultados iniciais de uma pesquisa de pós-doutorado que analisa os debates indigenistas peruanos desenvolvidos entre 1941 e 1956 por meio das revistas América Indígena e Perú Indígena, órgãos oficiais do Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.) e do Instituto Indigenista Peruano (I.I.P.), respectivamente. Esse marco temporal abarca um momento chave para a compreensão das transformações que fizeram com que as propostas mais progressistas e até mesmo revolucionárias – que foram

hegemônicas no indigenismo peruano das primeiras décadas do século XX – perdessem espaço no país, dando lugar a um indigenismo de matriz higienista e caráter autoritário, que se tornou o oficial durante o governo de Odría (1948-1956). Ne momento, enquanto as perspectivas mais conservadoras tenderam a se concentrar na revista oficial do Instituto Peruano, Perú Indígena, criada em 1948, os intelectuais identificados com um indigenismo mais crítico e progressista tenderam a publicar seus artigos na revista do Instituto Interamericano, América Indígena, que havia surgido em 1941 e que tinha um perfil de abertura a diferentes perspectivas indigenistas. A pesquisa se baseia nos pressupostos teórico-metodológicos da história intelectual e parte de uma abordagem transnacional para desvendar, por meio da análise desse debate, os caminhos que fizeram com que as perspectivas indigenistas mais progressistas perdessem espaço no país andino, sem, no entanto, deixarem de existir completamente.

### **NARRATIVAS KADIWÉU SOBRE A GUERRA CONTRA O PARAGUAI: AUSÊNCIAS, PROTAGONISMOS E AGÊNCIAS INDÍGENAS**

Doutor Giovani José da Silva (UNIFAP)

O objetivo da comunicação é apresentar perspectivas outras do conflito bélico conhecido por Guerra do Paraguai (1864-1870), a partir da breve apresentação e da análise de narrativas recolhidas por antropólogos e antropólogas (décadas de 40, 80 e 90 do século XX e as primeiras décadas do século XXI) entre indígenas Kadiwéu, referentes, sobretudo, às memórias de anciãos e anciãs (chamados de “antigos”). Verificando-se protagonismos e agências indígenas, além de sentidas ausências, exercidos durante e após a Guerra pelos Guaikuru, ancestrais Kadiwéu, se impõe a necessidade de que pontos de vista outros sejam considerados, a fim de se obter uma visão holística e plural do evento histórico e de seus desdobramentos entre os países envolvidos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Para os indígenas Kadiwéu, a Guerra contra o Paraguai jamais foi encerrada, demonstrando que a memória social do grupo vem produzindo e reproduzindo o evento, por meio de narrativas (incluindo um ritual), ao longo de sucessivas gerações, chegando aos dias de hoje com força e vitalidade, a despeito de transformações vividas pelo grupo desde o século XIX. Problematizar a memória Kadiwéu sobre o conflito platino revela como guerras e alianças são pensadas por aqueles indígenas, habitantes da Reserva Indígena Kadiwéu, no município sul-mato-grossense de Porto Murtinho, em uma área com mais de meio milhão de hectares, encravada entre o Cerrado e o Pantanal. Contam os “antigos” que a Reserva, a maior do Centro-sul brasileiro na atualidade, foi conquistada graças à tenaz participação do grupo na Guerra contra o Paraguai. Conclui-se, pois, que as memórias do conflito proporcionam conflitos de memória, ampliando a compreensão de contextos históricos envolvendo populações indígenas do passado e do presente.

## **INDIGENISMO BRASILEIRO ENTRE OS POVOS INDÍGENAS DE OIAPOQUE**

Doutora Carina Santos de Almeida (UNIFAP)

A “questão indígena” na história do Brasil foi tratada de diversas formas. Nos tempos coloniais esteve sob responsabilidade das ordens religiosas, missões e aldeamentos, após, foi atendida pela política de aldeamentos mistos e de colônias militares. Recentemente, os ameríndios passaram a ser atendidos pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre 1910 e 1967 e pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) desde 1967. Em sua trajetória, o “indigenismo” brasileiro visou orientar, conduzir e nortear as políticas indigenistas e a legislação sobre os índios adotadas pelo Estado, alcançando definitivamente os povos indígenas que viviam na região de Oiapoque na primeira metade do século XX. A “proteção tutelar” do SPI marcou o percurso e a história de vida de muitas sociedades autóctones no Brasil. Em Oiapoque não foi diferente, caracterizada pela condição de fronteira, os povos ameríndios foram atendidos pela agência e na década de 1940 receberam em suas terras a instalação de dois postos indígenas. O SPI buscou atrair e fixar os índios que habitavam as proximidades e adjacências do rio Oiapoque no lado brasileiro e promoveu a “proteção tutelar”, a “assistência” e a “nacionalização” dessa população que sequer falava o português. O Estado brasileiro desconhecia as populações nativas que viviam na região de Oiapoque, assim, a implementação da agência nesta fronteira corroborou para (re)conhecer tais sociedades.

## **OS MAIS TEMIDOS INDÍGENAS DO MARANHÃO**

Mestranda Liana Rayssa Mota Amorim (UFMA)

Os Ka’apor do Maranhão, conhecidos geralmente por sua arte plumária, nos finais do século XIX e início do XX, receberam a alcunha de “os mais temidos indígenas do Maranhão”, pois estavam em “situação de isolamento” e constantemente envolvidos em situações de conflito com garimpeiros, madeireiros e seringueiros. Destarte isso, é que nesta exposição utilizaremos do conceito de representação para refletirmos sobre em quais circunstâncias classificações como a citada anteriormente são acionadas e utilizadas. Principalmente, ao pensar em elementos como locais e agentes sociais que estão envolvidos no processo de produção e também de recepção dessas representações. Mediante a resultados prévios de pesquisa que indicam que os principais meios de circulação dessas imagens eram os periódicos, a exemplo dos Pacotilha (MA) e O Correio da Tarde (MA), que ao dedicarem parte de algumas edições para a situação dos índios do estado, concediam espaço para funcionários do Serviço de Proteção ao Índio e a outros não-indígenas, lhes dando a oportunidade de exporem suas impressões gerais sobre o panorama geral das populações indígenas ou sobre aquilo que estava diretamente ligado às atividades do SPI no estado. Levando em conta que, especificamente no caso do povo Ka’apor, tais imagens estavam intimamente ligadas ao fato de ocuparem territórios

fronteiriços, que desde muito tempo despertavam interesses dos mais variados grupos, visto que eram compreendidos como parte de uma zona vastíssima, fértil e imprescindível para o desenvolvimento da agricultura almejado tanto a nível estadual quanto nacional.

## **HISTÓRIAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: O POVO MAKURAP, O SPI E O SERINGAL**

Doutora Roseline Mezacasa (UNIR)

Esta comunicação propõe-se a compartilhar histórias indígenas. Para tanto, o estudo se sustenta tanto em registros documentais quanto em oralidades do povo Makurap, filiados linguisticamente a família Tupari, tronco Tupi. A região onde tradicionalmente o povo Makurap habita – território que envolve a Bacia do rio Branco e rio Colorado, afluentes da margem direita do rio Guaporé – foi efetivamente ocupada pela indústria extrativista, ao longo do século XX, na constituição de seringais. O objetivo da pesquisa foi historicizar o processo em que os territórios, tradicionalmente habitados pelo povo Makurap, foram transformados em ocupação seringalista, entretanto, a partir das perspectivas indígenas, das experiências que atravessaram as décadas do século XX. Este estudo historiográfico foi realizado tomando como ponto de partida a escuta profunda das histórias indígenas, evidenciando, a partir dos protagonistas dessa história, um habitat antigo naqueles territórios transformados em terras devolutas pelo Estado brasileiro e, conseqüentemente, em seringais. Ao longo do século XX os Makurap, como também os outros povos da região foram impactados e violentados pelas ações do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que em uma trajetória de malha de relações em que um servidor do órgão indigenista brasileiro, torna-se o proprietário do seringal que explora a mão de obra indígena. Esses impactos da presença dos não indígenas do SPI e do seringal nos territórios indígenas trouxeram inúmeros desafios às trajetórias do povo Makurap, experiências que ficaram marcadas por histórias de violências físicas, violências simbólicas, epidemias avassaladoras – tal como a de sarampo em 1954, que ceifou centenas de vidas indígenas. Todas essas temáticas são abordadas ao longo da pesquisa. Para tanto, utilizamos dos princípios metodológicos da etnohistória, que perpassa o cruzamento de diversas áreas do conhecimento – história, antropologia, geografia, arqueologia, entre outras –, dialogando com diversas fontes históricas, dentre elas as narrativas das anciãs e dos anciões, além da análise de documentos escritos, bem como as experiências territoriais e etnográficas.

## **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

### **OS PARINTINTIN NA IMPRENSA AMAZONENSE: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A GUERRA**

Graduanda Ana Rivick Lira Bernardo (UFAM)

Essa pesquisa se constitui a partir das preocupações da Nova História Indígena, objetivando identificar e analisar as práticas e representações de guerra dos indígenas Parintintin na imprensa amazonense. Os Parintintin (Kawahiwa) são indígenas do tronco linguístico Tupi, que estão presentes na região leste do rio Madeira, no Amazonas, desde meados do século XIX. Foram muito temidos pelos constantes ataques que faziam na região, principalmente durante o processo de expansão da fronteira extrativista da borracha, e por isso foram considerados um entrave às tentativas de “civilização” empreendidas naquele momento – inclusive, essa situação serviu de pretexto para suscitar a “pacificação” desses indígenas por particulares e pelo Estado, através do Serviço de Proteção aos Índios. Por conta disso, a pesquisa se delimita temporalmente entre o fim do século XIX e início do XX (1880-1920), período de maior recorrência de notícias sobre conflitos entre os Parintintin e os não-indígenas. Para tanto, esta pesquisa faz uso das noções de prática, representação, do entendimento da guerra indígena enquanto um fato social, da imprensa como força social ativa e da metodologia da Análise de Discurso, para evidenciar o discurso representado nos jornais, no contexto de expansão da fronteira extrativista no Amazonas. A pesquisa tem como fonte primária os jornais da Hemeroteca Digital, que juntamente com a bibliografia e os documentos oficiais da época, foram analisados de acordo com a problemática aqui apresentada. Os resultados obtidos possibilitam evidenciar e compreender discurso que baseava as notícias sobre a guerra Parintintin, a quem ele se destinava, seu propósito e os interessados em sua divulgação, ou seja, sua estreita relação com o contexto de aumento da demanda externa da borracha e das correntes de pensamento que basearam os discursos sociais, econômicos e políticos da época – nomeadamente, o positivismo, evolucionismo e ideias de “progresso” atreladas ao capital. Nesse sentido, as notícias desumanizavam, incitavam e justificavam a violência contra os Parintintin, em um contexto de interesse, por parte dos agentes da fronteira extrativista, nos territórios indígenas e nos recursos presentes nesses espaços; nesse contexto, a guerra Parintintin foi classificada e representada nos jornais como demonstração da incivilidade indígena, servindo assim como pretexto para a criação de mecanismos de “controle” desses agentes e de seus territórios. Este trabalho se enquadra no eixo temático da História Indígena e do Indigenismo e na História da Amazônia.

## **OS ARTIGOS SOBRE A ARGENTINA NA REVISTA AMÉRICA INDÍGENA DURANTE O PRIMEIRO PERONISMO (1946-1955)**

Graduando Carlos Henrique Da Silva Beretello (UEM)

Apresentaremos os resultados iniciais de uma pesquisa de iniciação científica que analisa a contribuição de indigenistas argentinos na revista América Indígena (AI) durante o primeiro peronismo, nas décadas de 1940 e 50. A revista AI tinha um caráter continental, sendo um órgão oficial do Instituto Indigenista Interamericano, que havia surgido a partir do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940. A Argentina possuía uma trajetória de formação nacional marcada por políticas de genocídio e etnocídio em relação à população indígena, principalmente durante as chamadas “campanhas do deserto”, que foram campanhas militares levadas a cabo durante o século XIX com o objetivo de exterminar as populações nativas do seu território. Após esse período, o país foi marcado por um forte processo de invisibilização da presença indígena, consolidando, principalmente entre as elites, a imagem da Argentina como uma “nação branca.” Nosso trabalho procura mostrar que, apesar desse histórico terrível de relações interétnicas do país, nas décadas de 40 e 50 a Argentina teve uma participação considerável na revista AI, que se propunha a estudar as culturas indígenas do continente e trabalhar pela melhoria das suas condições de vida.

## **O ASSISTENCIALISMO À SAÚDE DOS POTIGUARA SOB A POLÍTICA DO SPI**

Graduanda Yris Campos Oliveira (UFPB)  
Doutora Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB)

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi um órgão federal criado em 1910 motivado por uma sugestão do positivista Cândido Mariano da Silva Rondon, que propunha uma organização que estabelecesse uma convivência pacífica interna entre os indígenas e com o povo “civilizado”; garantisse sua integridade, os civilizando e possibilitando uma noção de pertencimento social; além de fixar o indígena na terra diminuindo o nomadismo. O SPI deveria garantir assistência aos indígenas nos mais diversos âmbitos, o que incluía oferecer medicamentos gratuitos, recurso e assistência para os indígenas aldeados ou que já vivem na condição de “civilizados”. Antes desse momento, a assistência governamental específica a saúde indígena na região inexistia, sendo necessário recorrer a hospitais nas cidades grandes em caso de enfermidades. Esse atendimento médico especializado deveria ser oferecido nos Postos de Assistência, Nacionalização e Educação Indígena, sendo o Posto Indígena Nísia Brasileira, do território Potiguara, instaurado em 1930, com sua enfermaria construída entre 1941 e 1944. Assim, o presente trabalho apresenta os resultados desenvolvidos no Projeto Os potiguara da Paraíba sob a tutela do SPI, baseado na pesquisa com documentos da área de saúde do PI Nísia Brasileira, no período de 1945 a 1967, em estudos bibliográficos sobre o SPI e a saúde indígena

brasileira do período. A partir disso foi possível perceber quais as doenças mais comuns e o modo como essa assistência era prestada, especialmente no momento das epidemias que atingiram o Posto no início da década de 1950, se dando muitas vezes de forma insuficiente devido a falta de verba, a secundarização das questões de saúde e outros problemas internos do órgão.

## **CONFLITOS E USO DAS TERRAS POTIGUARA NA GESTÃO DO SPI**

Graduanda Wanessa Moreira de Medeiros (UFPB)

Doutora Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB)

A questão territorial no Brasil, em especial no que se refere a ocupação das terras originárias dos povos indígenas, começa logo no início da colonização. Ao passar dos anos e da expansão colonial e de exploração, o litoral da Paraíba passa a ser disputado por portugueses, franceses e holandeses, que, por estratégias diversas, repeliram os povos potiguara e tabajara de suas terras originais. No decorrer do século XX, a condição indígena se encontra totalmente de submissão às políticas indigenistas, e, em 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os povos passam a total condição de tutela. Na Paraíba, os potiguara da Baía da Traição tiveram seus territórios submetidos a administração do órgão, cujo propósito era promover a assistência aos povos locais, mas tinha como pano de fundo manter os territórios e seus habitantes sob o sistema de controle. Buscando conhecer o sistema administrativo do SPI sob os potiguara da Paraíba, o trabalho em questão apresenta os resultados desenvolvidos no Projeto Os potiguara da Paraíba sob a tutela do SPI e busca discutir documentos presentes nos arquivos do SPI, nos anos de 1945 a 1967, disponibilizados no arquivo digital do Museu do Índio do Rio de Janeiro, com o objetivo de esclarecer a ação desse posto indígena no aspecto territorial, quais as políticas praticadas em relação às invasões e compreender o esforço desses povos indígenas para salvar o seu território em meio a interesses externos aos seus. Para tanto, baseando a análise na pesquisa bibliográfica e documental, se buscou estabelecer um debate relacionado aos diversos conflitos ocasionados pela má administração dos interesses dos povos indígenas pelo SPI e as consequências da ocupação indevida desses territórios, em sua maioria feita pela Fábrica de Tecidos Rio Tinto.

## **A POLÍTICA ECONÔMICA DO SPI SOBRE O POSTO INDÍGENA NÍSIA BRASILEIRA**

Graduanda Maria Luisa Soares Marcolino (UFPB)

Doutora Cláudia Cristina do Lago Borges (UFPB)

Desde 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) vem sendo responsável por prestar assistência e implantar uma tutela aos povos indígenas do Brasil, durante os diferentes

períodos governamentais, se destacando a “Era Vargas” e o “Regime Militar”. Sendo assim, este trabalho objetiva apresentar os resultados desenvolvidos no Projeto Os potiguara da Paraíba sob a tutela do SPI, e discutir como se encontrava a autonomia financeira e os investimentos comerciais, do Posto Indígena Nísia Brasileira, e se o mesmo sofreu mudanças em seu funcionamento, durante a transição da era varguista, para o governo Dutra, durante os anos de 1945-1953. Os dados da pesquisa se deram através do acervo documental do Arquivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro, a partir da análise de documentos como recibos, folhas de pagamentos, planejamentos semestrais e relatórios, entre outros, referentes as aldeias potiguara da Baía da Traição, no estado da Paraíba. Ademais, através da documentação foi possível observar as consequências das políticas expansionistas e do sistema de tutela do SPI sobre esse povo, bem como entender como se fortaleceram as relações de tutela do órgão para com os indígenas da região, alcançando assim os interesses político-econômicos do governo vigente.

## **ST15 - EMERGÊNCIAS ÉTNICAS, ETNOGÊNESES E RETOMADAS: POVOS INDÍGENAS E PROCESSOS IDENTITÁRIOS NAS AMÉRICAS**

Coordenadores(as): Estêvão Martins Palitot, UFPB, Brasil

Izabel Missagia de Mattos, UFRRJ, Brasil

Carmen Lucia Silva Lima, UFPI, Brasil

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **IMAGEM E DESAPROPRIAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DOS INDÍGENAS DO NORDESTE BRASILEIRO**

Doutoranda Ellen Lima (Universidade do Minho – PT)

A apresentação é um resumo de meu projeto de doutorado que pretende reunir, organizar e analisar representações imagéticas e literárias dos povos indígenas do nordeste brasileiro, especificamente dos que se localizam nos estados de Alagoas e Pernambuco. A intenção é realizando um debate crítico sobre questões acerca do retrato, ausência, expropriação de identidades e a possível influência dessas imagens no imaginário nacional, na construção do que seria uma identidade indígena, em perspectiva comparada com as autorrepresentações contemporâneas. Desenvolvimento e resultados esperados: 1) Identificar os contextos, padrões e metodologias de produção e discurso dessas imagens e textos em perspectiva crítica, 2) investigar de que maneira essas imagens influenciaram, impactaram, ou até serviram para a construção de discursos hegemônicos que deslegitimaram por séculos os indígenas do nordeste como sujeitos históricos e de direitos. 3) Realizar um levantamento imagético e/ou textual das primeiras representações feitas por etnólogos dos povos que não foram citados pelas artes ou literaturas, mas que existem e resistem desde a instauração colonial. Dessa forma, será possível também realizar uma espécie de desenho da cartografia ‘evolutiva’ dessas imagens. 4) Identificar os grupos dessas regiões que foram “extintos” através do processo de colonização sem o direito à imagem. 5) Realizar um debate crítico sobre em que medida há uma “desapropriação” da identidade indígena, quando essas imagens idealizadas se tornam emblemas mitológicos nacionais. 6) Produzir um material de pesquisa que facilite a compreensão sobre os discursos e a forma como essas imagens foram produzidas no passado, bem como valorizar imagens e textos contemporâneos que contemplem o “lugar de fala”, a autoetnografia e o direito ao próprio na representação. 7) Contribuir para a ampliação do corpus de pesquisas que versam sobre representação, imagens e identidade dos povos indígenas, realizar um debate crítico acerca dessas imagens.

## **CADÊ O “ÍNDIO” QUE VIVIA AQUI? MEMÓRIA E RESSURGÊNCIA: A RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DO POVO PURI NO NOROESTE FLUMINENSE (SÉCULO XVIII – XXI)**

Mestranda Juliana Frontelmo Soares  
(UFRRJ)

A presente pesquisa investiga a trajetória e agência dos Puri no território fluminense nos séculos XVIII a XX, com ênfase nos municípios de Santo Antônio de Pádua e Miracema, localizados na região Noroeste do estado. Considerados extintos a partir do século XIX, eles sofreram um apagamento histórico pelas conjunturas políticas/sociais que foram sendo construídas e levadas a frente pelo imaginário colonial. Isso causou um profundo desprendimento identitário de muitos desses indígenas que acabavam por ser afastados de suas famílias e conseqüentemente da usualidade dos seus costumes, tradições e língua. Não se falando mais em indígenas, mas em uma sociedade “misturada”, se estabeleceu então um cenário que dissolvia os indígenas tanto dos registros oficiais, como de dentro das sociedades o que contribuiu para perpetuar e atribuir a eles um “estigma de extinção”. Assim, com base nos processos de ressurgência desse povo que são observados hoje, relativos ao fortalecimento dos movimentos de emergência étnica que foram crescendo a partir do estabelecimento da Constituição de 1988, busco contrapor a lógica do suposto desaparecimento desse povo no século XIX visto que eles nunca deixaram de existir. Para isso, empreendo um esforço de contestação deste “estigma de extinção” por meio da análise de seus deslocamentos e sociabilidades na região, feita através de levantamento histórico-bibliográfico, fazendo uso de fontes primárias e secundárias, bem como de trabalhos memorialistas de pesquisadores e relatos orais que descendentes desse povo resguardam hoje, no século XXI a fim de contribuir para a reconstrução de suas histórias. Com isso, enfatizo o uso da memória como instrumento crucial para a sobrevivência e a continuidade dessas histórias que estão em constante movimento e retomo a pergunta do enunciado a fim de tentar respondê-la: Cadê o “índio” que vivia aqui?

## **A OCUPAÇÃO DA ILHA DE ALCATRAZ E O MOVIMENTO INDÍGENA NOS ESTADOS UNIDOS (1969-1971)**

Doutor Alexandre Guilherme da Cruz  
Alves Junior (UNIFAP)

A apresentação pretende analisar as ações e os projetos políticos empreendidos pelos ativistas indígenas que ocuparam a ilha de Alcatraz, localizada na Baía de São Francisco, entre novembro de 1969 e junho de 1971. Na ocasião, um grupo de 89 estudantes nativos chegaram à antiga prisão federal, intitulando-se “Indígenas de todas as Tribos”, com o objetivo de reclamar o território para a fundação de um centro cultural e uma universidade indígenas. Através da análise de seus manifestos públicos, do registro de suas atividades, da cobertura pela imprensa local e dos livros de memória, buscaremos compreender como uma leitura própria do passado foi utilizada tanto como instrumento de legitimação das

ações políticas de ação direta não violenta, visando a autodeterminação dos povos indígenas nos Estados Unidos, como também instrumento para forjar uma identidade interétnica, que pudesse reverter as péssimas condições sociais dos povos nativos nos centros urbanos e nas reservas. Interessa ainda contribuir para os debates acerca do movimento indígena no contexto das lutas pelos direitos civis nas décadas de 1960 e 1970, objeto pouco explorado pela bibliografia especializada nos Estados Unidos e no Brasil.

## **TRANSCENDENDO À LÓGICA COLONIAL: A ANTROPOFAGIA COMO RETOMADA. ETNOGÊNESES, DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA À PRÁXIS**

Doutorado Renato Silva Guimarães  
(Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg)

Para Oswald de Andrade a cosmologia nativa foi fundamental para o desenvolvimento da cultura ocidental. Nenhuma outra vanguarda histórica colocou a visão dos povos nativos das Américas no centro das suas elaborações, e certamente a apropriação/interpretação de Oswald dessa presença contribuiu para ostracizar seu trabalho não somente em termos acadêmicos como também o reduziu à atividade poética, como se possível atribuir um sentido negativo a este termo, esvaziou-se de seu discurso a potencialidade política. É necessário enfatizar que no início do século XX “sanear é eugénizar” foi a política pública no Brasil. O projeto oswaldiano mesmo que não buscando uma ruptura heróica com os valores racionais da modernidade, tentou encontrar, em um passado/presente intencionalmente eliminado pela civilização brasileira, a possibilidade de restaurar uma relação não hostil entre cultura e natureza e romper com o "desvio e falsificação do nativo americano" e a lógica do etnocídio. Seu conceito de Antropofagia Cultural (1928) é uma hermenêutica, “devoração crítica do patrimônio cultural universal” (Campos, 1986). Benedito Nunes, demonstrou que Oswald aponta para um diagnóstico e uma terapêutica (1978). Como perspectiva epistemológica a Antropofagia Cultural atenta aos diferentes modos de existência, ela é uma autoconsciência um campo de práticas transformadoras, retomada visando superar nossos paradigmas tecno-industriais. Paradoxalmente, foi o filho da elite do agronegócio, dos tradicionais colonos que fizeram sua fortuna à partir do genocídio dos nativos e de povos escravizados, que apresentando dentro desta elite provincial sua interpretação da weltanschauung dos índios brasileiros vai propor uma estratégia política de luta por direitos. Os povos autóctones das Américas ocuparam seus territórios tradicionais e os demarcaram por si próprios; ocuparam a ciência com suas formas de conhecimento. Minha apresentação examinará a contribuição de Oswald para se pensar a retomada e discutir processos concretos de reorganização na fronteira dos encontros/desencontros do nativo com o não nativo.

## **A TAREFA HISTÓRICA DAS PSICOLOGIAS INDÍGENAS DO PONTO DE VISTA DA MULTIPLICAÇÃO DIALÓGICA**

Doutorando Danilo Silva Guimarães (USP)

As psicologias indígenas vivem um momento de pequeno, mas significativo, reconhecimento e visibilidade, que suscita reflexões no campo da psicologia geral. O objetivo desse artigo é discutir algumas dessas reflexões tendo em vista a necessidade de aprofundar a oportunidade de partilha de saberes e conhecimentos psicológicos. Entendemos que já não cabem movimentos dogmáticos, de exclusão, ou ecléticos, de homogeneização, das diferenças e contribuições indígenas específicas às diversas áreas de conhecimento. Isso também é válido no âmbito da reflexividade técnica e ética, no exercício profissional e fundamentação científica dos discursos e práticas psicológicas. Temos a necessidade de fomentar a compreensão sobre sentidos da persistência de práticas e conhecimentos em psicologia que perpetuam violências de raiz colonialista, viabilizando a elaboração de partilhas que permitam a orientação e formação psicológica por meio da crítica, análise e interpretação de eventos concretos.

### **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

#### **RETOMADA E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA EM CONTEXTO URBANO: O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO MULTIÉTNICA WYKA KWARA (BELÉM – PA)**

Graduada Alana Wictória Lima de Oliveira  
(UEPA)

Doutor Tony Leão da Costa (UEPA)

Esta comunicação discute o processo de retomada e afirmação da identidade indígena em contexto urbano na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, localizada na Amazônia oriental brasileira. Para tal, buscamos entender qual o papel desempenhado pela Associação Multiétnica Wyka Kwara (AMUK), um agrupamento de indígenas que busca arregimentar outros indivíduos indígenas que vivem e/ou estão na região metropolitana de Belém. A Associação Multiétnica Wyka Kwara (AMUK) surgiu em julho de 2019 e é formada por indivíduos de várias origens étnicas, sujeitas e sujeitos urbanos e rurais, de várias regiões do Brasil, alguns com clara relação identitária com os grupos étnicos de origem e outros que só recentemente se autodeclararam publicamente como indígenas. Dado a natureza do fenômeno, temas como autodeclaração, discriminação e processos de etnogênese compõem as preocupações principais deste trabalho. Tais questões, por sua vez, serão abordadas considerando-se a especificidade do tema da presença indígena na cidade, em especial em uma cidade amazônica, Belém do Pará, que historicamente tendeu a escamotear ou, na “melhor” das hipóteses, folclorizar tanto suas origens indígenas quanto a presença indígena contemporânea. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu a

partir de uma “participação observante” e na realização de entrevistas baseadas na metodologia da História Oral. Entre as ações da referida Associação, constatou-se a ideia de identificar os indígenas que estão na cidade, incentivar a autoidentificação e autodeclaração e fortalecer o processo de afirmação da identidade indígena em contexto urbano por meio da articulação coletiva. Este estudo enquadra-se no eixo temático denominado “Emergências étnicas, etnogêneses e retomadas: povos indígenas e processos identitários nas Américas”.

## **ST16 - POVOS INDÍGENAS EM FRONTEIRAS AMAZÔNICAS: SABERES EM DIÁLOGOS E PROCESSOS DE RESISTÊNCIA**

Coordenadores(as): Tacina de Carvalho Coutinho, NESAM/UFAM

Geise de Góes Canalez, NETNO/NESAM/UFAM

Pedro Henrique Coelho Raposo, NESAM/PPGICH/UEA

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **FILOSOFIA E INTERFACES CULTURAIS: DIÁLOGOS INTERCULTURAIS ENTRE A ESCOLA INDÍGENA E NÃO INDÍGENA NO MUNICÍPIO DE TABATINGA-AM**

Mestrando Lizandro Barboza da Silva  
(UFAM)

Neste projeto tenho como temática a “Filosofia e interfaces culturais: diálogos interculturais entre a escola indígena e não indígena no município de Tabatinga-AM”, tendo como desafio fazer um estudo de como se dá um intercâmbio de conhecimentos filosóficos interculturais entre uma escola indígena e a não indígena. A pesquisa surgiu a partir das experiências que o pesquisador possui com projetos aprovados no Programa Ciência na Escola em editais passados e principalmente no ano de 2020, cuja a temática foi “Filosofia em tempo de pandemia: desafio da EAD no município de Tabatinga-AM”. Com relação a área indígena tive também uma aprovação em 2018 no Sistema de Projetos (SISPROJ) da Universidade do Estado do Amazonas cuja temática foi: “Línguas e culturas indígenas em São Paulo de Olivença”. Ambos os projetos fui coordenador, tendo estudantes tanto de nível médio como superior parceiros para que as ações tivessem êxito. Os documentos que respaldam o projeto é a Constituição Federal de 1988, as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2012, assim como autores Adorno (1903-1969) que ressalta a emancipação do conhecimento, Cerletti (1877-1963), onde aborda o ensino aprendizagem de Filosofia e principalmente Fernet-Betancourt (1946-) para tratar das questões da Filosofia Intercultural. Sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, que foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo MEC em 2012, garantiram as comunidades indígenas a participarem de projetos escolares das novas relações e diálogos entre povos indígenas e Estado nacional. Vale ressaltar a grande conquista que os povos indígenas tiveram na Constituição Federal no artigo 231 no que trata de serem reconhecidos perante a lei. Diante dos fatos mencionados, o filosofar proporcionará nesse projeto uma dimensão de conhecimentos que ajudarão a entender os problemas na sua realidade objetiva existencial concreta, pois a Filosofia trabalha com articulações interdependentes que são: radical, rigorosa e de conjunto. Assim sendo, por meio deste projeto, a Filosofia vem aproximar e refletir estes saberes filosóficos interculturais construídos entre a escola indígena e a não indígena. A metodologia empregada neste estudo terá como método o etnográfico numa abordagem fenomenológica. Utilizando-se o método etnográfico teremos o contato com a vivência, hábitos e costumes da escola indígena e não indígena. Ao fazer a opção com relação aos fins pela pesquisa qualitativa, será levantado por meio de questionários abertos as impressões que os participantes terão a respeito da Filosofia na interculturalidade em diálogos com a escola indígena e a não indígena. E para concluir os meios que serão utilizados nesse estudo será o bibliográfico para fazer o levantamento

dos principais textos e teorias a respeito da Filosofia e Interculturalidade em escolas indígenas e não indígenas.

### **A ANCESTRALIDADE MÍTICA E EDUCAÇÃO INDÍGENA: HISTÓRIAS, SABERES E ENSINAMENTOS MÊBÊNGÔKRE COMPARTILHADOS POR MEIO DE NARRATIVAS MÍTICAS**

Doutoranda Dilma Costa Ferreira (UFT)

O presente estudo objetivou deslindar saberes e ensinamentos engendrados em narrativas míticas Mêbêngôkre vividas por seus ancestrais, as quais se fazem presentes na atualidade, seja na contação de histórias e mesmo em sua materialização por meio de artefatos, ensinamentos e práticas culturais. Os Mêbêngôkre comumente chamados de Kayapó, habitam diversas aldeias na Terra Indígena Kayapó dentre as quais grande parte estão localizadas no município de São Félix do Xingu-Pa. Seus processos de transmissão dos saberes e histórias se perpetuam através da oralidade por meio de suas narrativas as quais trazem elementos que evidenciam modos de vida e ensinamentos vivenciados na educação indígena. Partindo de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, percebeu-se que os saberes e ensinamentos tradicionais presentes em narrativas Mêbêngôkre, a quem foram negados os direitos ao território, a língua, a cultura e conseqüentemente, a uma história que manifeste suas vivências, pontos de vista e processos próprios de ser e estar na Amazônia Legal Brasileira, estão evidenciados em suas narrativas míticas, como elementos históricos e culturais que são revisitados nos processos próprios de ensino aprendizagem, cujo teor se diferencia dos processos de ensino escolar. Assim, faz-se necessário auscultar os desejos e necessidades destes, na construção de políticas educacionais que lhes atendam de forma plena. Para sustentar as discussões, houve embasamento no pensamento de autores como Márcio Souza (2015), Bartomeu Melià (1979), Vanessa Lea (2012) e outros.

### **ACESSO E PERMANENCIA DE POVOS INDÍGENAS DO OESTE PARAENSE EM CONTEXTO UNIVERSITÁRIO TRANSFRONTEIRIÇO**

Doutoranda Terezinha do Socorro Lira  
Pereira (UFOPA)

Doutora Tania Suely Azevedo Brasileiro  
(UFOPA)

Este estudo de caso buscou analisar o acesso e a permanência dos indígenas ingressantes pelo Processo Seletivo Especial (PSE) na Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e revelou que o PSE é uma expressão da política de sua ação afirmativa. Sendo a única universidade pública federal instalada nessa região, multicampi e transfronteiriça, tornou-se a primeira com sede no interior da Amazônia legal. No estudo empírico, adotou-se entrevista com lideranças indígenas (cacique e coordenador do Diretório Acadêmico Indígena - Dain), gestores e docentes da Ifes; questionário online com diretores dos Institutos temáticos; questionário impresso com discentes indígenas (PSE, 2010-2015) e análise de seus memoriais acadêmicos. Resultados demonstram que o PSE possibilitou o acesso de 254 indígenas ao ensino superior (2010 e 2015), com acentuada diversidade

étnica (17 povos) - destacando-se os povos Arapiun (52), Wai Wai (40) e Munduruku (40), vindo de seus três grandes territórios da região: Baixo Tapajós, Médio e Alto Tapajós e Calha Norte da região do Oeste do Pará, área de abrangência da Ufopa, tornando-a um rico campo epistemológico para a produção de conhecimentos na interação com os povos Borari, Sataré-Mawé, Kumaruara, Apiacá, Arara Vermelha, Munduruku, Wai Wai, Kaxuyana, Mahayana, Xerew, Hyskariana, Arapiun, Tapuia, Tupaiú, dentre outros. Desde a sua origem, a Ufopa tem garantido anualmente o acesso dos indígenas ao ensino superior por meio de sua política afirmativa, resultando ser em 2021 a segunda no ranking das instituições públicas de ensino superior do país com maior presença de estudantes indígenas matriculados nos seus cursos de graduação. Entretanto, em relação à permanência, poucas ações/estratégias têm sido efetivadas, considerando a complexidade própria desse processo formativo e das especificidades dos discentes indígenas, tornando-se urgente um compromisso não só de uma gestão universitária, mas uma exigência identitária enquanto universidade amazônica, transfronteiriça e multicultural.

### **UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS INDÍGENAS NA PAN-AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DOS OLHARES TIKUNAS DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PERU E COLÔMBIA**

Gilvânia Plácido Braule (UFAM)

Doutora Tânia Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Na região geopolítica fronteiriça Brasil, Peru e Colômbia existe uma população significativa de indígenas que se localizam em áreas urbanas e rurais nos três países. Dentre estes povos originários e de civilização milenar, os tikunas apresentam um quantitativo populacional maior em relação a outros povos, além de se destacarem com maior participação e organização em movimentos indígenas em prol das questões culturais, socioeconômicas e ambientais. Há um maior ingresso dos tikunas nas Universidades locais por meio do seu ingresso no ensino superior, além da participação em movimentos sociais e acadêmicos que lhes possibilitam a interação. Mediante tal percepção e entendimento, este texto objetiva analisar a interação dos movimentos indígenas com as universidades, por meio dos olhares tikunas brasileiros, localizadas na região da tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia. É um estudo de caso múltiplo, com imersão no campo através de conversas dialógicas como ferramenta metodológica para a pesquisa de doutoramento em Educação na Amazônia, subsidiada por Marcon e Daron (2004) e Benincá (2015). As conversas individuais com tikunas de movimentos de mulheres e agroecológicos, de estudantes de ensino superior, de funcionários da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), de professor e membro da OGPTB (Organização Geral dos Professores Tikunas Bilíngues) evidenciaram a existência da interação das universidades com os movimentos indígenas, no entanto, a mesma ainda acontece de forma muito pontual, por meio de pesquisadores que atuam nas pesquisas com estes povos e pelas parcerias para análise étnica e social de estudantes indígenas universitários para fins de assistência estudantil. Notamos pelas falas dos indígenas uma ânsia de maior apoio para parcerias de atividades de orientação, acompanhamento e formação acadêmico-profissional em determinadas áreas, principalmente quanto a preservação cultural e

patrimonial, valorização dos saberes ambientais e alimentares para uma vida biológica saudável e economicamente sustentável.

## **ST17-FRONTEIRAS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: ESPAÇOS, CULTURAS, INTERAÇÕES**

Coordenadores(as): Angela Doingues, U. Lisboa, Portugal  
Naybe Gutierrez, UPO, Servilha, Espanha  
Pablo Ibañez, CHAM, UNL, Portugal

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

## **FRONTEIRAS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: ESPAÇOS, CULTURAS, INTERAÇÕES**

Doutora Ângela Domingues, U. de Lisboa  
Doutora Nayibe Gutierrez, UPO  
Doutor Pablo Ibañez, CHAM, UNL

As fronteiras são o espaço liminar de uma determinada comunidade e o ponto de encontro entre indivíduos e grupos de origens diversas. Essa natureza complexa das fronteiras gera dinâmicas e problemas próprios que só podem ser analisados a partir das estratégias e ações de seus múltiplos habitantes. Nesse sentido, este painel tem como objetivo estudar as fronteiras latino-americanas como espaços de intensas interações sociais, espaços habitados no passado por uma diversidade de atores, incluindo colonos, soldados, missionários, viajantes, escravos de origem africana ou desertores. E, claro, as populações indígenas, que historicamente foram os atores majoritários nas fronteiras latino-americanas. Fronteiras que podem coincidir com os limites de impérios e repúblicas, mas que também admitem espacialidades próprias, nem sempre evidentes nos arranjos administrativos. Este painel pretende, portanto, refletir sobre a atuação das populações indígenas e demais atores locais, explorando aspectos como estratégias de intermediação cultural, trocas lingüísticas e materiais, mecanismos de imposição política e religiosa, o papel da violência, processos de resistência e outros problemas relacionados à o estudo das interações sociais entre grupos e indivíduos nas fronteiras. Pretende-se também estudar a ligação das fronteiras e de seus habitantes com outras regiões, por meio de aspectos como a formulação e aplicação de políticas de colonização, fluxos econômicos ou medidas adotadas em defesa da integridade territorial. Com o objetivo de promover o diálogo entre especialistas de diferentes regiões e cronologias, este painel está aberto à comunicações sobre fronteiras localizadas em diferentes enquadramentos geográficos e temporais, desde os períodos iniciais da conquista europeia até ao século XXI. Assim, o painel terá vários quadros temáticos que permitirão estudar a fronteira em diferentes contextos.

## **O ARSENAL DA MARINHA DO RIO DE JANEIRO COMO LUGAR DE MEMÓRIA DOS TRABALHADORES INDÍGENAS (1763-1820)**

Doutora Silene Orlando Ribeiro  
(SEEDUC/RJ)

Na História da Cidade do Rio de Janeiro, no período colonial e imperial, houve um processo de silenciamento e apagamento das populações indígenas em situação urbana.

Este estudo, utilizando as ferramentas metodológicas da Micro-História e uma abordagem interdisciplinar focada na Geografia Histórica, na Antropologia, na História do Trabalho, na História Marítima, na Educação Patrimonial e na História Indígena aborda a trajetória dos trabalhadores indígenas recrutados para o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (1763-1820). Utilizamos uma documentação administrativa produzida pelos funcionários e militares no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro lançando mão de uma etnografia do arquivo para mapear a presença indígena naquela instituição militar. Além desses documentos históricos, analisamos a produção cartográfica e dos viajantes para inventariar as ações dos sujeitos históricos indígenas no mundo do trabalho. Analisar os mecanismos de recrutamentos desses homens para o mundo do trabalho representado por uma instituição militar como a Marinha descortina novos dados históricos sobre o protagonismo dos indígenas na sociedade colonial e imperial redimensionando os papéis desse grupo étnico na formação da economia fluminense e brasileira. A hipótese que embasa este trabalho é a de que inúmeros mecanismos jurídicos foram criados pelo Estado para garantir o acesso à mão de obra indígena e a condução desses homens para o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, burlando a legislação indigenista vigente que garantia as liberdades indígenas. Neste sentido, os trabalhadores indígenas lançaram mão de estratégias e agenciamentos para lidar com o processo de recrutamento e as vicissitudes do mundo do trabalho. A análise das trajetórias desses trabalhadores indígenas no contexto urbano colonial e imperial nos informam sobre os significados inúmeros aspectos da condição indígena no Rio de Janeiro no século XVIII e XIX. Pretendemos apresentar os mecanismos jurídicos e coercitivos para o mundo do trabalho, o cotidiano desses indivíduos e a formação da categoria sócio-profissional do remeiros do Arsenal da Marinha.

## **OS INDÍGENAS E A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS EM ÁREAS DE FRONTEIRA: O LUGAR DE BALSEMÃO**

Doutora Vanice Siqueira de Melo  
(UFPA/UFOPA)

Os anos iniciais do reinado de D. José I, a partir de 1750, foram caracterizados pelas novas diretrizes coloniais projetadas para a América portuguesa. A coroa lusitana dedicou mais atenção aos espaços situados em áreas confinantes com os domínios espanhóis em função da assinatura do Tratado de Madri. Além disso, importantes transformações manifestaram-se na política indigenista para América portuguesa. Um dos principais objetivos da coroa portuguesa, a partir de 1750, foi assegurar a posse dos territórios que limitavam com os domínios espanhóis. O alcance dessa pretensão não se restringia apenas à criação de vilas e lugares nesses espaços. Era preciso ocupar essas áreas e viabilizar o crescimento desses novos espaços administrativos. Como a ocupação promovida a partir do envio de soldados, colonos e degredados para as áreas de fronteira não seria suficiente para alcançar o povoamento efetivo da região, a coroa portuguesa e os governos regionais mobilizavam-se para estabelecer os povos indígenas em povoações situadas principalmente em regiões estratégicas. A capitania do Mato Grosso, por sua vez, estava situada em uma área confinante com os domínios castelhanos. Nessa capitania, foram construídas três aldeias: de São José (Leomil), São João (Lamego) e do lugar de Balsemão. Nesse sentido, pretende-se analisar a constituição do lugar de Balsemão, no

rio Madeira, a partir da ideia de que esse espaço não era, apenas, um mecanismo de ocupação engendrado pela coroa portuguesa. Trata-se de uma ocupação na cachoeira do Salto que articula-se, em grande medida, ao relacionamento do governo colonial com os índios Pama na segunda metade do século XVIII. Considera-se, assim, que Balsemão representa um lugar que foi construído a partir dos objetivos e mobilidades dos povos indígenas na fronteira.

## **ESBOÇO DE UMA TOPOGRAMÁTICA ALTO-XINGUANA**

Doutorando Thiago Braga Sá (MUSEU NACIONAL/UFRJ)

Esta pesquisa procura investigar e esboçar de que forma as chefias Kuikuro – no que fazem e no que se diz que fazem, através de narrativas históricas – são centrais para compreender as relações dessa população com o espaço, a terra e a produção de lugares socialmente relevantes. Ao mesmo tempo, traça a maneira como espaços e lugares são também produzidos no interior dos enunciados, através de uma análise pragmática dos dêiticos espaço-temporais em Kuikuro mobilizados pela enunciação. Foi desenvolvida por meio da análise de seis transcrições de narrativas gravadas em diferentes momentos, pela pesquisadora doutora Bruna Franchetto e pelo pesquisador doutor Carlos Fausto, e contando com diferentes narradores ao longo das últimas décadas. A aposta central aqui é a de que noções como política e poder, quando são relevantes para a pesquisa etnográfica, não podem, no Alto Xingu, ser desarticuladas da maneira como os espaços se organizam histórica e socialmente. Mais do que isso, é possível pensar a chefia alto-xinguana como homóloga à dêixis espacial, e, em simetria inversa, pensar a dêixis – a projeção de coordenadas espaciais e também temporais – como uma modalidade de se fazer política. Essa imagem de política espacializada e situada – ou de um espaço atravessado de relações situadas de poder e prestígio – é ainda contrastada com uma outra, o resultado direto do processo colonizatório e de devastação que atravessa a formação da nação brasileira moderna: a do espaço vazio, pura propriedade. Terra expropriada e explorada no latifúndio.

## **OS “CRISTÃOS” E OS “INFIÉIS” COMO MEDIADORES CULTURAIS: INDÍGENAS, ESCRAVOS AFRICANOS E DESERTORES NOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA COLONIAL (BRASIL/BOLÍVIA, SÉCULO XVIII)**

Doutora Ariane Aparecida Carvalho de Arruda (PUCRS)

Os espaços de fronteira luso-hispânicas contribuíram para a criação, a reformulação e a reprodução de mecanismos e dinâmicas culturais por distintos grupos étnicos. A diversidade de paisagens proporcionou aos grupos sociais um leque de possibilidades de mobilidades, assentamentos, busca de recursos naturais, dispersão, mediação, mestiçagens e trocas culturais. Esse estudo propõe apresentar a função dos diferentes atores sociais como mediadores culturais, vinculando as fronteiras entre o Pantanal/Brasil e o Oriente boliviano/Bolívia que, desde o século XVI, foi alvo de intensas disputas entre os Impérios Ibéricos. Como mediadores culturais, indivíduos e/ou grupos sociais possuíam sua própria lógica e bagagem de saberes, conhecimentos, comportamentos,

compreensão e interação diante da realidade e outros indivíduos presentes nela. Suas atividades estavam em realizar trocas de correspondências entre autoridades portuguesas e espanholas, contrabando de mercadorias, abertura de caminhos, guias, intérpretes e espiões, bem como em denunciar usurpações e excessos cometidos nos puebllos pelas autoridades coloniais. Esses indivíduos “mestiços”, “cristãos” e “infieis”, poderiam estar acostumados a desenvolver-se em âmbitos distintos com relativa fluidez e a transpassar barreiras geográficas, culturais e mentais. As práticas e as ações surgem não como simples respostas aos estímulos ocasionados pelo contato e convívio com as sociedades europeias, mas, além disso, como participantes interessados em se beneficiar e sobressair as pressões externas, a partir de suas próprias lógicas. São personagens identificados nos desvios de padrões das fontes históricas, fragmentadas e dispersas, que nos permitem obter uma ideia de como indígenas (“cristãos” e “infieis”), escravizados e desertores sobressaíram ao sistema colonial, suas limitações, deficiências e imposições, exercendo funções como mediadores entre “dois mundos”, em que adquiriram valor diante dos traços diferenciados e constitutivos de sua identidade.

### **ITINERÁRIOS INDÍGENAS E OS JARDINS COLONIAIS EM ÁREAS DE FRONTEIRAS (1790-1805)**

Doutor Rafael Rogério N. dos Santos  
(UNIFESSPA/UFPA)

Nelson Sanjad (MUSEU PARAENSE  
EMÍLIO GOELDI)

Na segunda metade do século XVIII o mundo natural se tornou objeto de bastante atenção dos governos ultramarinos, algumas disciplinas científicas, como a botânica, agronomia e geologia, de forma mais sistemática do que nos séculos anteriores, tornaram-se ferramentas da administração metropolitana, no sentido de propiciarem, através de um saber especializado, o enriquecimento da economia colonial. Nesse período, foram criados jardins botânicos tanto em Portugal, como o da Ajuda e o da Universidade de Coimbra, quanto nas colônias, como o de São José, em Belém. As principais funções desses jardins eram reunir espécies vegetais nativas e exóticas, assim como realizar ensaios para o cultivo em larga escala e para o uso industrial de produtos de origem vegetal. O ambiente político, a rede de coleta e produção de conhecimento articulada pelas instituições metropolitanas, as viagens filosóficas pelos territórios ultramarinos e a instalação dos jardins botânicos são temas bem explorados na historiografia. Entretanto, quando se trata da participação dos povos indígenas nesses projetos coloniais, sobretudo no Grão-Pará, a produção é um pouco exígua. Os povos indígenas, em diversos momentos, além de fornecerem informações importantes para os funcionários coloniais, foram agentes no trânsito de espécies extremamente requisitadas pelo império português. Seus conhecimentos foram necessários para a execução da missão de espionagem em território fronteiriço, deveriam obter no jardim francês em Caiena (La Gabriele), a noz moscada, o cravo da Índia e a canela, o que colaborou para tornar exitosa a experiência de implantação do Jardim Botânico de São José, e resultou na obtenção documentada de uma das primeiras coleções de vegetais transplantados para aquele jardim.

## **DE INIMIGOS A BONS AMIGOS? OS CAMACÃ E O BARÃO FERNANDO STEIGER NO QUADRO DA INTERIORIZAÇÃO DA COLONIZAÇÃO NA PROVÍNCIA DA BAHIA**

Doutora Ayalla Oliveira Silva (UFRRJ)

Esta proposta de comunicação trata das tensões sociopolíticas e das relações étnicas estabelecidas no processo de expansão da fronteira agrícola em Ilhéus, sul da Bahia, Brasil, durante a segunda metade do século XIX. Na segunda metade daquele século, Ilhéus experimentou a consolidação da lavoura do cacau como economia monocultora de exportação, região historicamente caracterizada pela resistência dos botocudos e pataxós ao avanço da fronteira de ocupação não indígena sobre os seus territórios. Nesse processo, Fernando Steiger, um fazendeiro suíço estabelecido em Ilhéus desde os anos 1840, conseguiu do governo da província concessão de terras em uma zona interiorana da região, a fim de implantar uma nova fazenda e expandir os seus negócios, cujo sucesso dependia da relação que ele fosse capaz de estabelecer com os indígenas habitantes da região. O objetivo é analisar, por meio da correspondência particular do barão Fernando Steiger, a aliança recíproca de proteção estabelecida entre ele e um grupo Camacã de contato intermitente. Ocasão na qual Steiger instalou os indígenas no núcleo que ele denominou de “colônia militar”, nas proximidades da sua nova propriedade, no intuito de utilizá-los como braço armado contra os botocudos e pataxós, seus “inimigos em comum”. Os camacãs, por seu turno, tinham a expectativa de manter a sua segurança e a sua sobrevivência na região, que era, à época, objeto preferencial da colonização provincial, o que impactava profundamente a vida dos povos indígenas.

## **GUARANIS FRENTE A CONSOLIDAÇÃO DAS FRONTEIRAS DO SUL DO IMPÉRIO DO BRASIL (1822-1860)**

Doutoranda Isadora Talita Lunardi Diehl  
(UFRGS)

Esta comunicação tem como objetivo explicitar as relações travadas entre os agentes estatais e as comunidades guaranis no Rio Grande do Sul, província do extremo sul do Brasil, durante o período pós-independência. Estas relações foram pautadas por uma acentuada preocupação com as fronteiras nacionais por parte do Estado, não apenas no que diz respeito à consolidação dos territórios nacionais frente aos interesses dos países platinos em formação, mas também em relação às fronteiras de inclusão e exclusão dos indígenas na nascente sociedade brasileira. Assim, procuro demonstrar que as políticas indigenistas da província buscaram invisibilizar a presença da população guarani, em especial a fixada na região das antigas missões jesuíticas, estabelecendo um discurso de decadência e esvaziamento daqueles territórios que buscava apropriar-se das terras e do gado pertencente aquela população indígena e “assimilá-la” ao povo brasileiro. No entanto, os guaranis fizeram frente as alegações de inexistência: trabalhando como peões em diversas localidades, contrabandeando gado na fronteira e mobilizando estruturas políticas para a manutenção das terras e rebanhos das antigas estâncias missioneiras.

## **OS GUAICURUS E A FRONTEIRA OESTE BRASILEIRA NO SÉCULO XIX: DISCURSOS POLÍTICOS, DISPUTAS DE TERRAS E PROJETO DE NAÇÃO**

Mestrando Dandriel Henrique da Silva  
Borges (UERJ)

O ano de 1791 é chave para a compreensão das relações entre os indígenas guaicurus e os luso-brasileiros, pois foi quando se estabeleceu um Tratado de Paz entre as partes. Começara, então, já desde o final do século XVIII, um processo que intencionou, nesse primeiro momento, que esses indígenas, viventes na região limítrofe entre o Brasil e o Paraguai, se aproximassem dos luso-brasileiros. Ainda que esses não vissem indígenas como seres humanos, buscaram construir uma maior afinidade desses povos consigo, do que com seus inimigos também intencionados naquelas terras, os espanhóis (e, após, paraguaios). A partir dessa aproximação assegurada, ao menos em parte, pelo Tratado de Paz de 1791, intentasse então começar a consolidar o domínio, indireto, da monarquia sobre aqueles sertões, afinal, pelo tal acordo, os “chefes” guaicurus teriam jurado vassalagem à coroa. Com uma maior associação dos guaicurus aos luso-brasileiros e o governo considerando aquelas terras suas, a proteção das mesmas, ainda que pelos próprios indígenas, era de sumo interesse da coroa e, após, do Império. Os guaicurus acabaram sendo mais compreendidos dentro uma ideia de “brasileiros” quando associados aos territórios que ocupavam e, então, tomados enquanto argumentos de que tais regiões limítrofes seriam, por consequência, propriedade do Império frente às reivindicações paraguaias. Ainda assim, discursos antagônicos existiram, perpetuados em situações onde os primeiros representariam problemas para seus locutores. No meio dessas vozes moldadas por grupos dominantes não só os territórios ocupados pelos guaicurus se mostraram não plenamente reconhecidos, como o status desses indígenas dentro do Brasil e, mesmo suas identidades, foram moldadas ao bel-prazer de terceiros, conforme a esses fosse mais interessante.

### **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

#### **NOS DRAMAS DAS ALIANÇAS: CASAMENTOS MISTOS DE INDÍGENAS, IDENTIDADE E TRABALHO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA (1748-1759)**

Graduando Anderson Henrique Lopes  
Santos (UFMA)

Esse estudo tem o objetivo de analisar a formação familiar mista, a apresentação dos nubentes e suas relações com o mundo do trabalho em São Luís no contexto de transição do Regimento das Missões para o Diretório Pombalino. Através do exame quantitativo e qualitativo dos registros de casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, foquei no levantamento dos casamentos exogâmicos, dos quais participaram sujeitos indígenas e categorizados como mestiços dentro de uma sociedade sustentada em pilares hierárquicos. É lançado o olhar sobre se os casamentos mistos serviram enquanto via de inserção dos povos indígenas na sociedade colonial e quais colocações no mundo do

trabalho esses noivos vieram ter em dois momentos distintos e dinâmicos: no primeiro momento indígenas e mestiços formando família sob o artifício de imposição do casamento cristão enquanto dispositivo de conquista e expansão espiritual ou até mesmo por suas próprias vontades, majoritariamente ocupavam-se nas condições como escravos ou servos e no segundo momento, indígenas alforriados, com novas posições nos mundos do trabalho que alicerçaram a família sob as bênçãos nupciais a partir da política do Diretório Pombalino que estimula os casamentos mistos (especialmente entre brancos e índios), em meio as forças da Coroa Portuguesa na tentativa de apagar as suas identidades étnicas em nome da tomada da identidade portuguesa como era esperado pelo ministério pombalino, além das matizes propostas no recorte transitório, o matrimônio cristão além de ter sido um palco que proporcionou a transformação das identidade indígenas, em contrapartida, este sacramento foi um espaço de aproximação entre indígenas, descendentes qualificados pelas categorias sociais, africanos e afro-brasileiros.

## **ST18 - LÍNGUA INDÍGENA NAS AMÉRICAS**

Coordenadores(as): Márcia Nascimento, UFRJ

Pedro Daniel dos Santos Souza, UNEB

Ana Vilacy Galucio, UFPA/Museu Paraense Emílio Goeldi

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **TÓPICOS EM MORFOSSINTAXE: CONSTITUIÇÃO DE VERBOS COMPOSTOS NA LÍNGUA PARKATÊJÊ (TIMBIRA)**

Doutoranda Sindy Rayane de Souza Ferreira  
(UFPA)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns aspectos referentes à morfossintaxe de verbos compostos na língua Parkatêjê, considerando as relações gramaticais entre seus elementos constituintes como aspecto universal no processo de composição. O Parkatêjê é uma língua indígena pertencente à família Jê (tronco Macro-Jê) e integra o complexo dialetal Timbira. O mecanismo linguístico de composição tem sido tradicionalmente conceituado como a combinação de duas palavras, em que uma modifica o significado da outra, formando uma única palavra. Este trabalho desenvolve-se com base nos estudos de Bisetto e Scalise (2005), Booij (2007), Scalise e Bisetto (2009) e Haspelmath e Sims (2010), realizando-se de acordo com a metodologia habitual da linguística descritiva a partir das seguintes etapas: i) pesquisa bibliográfica sobre formas compostas; ii) estudo dos textos selecionados; iii) organização de dados da língua Parkatêjê; iv) análise dos dados com base na literatura. Com a análise realizada, observou-se que os compostos verbais em Parkatêjê são constituídos a partir do mecanismo de incorporação nominal, um tipo de composição em que raízes nominais são incorporadas por raízes verbais, formando verbos morfologicamente complexos. Estes verbos podem exibir as estruturas N+Vativo, N+Vestativo ou N+Vtransitivo. Os elementos constituintes destes compostos parecem estabelecer diferentes relações gramaticais entre si, a saber: relação de coordenação (do tipo verbal-nexus) e de atribuição (do tipo atributiva).

#### **A EMERGÊNCIA DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DE SINAIS E A URGÊNCIA DE SEUS ESTUDOS: APONTAMENTOS DE PESQUISAS BRASILEIRAS**

Mestranda Ana Carolina Machado Ferrari  
(UFPA)

Patrícia Goulart Tondineli

Este trabalho, que é parte de uma pesquisa de mestrado em Letras em andamento, tem por objetivo refletir sobre a emergência das línguas de sinais indígenas e a urgência de seus estudos enquanto forma de revitalização linguística e, conseqüentemente, parte da resistência dos povos indígenas. A partir dos resultados obtidos através de uma pesquisa bibliográfica no banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando para isso os descritores: “Língua de sinais indígenas”; “Língua de sinais emergentes”; e “Indígenas surdos”, foram localizadas quinze pesquisas realizadas entre os anos de 2008 e 2020 que abordaram a temática “indígena surdo” e destas, dez investigaram especificamente as

línguas indígenas de sinais de diversos povos: Terena, Sateré-Mawé, Paiter Suruí, Guarani Kaiowá e Akwê Xerente. Embora a Libras seja reconhecida enquanto língua de sinais dos surdos brasileiros, as pesquisas existentes alicerçaram discussões sobre a existência de línguas de sinais específicas em diversos Territórios Indígenas, bem como sua inter-relação com a cultura e a sua importância nas práticas comunicativas dentro do território, levando-nos a refletir sobre a importância do mapeamento dessas línguas para a garantia dos direitos linguísticos dos indígenas surdos.

### **VARIAÇÃO DIAFÁSICA E DIAGERACIONAL NO CAMPO SEMÂNTICO ANIMAIS EM ENAWENE Nawe E EM Paresi (ARUÁK)**

Mestranda Amanda Medeiros Costa de  
Mesquita (UFPA)  
Ana Paula Barros Brandão

Este trabalho visa apresentar uma descrição inicial das variações diafásica e diageracional com foco no campo semântico animais nas línguas Enawene Nawe e Paresi, línguas indígenas pertencentes à família linguística Aruák. As referidas línguas contam com, aproximadamente, 1.000 e 3.000 falantes respectivamente, os quais se encontram localizados no Estado do Mato Grosso. Os dados para análise foram obtidos através do banco de dados das línguas e dados coletados a partir da leitura bibliográfica. Conforme Cardoso (2010), a variação diafásica está relacionada ao comportamento linguístico do falante mediante a situação em que se encontra. Um exemplo disso são as formas atribuídas pelo povo Paresi ao item lexical jacaré, as quais ocorrem como ‘kamomenare’ em contextos formais de fala, a exemplo de rituais sagrados, cânticos, festas e narração de histórias, e ‘yakare’ em contextos informais de fala, como por exemplo o dia a dia da comunidade. Por sua vez, a variação diageracional está associada com a diferença na fala entre falantes de faixas etárias distintas. Um exemplo disto pode ser verificado na utilização de itens lexicais distintos para se referir ao item lexical ema fêmea, o qual é nomeado como ‘zolairo’ por falantes mais velhos e ‘ohiroli’ por falantes mais jovens. O estudo deste fenômeno ajudará no processo de descrição e documentação linguística das línguas indígenas brasileiras no âmbito da sociolinguística, bem como, contribuirá para fins de inserção de dados no banco de dados das línguas em análise, como forma de registro e documentação.

### **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

#### **O IMPACTO DA CATEQUESE JESUÍTICA EM LÍNGUA KIRIRI: A TRAJETÓRIA DE TAPUIAS E INACIANOS NOS ‘CAMINHOS DE DENTRO’**

Graduanda Paloma Reis Soares (UEFS)  
Doutora Rejane Cristine Carneiro Santana  
(UEFS)

O presente trabalho, fruto de um projeto de pesquisa de iniciação científica – Provic, vinculado ao Projeto Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro, CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão - UEFS,

discute sobre o impacto da ‘arte de doutrinar’ em língua kiriri, tronco Macro-Jê, na Aldeia de Natuba, no semiárido baiano. Para tanto, baseamo-nos em estudos do Catecismo da Doutrina Christã na Língua Brasilica da Nação Karirí (1698), da gramática do Pe. Jesuíta Maniani, intitulada Arte de Grammatica da Língua Brasilica da Nação Karirí (1699). Na perspectiva da Linguística Histórica, História Social da Língua e da Cultura da Escrita por um viés historiográfico sobre fatos deixados pelo tempo para recompor narrativas, interessamo-nos pelas nações dos “bárbaros indígenas” no processo de catequese, pois, foram povos que fizeram a história do semiárido baiano no século XVII, entretanto, foram versados por um viés etnocêntrico como coadjuvantes desse processo sócio-histórico. Nessa investida, apresentaremos o protagonismo dos Tapuias do Sertão, como arquivo vivo, para a produção escrita em língua Kiriri setecentista; e, resquícios léxicais registrados no catecismo e na gramática em língua Kiriri, supostamente originários da família Kiriri, tronco Macro-Jê, que encontram-se vivos em comunidades circunvizinhas ao antigo Aldeamento de Natuba, fazendo-nos crer que o legado linguístico Kiriri perpetua entre falantes do semiárido baiano. Assim, esse legado linguístico constitui-se como maior impacto da catequese nos ‘caminhos de dentro’.

## **ATITUDES VALORATIVAS E ESTIGMA EM RELAÇÃO AS LÍNGUAS FALADAS PELOS PALIKUR NO URUKAWÁ**

Doutora Elissandra Barros (UNIFAP)

Doutora Lenise Felício Batista (UNIFAP)

Um estudo sociolinguístico realizado em 2013 nas 13 aldeias dos Palikur-Arukwayene (SILVA, 2016) constatou que 70% dos falantes desse povo são bilíngues ou multilíngues, estando o português e o kheuól disputando o espaço de segunda língua falada entre eles. Por muito tempo o kheuól estabeleceu-se como a língua franca entre os povos indígenas do Oiapoque (Karipuna, Galibi-Marworno e Galibi-Kalinã), e destes com os não índios, tal fato é um dos elementos necessários para compreender o significativo número de falantes do kheuól entre os Palikur-Arukwayene. No caso do português, o crescente prestígio desta língua entre o povo se dá, inicialmente, pela necessidade de maior acesso à saúde, educação e aos serviços prestados pelos órgãos governamentais. Esses dados são importantes porque mostram que, embora falantes também de outras línguas, os Palikur-Arukwayene têm no parikwaki sua língua identitária. Falar a língua do seu povo é um elemento tão importante que, no Oiapoque, frequentemente, os Palikur-Arukwayene são reconhecidos, e se autointitulam, como os “índios de verdade”, tendo como parâmetro, exclusivamente, a língua indígena. Neste trabalho focaremos as atitudes linguísticas dos Palikur-Arukwayene em relação ao parikwaki, ao português e ao kheuól e vamos discutir como tais atitudes – valorativas ou depreciativas – contribuem para o (des)prestígio dessas línguas em diferentes espaços de fala nas aldeias.

## **ST19 - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DE PROJETOS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS INDÍGENAS E NÃO-INDÍGENAS E DE PROJETOS DE EXTENSÃO SOBRE TEMÁTICAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL E NA AMÉRICA**

Coordenadoras: Lana C. Gomes de Araújo, UFPE, Brasil

Gláucia de Souza Freire, UFPE, Brasil

### **APRESENTAÇÕES EM COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **ENTRE FLECHEIROS E HENRIQUES: COOPERAÇÃO E CONFLITOS ENTRE TROPAS INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES NO PROCESSO DE CONQUISTA DOS INTERIORES DAS CAPITANIAS DO NORTE NO SÉC XVII**

Pós - Doutora Kalina Vanderlei  
Silva (UPE)

Nesse trabalho procuramos refletir sobre as relações estabelecidas entre indígenas e pretos nos conflitos de conquista dos interiores das capitanias do norte do Estado do Brasil no século XVII a partir da análise discursiva de episódios registrados pelas autoridades coloniais. Partimos da premissa de que as guerras coloniais nas capitanias do norte foram combatidas majoritariamente por forças militares indígenas, empregadas como mão de obra bélica pela colonização e responsáveis por muito do conjunto estratégico que embasou a guerra colonial, mas constantemente subestimadas pelo discurso colonial enquanto autores das estratégias dessas campanhas. Além disso, muitos povos indígenas fizeram suas próprias leituras das políticas coloniais, usando-as em benefício de suas agendas específicas, indo muito além de serem simples mão-de-obra bélica da colonização. Por outro lado, as tropas de homens pretos, apesar de minoritárias, aparecem constantemente nos discursos coloniais como assumindo um papel ativo nos conflitos seiscentistas. Para homens pretos livres, a estrutura militar oferecia possibilidades de ascensão social e aquisição de status e o discurso hegemônico colonial os apresenta como instrumentos bélicos valiosos. Não era raro, então, que tropas de pretos fossem empregadas contra indígenas, e, mais comum ainda, que forças de flecheiros fossem enviadas contra mocambos. Nesse contexto de competição forçada pelas estruturas coloniais, pretendemos observar episódios de conflito mas também de cooperações entre pretos e indígenas tendo como cenário a longa e complexa conquista do sertão. Para tanto trabalhamos sobre a correspondência administrativa colonial, analisada a partir do conceito de protagonismo, conforme explorado por Maria Regina Celestino de Almeida, e segundo as premissas da New Conquest History, conforme Matthew Restall, que estuda agência e protagonismo indígena e afrodescendente nos processos americanos de conquista, pensando ainda as fontes segundo uma perspectiva discursiva influenciada por Eni Orlandi.

## **DECOLONIZANDO A ADMINISTRAÇÃO: A “ORGANIZAÇÃO FORA DAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS/COLONIAIS”**

Doutoranda Hellen Cordeiro Alves Marquezini (FGV EAESP)

A partir da decolonialidade, refletimos sobre dois pontos de vista ontológicos nos Estudos Organizacionais: um que vê as organizações como entidades estabilizadas e outro que as vê como processos. Em seguida, considerando o debate sobre a ‘Organização fora das organizações formais’, propomos uma discussão sobre a Organização que existe para além das organizações modernas/coloniais. Nosso objetivo é contribuir com o avanço do campo dos Estudos Organizacionais, por meio da inserção de discussões de outras formas de organizar oriundas do mundo não surgido da modernidade/colonialidade. É o que chamamos de ‘Organização fora das organizações modernas/coloniais’. O artigo é um ensaio teórico crítico. Realizamos um resgate teórico do conceito de colonialidade e de pontos de vista ontológicos sobre organizações no campo dos Estudos Organizacionais, o que culminou em um olhar crítico sobre as compreensões hegemônicas de organização, possibilitando discussão sobre a organização que há fora das organizações formais, e também fora das organizações modernas/coloniais. Como exemplos dessas organizações, propomos um olhar sobre organizações indígenas e organizações quilombolas, cujos modos de ser e viver se diferenciavam e se contrapunham à lógica, muitas vezes violenta, da economia-mundo capitalista. Nossa contribuição vai no sentido de expandir a discussão feita pelo campo, sugerindo possibilidades de outras formas de organizar vindas de mundos não surgidos da modernidade, como as organizações indígenas e organizações quilombolas, para as quais propomos a noção de ‘Organização fora das organizações modernas/coloniais’. Considerando-as assim em estado de tensão com a modernidade/colonialidade por possuírem no cerne dos seus modos de ser e organizar, a resistência e a luta contra colonizadoras.

## **IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES DE ESCRAVOS E SENHORES NO SERTÃO DA BAHIA. SÉCULO XIX**

Doutora Isnara Pereira Ivo  
(UESB)

Analisa-se como as representações expressas na documentação oficial das sociedades escravistas permitem ver como elas se auto definiam, identificavam, classificavam e hierarquizavam suas gentes a partir das categorias das dinâmicas de mestiçagens representadas pelas categorias de qualidade, cor e condição social. Os fragmentos de histórias vividas pelos escravos e seus senhores, as memórias construídas são conhecidos a partir da documentação do Tabelionato de Notas da Imperial Vila da Vitória, no sertão da Bahia do século XIX. Testamentos, inventários, escritura de doação em causa de dote, escritura de hipoteca, escritura de compra e venda de escravos e escritura de doação de escravos constituem os papéis da oficialidade fiscal e administrativa que revelam, direta e indiretamente, as experiências vivenciadas por livres e cativos nas relações econômicas, religiosas e sociais no sertão profundo do interior do Brasil. Analisa-se as posses de escravos de três mulheres – Mae, filha e neta

– que, no decorrer de cem anos, marcaram a história econômica e política dos sertões da Bahia.

### **CAPUCHINHOS ITALIANOS, INDÍGENAS E “FEITICEIROS” EM ALDEAMENTOS MISSIONÁRIOS NO NORDESTE DO BRASIL (1730-1760)**

Doutor Carlos Henrique Cruz  
(IFMG)

Entre os anos de 1720 a 1760, os capuchinhos italianos assumiram aldeamentos nos “sertões” do Nordeste do Brasil. Nesta nova tentativa de evangelização de diferentes povos nativos, genericamente classificados “bárbaros” ou “tapuias”, os frades atuaram assombrados pelo demônio. No Conselho Ultramarino, foram acusados de ordenar ou permitir castigos ou execuções cruéis de indígenas “feiticeiros”, que eram queimados no interior das missões. Também enviaram ao Santo Ofício acusações alarmantes sobre reuniões ou pactos diabólicos organizados pelos indígenas aldeados. Articulando as fontes citadas, a comunicação pretende discutir perseguições e negociações entre os missionários italianos e os nativos americanos quanto ao controle da “feitiçaria” no cotidiano colonial. Tais comportamentos, é importante destacar, muitas vezes se desenvolviam na companhia de personagens não-indígenas, que moravam ou circulavam na vizinhança ou nas próprias missões.

### **TRANSGRESSÃO DO MATRIMÔNIO: UM ÍNDIO NAS GARRAS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA**

Mestranda Luana Souto Cavalcanti (UFCG)  
Doutora Juciene Ricarte Apolinário  
(UFCG)

O presente artigo tem como objetivo revisitar a Inquisição Portuguesa durante a sua atuação no Brasil Colônia, mais especificamente na Capitania de Pernambuco no início do século XIX, e analisar como esta instituição se comportou perante as possíveis heresias cometidas pelos povos indígenas, desta forma nos debruçamos particularmente sobre o processo inquisitorial do índio Miguel Dias Lopes acusado de bigamia e preso por este crime em 1802 na Vila de Olinda. Sendo assim, também buscamos compreender a percepção do Santo Ofício, sobre o crime/pecado de bigamia, uma vez que, o bigamo, sob a ótica dessa instituição, realizava não só uma transgressão social, mas, sobretudo, religiosa, revelando-se, portanto, um herege, um “suspeito na fé”. Para nortear a nossa pesquisa utilizamos por base as reflexões metodológicas empreendidas por Carlo Ginzburg para análise de documentos inquisitoriais, revisões bibliográficas de autores que trabalham esta temática, revisitação de passagens bíblicas e análise de processo crime inquisitorial pertencente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) disponibilizados em formato digital no site do referido Arquivo.

### **APRESENTAÇÕES EM PÔSTER**

### **AGRICULTURA FAMILIAR E PRÁXIS PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DA ESCOLA INDÍGENA DO POVO KANINDÉ**

Antonio Jair Martins dos Santos (EIMFS)  
Leandro Vieira Cavalcante

O território dos povos indígenas é o principal elemento de luta das comunidades afirmativas, pois é onde todas as lutas são travadas, buscando assegurar e garantir a autonomia. Contribuindo com as reflexões e experiências vivenciadas por uma comunidade indígena, é necessário identificar as ações utilizadas no sistema de produção da agricultura familiar, especificamente nos roçados do território indígena do povo Kanindé, bem como relacionar as práticas tradicionais ao conhecimento científico no âmbito escolar. Considera-se que as comunidades que sobrevivem à base da agricultura têm um papel fundamental nas estratégias de manutenção dos sistemas de produção e da soberania alimentar. Nesse sentido, objetivamos compreender a dinâmica do manejo da agrobiodiversidade nos roçados do Território Indígena do Povo Kanindé (Aratuba/CE) e suas relações com as formas de organização da produção, do espaço e do trabalho adotadas pelos agricultores. Baseamos o estudo nas teorias dos sistemas agrários, análise de agroecossistemas e etnoecologias. A metodologia utilizada foi uma pesquisa-ação participante com a realização de etapas sequenciadas caracterizadas pelo tempo do roçado nas fases de produção em uma escola do povo Kanindé, a Escola Indígena Manoel Francisco dos Santos, localizada na região do Maciço de Baturité, interior cearense. Contou-se com a participação de 54 alunos regularmente matriculados em três turmas do Ensino Médio, com ações que envolveram as etapas de pesquisa, realização de seminários, apresentação de relatórios, aulas de campo e exposição virtual. Concluiu-se que as práticas tradicionais utilizadas pelos agricultores familiares são o resultado da combinação de saberes indígenas repassados pelos antepassados. Além da proteção ambiental, observou-se que essas práticas auxiliam no desenvolvimento sustentável para alcançar aspectos sociais, ambientais e econômicos, de modo a cumprir a dignidade com a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

## **TERRAS INDÍGENAS: POLÍTICAS DE TERRITÓRIO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A VIDA DO ÍNDIO E SUAS TRADIÇÕES**

Graduando Lucas Amadeus de Albuquerque  
Barbosa (UFCG)

Graduando João Vitor Souza Muniz (UFCG)

Graduanda Aline Araújo Silva (UFCG)

Graduando Matheus Silva Pereira (UFCG)

Graduando João Pedro Henriques De Castro  
Morais (UFCG)

Doutora Juciene Ricarte Apolinário  
(UFCG)

A Constituição Federal de 1988 promoveu o reconhecimento da posse da terra enquanto direito universal e alienável dos povos nativos do Brasil. Além disso, ao contrário da concepção que se tinha até então, foi-lhes garantido o direito à diferença, de exercerem sua cultura, religiosidade e atividades necessárias à sua subsistência, sendo também considerados cidadãos brasileiros. No entanto, a inovação da constituição cidadã não foi suficiente para garantir concretamente a devida posse da terra aos indígenas brasileiros. Observamos constantes embates violentos envolvendo fazendeiros, madeireiros e outras categorias, cujos interesses na riqueza ambiental diverge do ideal indígena de sobrevivência. Um exemplo claro dos conflitos pela posse e uso da terra entre índios e não índios acontece na região do litoral sul do Estado da Paraíba, na qual a comunidade indígena de etnia Tabajara contesta a ocupação de seu território pelo Grupo Elizabeth e outros empreendimentos, os quais, apesar de promoverem um ideal neoliberal de desenvolvimento, agredem a natureza com suas práticas produtivas. Diante disso, nosso trabalho se propõe a encaminhar um breve estudo sobre a natureza dos conflitos envolvendo as territorialidades reivindicadas pelos povos indígenas, que constantemente sofrem agressões do capitalismo predatório. Utilizamos em nosso trabalho a metodologia da pesquisa bibliográfica, além disso nos valem da exposição abundantemente encontrada na internet de casos de violência sofridos por grupos indígenas na luta pela conquista de seus direitos.

## **A TEMÁTICA AMBIENTAL NO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS NAS ESCOLAS INDIGENA POTIGUARA**

Liliane Monteiro Barbosa (UFCG)

Anyeli França dos Santos

A qualidade dos livros didáticos oferecidos para ajuda do planejamento escolar, ainda vem sendo muito discutidos nos dias atuais, os assuntos tratados neles na maioria das vezes não estão adequados ao cotidiano dos alunos e dos lugares que eles vivem. Portanto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a abordagem da temática ambiental presente no livro didático em uma escola indígena Potiguara. No primeiro momento foi discutido sobre a inserção da temática ambiental nas séries iniciais a partir dos PCN de Meio Ambiente e da lei 9795/99 de educação ambiental. Em seguida foi realizado uma análise do livro de Ciências 4º ano do ensino fundamental, e com isso, foi posto alguns critérios de análise como, meio ambiente, saúde, e temáticas relacionadas a comunidade indígena. Foi observado que o livro aborda temáticas ambientais e conceitos objetivos e de fácil compreensão, porém os exemplos sugeridos não estão muito adaptados à realidade de uma comunidade indígena. Como a escola está localizada em uma aldeia indígena e seu ensino é classificado como específico e diferenciado pode acontecer o caso de relacionar as temáticas apresentadas no livro com as situações locais da aldeia e utilização das próprias cartilhas, livros feitos na região no qual aborda as temáticas ambientais.

## **PLANTAS, CURAS, ESPIRITUALIDADE INDÍGENA E O ENSINO DE HISTÓRIA**

Graduando Alan de Freitas Felipe (UFCG)  
Graduando Antônio dos Santos Silva (UFCG)  
Graduanda Jéssica Priscila de Melo Machado (UFCG)  
Graduando Lucas Martins Bezerra (UFCG)  
Graduando Mateus Pereira da Silva (UFCG)  
Graduanda Shayenne Santos Sousa Nascimento (UFCG)  
Doutora Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Esta pesquisa buscou realizar no campo historiográfico a perspectiva do ensino de História Indígena nas escolas através das apresentações culturais, destacamos o uso das plantas, curas e espiritualidade indígena. O uso terapêutico das plantas, tais saberes e práticas estão intrinsecamente relacionados aos territórios, bem como a seus recursos naturais, fazendo uso da flora, compreendendo que a natureza é o principal acesso à saúde por meio de uma relação física e espiritual com o ambiente em que se vive. O objetivo é contribuir para que os saberes indígenas sejam reconhecidos e trabalhados como conteúdos em sala de aula, de modo a construir uma educação decolonial. A pesquisa foi realizada a partir de referencial teórico, se utilizando de artigos científicos, dissertações de mestrado e anais eletrônicos, buscando fazer um resgate histórico e cultural dos indígenas e apresentar uma proposta didática de como abordar essa temática em sala de aula no ensino de história. Deste modo, percebeu-se que mesmo havendo várias pesquisas e trabalhos científicos desenvolvido sobre as comunidades indígenas, ainda encontramos muitos obstáculos na utilização dessa temática no ensino escolar. Isso ocorre devido à má capacitação dos professores e a falta de material didático específico, tendo em vista que, os currículos ainda são eurocêntricos e, portanto, quando se fala em indígena e em sua cultura, tem-se uma apresentação folclórica que está muito distante da realidade.

## **UM CALDEIRÃO EFERVESCENTE: POVOS INDÍGENAS, ALIMENTAÇÃO E O ENSINO DE HISTÓRIA**

Graduando Adrian Marcelo da Silva (UFCG)  
Graduanda Maria Angela de Lima Ribeiro (UFCG)  
Graduanda Mariana Pereira Gomes (UFCG)  
Graduando José Silvano da Silva (UFCG)  
Graduando João Pedro Henrique de Castro Morais (UFCG)  
Doutora Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Os estudos que envolvem a temática da alimentação em sua perspectiva histórica ganham destaque no fazer historiográfico, ampliando as possibilidades para entender os eventos, sujeitos e seu entorno através de uma nova perspectiva. Atuando como, talvez, o elemento de maior universalidade na experiência humana, o alimento é, ao mesmo tempo, um construtor de identidades, mas que possui potencial para destruí-las e, através, de ações conscientes ou não recriar uma nova. A necessidade de se pensar a história e culturas indígenas, asseguradas pela lei 11.456/2008, e a confecção de trabalhos no âmbito da disciplina Estudos de Cultura e História Indígenas, ministrada pela professora Juciene Ricarte Apolinário, resultaram na construção dessa pesquisa. Objetiva-se, então, à relacionar o estudo da alimentação enquanto categoria histórica e a temática indígena e suas possibilidades de aplicações em sala de aula. Analisar o alimento é muito mais que uma sumarização do que some, mas envolve também o como se come, com quem, de que forma, as práticas agrícolas e/ou industriais, as identidades e as sensibilidades. O *melting pot* brasileiro, expressão que indica uma certa padronização cultural que está imersa dentro de um caldeirão, atua como um constructo de caráter dúbio: ao mesmo tempo que erige a identidade de culinária nacional atua como agente mobilizador de esquecimento. A confluência das três raças, gênese do brasileiro contemporâneo, é comumente explorado de maneira tendenciosa, manifestando certos interesses que visam apagar a participação indígena e africana na construção da sociedade brasileira e de sua cultura. No mais, buscaremos demonstrar as potencialidades do campo da História da Alimentação se inserida dentro do ambiente escolar, por entender que este é um campo frutífero para a propagação do saber e da busca pelo respeito e valorização da história dos povos originários e de suas resistências frente ao projeto de extermínio a que são submetidos desde o início da colonização.

### **AÇÕES EXTENCIONISTAS DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO COM INDÍGENAS KAINGANG EM CONTEXTOS URBANOS NA REGIÃO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL**

Graduanda Vanessa da Silva Pereira  
(Univates)

Graduanda Bianca Camargo Baracy  
(Univates)

Doutor Luís Fernando da Silva Laroque  
(Univates)

A pandemia de Covid-19 compeliu a quebra de diversos paradigmas sociais e comportamentais, sendo nítido como gestões de diversos setores da sociedade sofreram manutenções estruturais, pois a crise sanitária além de ter assolado o mundo, colocou à prova a capacidade de organicidade e articulação entre as mais distintas instituições. A Universidade adaptou-se para continuar cumprindo com seus processos educativos e neste contexto ficou evidente o esforço em manter a qualidade da pesquisa, do ensino e da extensão. Sendo assim, durante o trabalho remoto, bem como atualmente depois do

retorno às atividades presenciais, as ações extensionistas do Projeto “História e Cultura Kaingang”, com povos indígenas Kaingang continuam mantendo o caráter híbrido onde há alternância as demandas e solicitações dos indígenas. O presente trabalho tem como objetivo abordar ações dos estudantes e pesquisadores extensionistas com indígenas Kaingang que vivem em contextos urbanos no Vale do Taquari diante das medidas adotadas pela Univates. adversidades, continua atuando junto às comunidades Kaingang das Terras Indígenas (Emã) Foxá/Lajeado, Jamã Tÿ Tãnh/Estrela e Acampamento Wãre, com vista a vencer as desigualdades sociais que impactam na luta indígena o desenvolvimento social da região.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM RORAIMA: MÉTODO INDUTIVO INTERCULTURAL COMO METODOLOGIA NAS ESCOLAS INDÍGENAS**

Graduando Mávera Texeira dos Santos  
(UFRR)

Pós-Doutor Maxim Repetto (UFRR)

A pesquisa é um desdobramento dos Estudos do Projeto Laboratórios Socionaturais Vivos, que vem avançando em discutir as Políticas Públicas voltadas para educação escolar indígena. A discussão foi aprofundada mediante o desenvolvimento de atividades do subprojeto Políticas Públicas e novas experiências no campo da educação escolar indígena em Roraima realizado no Programa de Iniciação Científica da UFRR. Realizamos pesquisa qualitativa a campo, visitas nas escolas indígenas, com entrevista e levantamentos das atividades desenvolvida nas escolas. Diante do exposto aprofundamos um estudo geral voltado para compreender o contexto da educação escolar indígena em Roraima, avançamos na identificação de ações e orientações das políticas públicas de educação escolar indígena, de forma que possibilitou uma reflexão sobre os avanços produzidos nos últimos anos, uma vez que essas orientações buscam atender demandas dos povos indígenas e contrasta-las com a concretização das políticas públicas. Com a participação das escolas, analisamos e discutimos os processos educacionais nas comunidades, buscando valorizar as pedagogias existentes, tendo em vista que as comunidades possuem suas formas e processos próprios de ensino. Neste sentido o Método Indutivo Intercultural, como um marco teórico decolonial tem nos auxiliado no debate sobre educação intercultural, possibilitando experimentos com os conhecimentos indígenas em sala de aula, ou seja, as atividades desenvolvidas pelos povos indígenas no dia a dia são levadas em consideração para um debate voltado na construção de novas metodologias em sala de aula, refletindo como isso pode impactar as políticas públicas para educação e novas orientações para escolarização indígena.

## **BULLYING: UM PROJETO DE PREVENÇÃO NA ESCOLA INDÍGENA**

Daniel Santana Neto (EICI)

O referido projeto tem como título: BULLYING: UM PROJETO DE PREVENÇÃO NA ESCOLA INDÍGENA, tendo como autor e idealizar o professor Daniel Santana Neto, da escola Estadual Indígena Cacique Iniguaçu, localizada na aldeia Tramataia-Marcação-PB, e-mail: [danhallbarra@gmail.com](mailto:danhallbarra@gmail.com). O presente projeto é de caráter preventivo e foi desenvolvido na escola já mencionada com os alunos do Ensino Médio. Um tema muito presente na escola e na sociedade, então, foi um projeto muito importante para trabalhar ações e atividades de combate e prevenção ao bullying com os estudantes da referida instituição indígena. Elencamos como objetivo geral: Desenvolver ações de conscientização, discussão, prevenção e combate ao bullying no contexto da escola indígena e também da comunidade local. Tendo em vista um assunto muito pertinente e fundamental para ser abordado em sala de aula e envolver todos os estudantes no tocante de conscientizá-los em suas atitudes e práticas com o outro. Sabemos que é um tipo de violência que gera outras violências e pode levar a pessoa ao isolamento social e até mesmo a morte. No desenvolvimento do projeto os estudantes indígenas foram tomando mais consciência das consequências e sequelas que o bullying deixaria na vida da pessoa. Optamos por uma metodologia dinâmica e interativa no intuito de envolver vários atores da escola e família. Portanto, é importante abordar várias estratégias de combate e prevenção ao bullying, para que se tenha um ambiente escolar sadio e uma sociedade mais ética, respeitosa e igualitária. O projeto se encaixa no Simpósio Temático 19.

## **ARTES INDÍGENAS COMO INSTRUMENTO DE PROTAGONISMO**

Graduando José Almir Santos Basílio Filho  
(UFCG)

Graduando Arthur José Araújo Gregório  
(UFCG)

Graduanda Camila De Moura Lima (UFCG)

Graduando Emanuel Messias Silva do  
Nascimento Lima (UFCG)

Graduando Gutemberg Nascimento Cunha  
Garcez (UFCG)

Graduanda Shayenne Santos Souza  
Nascimento (UFCG)

Doutora Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

O objetivo do trabalho a ser apresentado é mostrar a questão do esquecimento e a estereotipação dos indígenas na história e sociedade em geral e dessa forma desenvolver métodos que tragam a historiografia indígena bem como as artes para o ambiente escolar, de forma a que o protagonismo desse povo seja respeitado e valorizado. Para isso, as aulas da disciplina de estudos da história indígena serviram como base, os textos acadêmicos e momentos com líderes indígenas também acrescentaram à nossa pesquisa. A desvalorização dos povos indígenas ainda é um problema a ser encarado nas escolas do nosso país, dessa forma a educação ativa sobre o assunto tem o poder de transformar essa realidade através das artes que é uma das maneiras mais expressivas. Quando a palavra

estereótipo entra nesse contexto é porque o ensino sobre os indígenas ainda é repassado de forma bastante genérica com inclinações ultrapassadas dos povos nativos do Brasil, o que limita o indígena e suas atividades. A exploração e conhecimento das artes, que não são poucas, tem o poder de representar de maneira responsável, didática e esclarecedora o lugar desses povos na sociedade e só tem a agregar no aprendizado, na inclusão e na explicitação da importância da atuação dos povos indígenas e conscientizar sobre a falta de representatividade deles nos mais diversos assuntos discutidos no âmbito político, social, cultural e educacional.

## **ENCONTROS PARA UM NOVO MUNDO: AMEFRICANIDADE E A DENÚNCIA DO RACISMO NA CONTEMPORANEIDADE**

Graduando Igor Robson Moura Furtado Santos, UFCG  
Juciene Ricarte Apolinário, UFCG

O racismo que opera na fragmentação das identidades indígenas e negras na contemporaneidade absorveu classificações sociais e técnicas jurídico-administrativas legadas à colonização luso-hispânica, tornando a experiência afro diaspórica e ameríndia na América Latina regadas de similaridades. A independência político-administrativa dos países latino-americanos pôs fim a intervenção direta do imperialismo na burocracia estatal, mas não ao controle e a dominação, que agora se articulam através do capital financeiro e do liberalismo. Diante dessas mudanças, o racismo que legitimou o genocídio, em curso, dos povos originários e da população negra precisou se sofisticar para manter a ordem de dominação racial fora da intervenção colonial. Compreendendo a fragmentação das identidades como um dos mecanismos de dominação racial, o artigo se divide em três eixos: o primeiro detectar as particularidades do racismo brasileiro e suas similaridades na América Latina, o segundo, a partir da literatura autoafirmativa e de expressões culturais da contemporaneidade, denunciar o racismo no projeto de construção da identidade nacional, e por fim, apresentar a categoria político-cultural de amefricanidade desenvolvida por Lélia Gonzalez como possibilidade de reagrupamento das identidades indígenas e negras, construindo redes de solidariedade interétnicas para o compartilhamento de experiências e mecanismos de resistências ancestrais em prol da articulação e luta anti-imperialista e antirracista.

## **CARTOGRAFIAS DO CINEMA INDÍGENA EM PERNAMBUCO: TÁTICAS E FORMAS**

Graduando Tiago Queiroz de Magalhães  
(UFRPE)

Doutora Paula Manuella Silva de Santana  
(UFRPE)

Aponta-se aqui que a pesquisa a ser apresentada está em fase inicial e será realizada sem investimentos financeiros por intermédio do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PIC), do Programa de Educação Tutorial/Conexões de Saberes – Comunidades Populares e do Grupo de Estudos e Pesquisas Macondo: Artes, Culturas Contemporâneas e outras epistemologias, todos da referida instituição. Assim, pretende-se através das teorias decoloniais e da etnografia pós-moderna, elaborar cartografias que tragam consigo minuciosas análises e reflexões acerca das táticas e de aspectos formais da produção cinematográfica Indígena no estado de Pernambuco. Vale salientar que o ineditismo desta proposta nos faz iniciá-la mediante levantamento bibliográfico (livros, capítulos de livros, artigos e demais trabalhos acadêmicos), que será tratado via perspectiva da hermenêutica crítico-analítica. Nesse sentido, o corpus da pesquisa será conformado por filmes coletados e mapeados a partir de sua exibição em festivais, nos perfis de redes sociais dos coletivos de cinema indígena e nos canais do YouTube. É importante mencionar a preocupação em relação à lei Lei nº 11.645/2008, que regulamenta a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena em todos os níveis de ensino (básico e superior). Para tanto, esta pesquisa dialogará com outras pesquisas institucionais já finalizadas (*Contribuições da Filosofia do Bem Viver e do Pensamento Indígena à uma Pedagogia Antirracista*) por meio do PIC da UFRPE, corroborando à discussão, além da pretensão de se realizar a disponibilização de uma plataforma onde colocar-se-á os filmes mapeados para o livre acesso de professores(as) de todos os níveis e esferas do saber interessados(as) em problematizar e construir um conhecimento crítico e reflexivo à hegemonia vigente da e na academia eurocentrada.

## **POVOS INDÍGENAS E INQUISIÇÃO NO BRASIL COLONIAL**

Josiene do Nascimento Silva (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

A Inquisição no Brasil surgiu durante a segunda metade do século XVIII, no período colonial ou escravidão indígena, pela Igreja Católica Apostólica Romana, era como um tribunal religioso que julgava e torturava aqueles que agiam contra seus dogmas e doutrinas, eram considerados como hereges, chamada de Tribunal de Santo Ofício vindo de Portugal. Isso ocorreu durante a expansão territorial juntamente com o catolicismo e pela educação religiosa que os indígenas recebiam e com a sua mão de obra. Havia uma

diversificação de culturas e costumes, faziam rituais e manifestações entre eles e isso era contra os princípios impostos pelo catolicismo. Mesmo assim, os jesuítas ainda buscavam os saberes dos indígenas, sendo que tal prática era contra seus próprios dogmas. Existiam os inquisidores que eram nomeados clérigos e seriam responsáveis para investigar e exterminar qualquer prática contrária do catolicismo. Há relatos que os religiosos buscavam em determinadas situações os saberes místicos, para as enfermidades físicas quanto emocionais, mesmo usando seus métodos da liturgia cristã, ainda recorria a alguns feiticeiros e aos povos indígenas. Além do mais, alguns padres eram denunciados e suspensos pelos seus superiores quando eram descobertos e uma das punições depois da sua confissão era humilhação pública, cortar a planta dos pés e a morte na fogueira. Os indígenas também foram uma das principais vítimas durante a inquisição, e um dos motivos era a não realização de sua conversão ao cristianismo, e as mulheres indígenas eram chamadas de bruxas e feiticeiras.

## **INDÍGENAS NA LITERATURA BRASILEIRA E O ENSINO DE HISTÓRIA**

Ayrla Joyce Araujo Lima (UFCG)

Débora Lopes de Brito (UFCG)

Diego da Silva Guedes (UFCG)

Érica Melo Lima (UFCG)

Giovana Nunes de Souza Silva (UFCG)

João Pedro Henrique de Castro Morais  
(UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

A figura indígena sempre esteve presente na literatura brasileira, antes mesmo desta se tornar um movimento. Entretanto, é apenas a partir do séc. XIX, com o surgimento da primeira geração do Romantismo, que o mesmo torna-se uma figura com maior visibilidade na literatura do Brasil. Vários autores trataram sobre a figura indígena, principalmente na primeira fase do Romantismo, que chegou a ser descrita como o movimento dos autores “indianistas”. Entre tais autores, destacamos as obras do autor José de Alencar: *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), trazendo uma análise mais aprofundada acerca desta última. Em *Ubirajara*, é possível analisar que José de Alencar constrói um indígena com as características de um herói nacional, um guerreiro romântico, visto como fiel, honroso, humilde e lutador. Levando em consideração o contexto no qual o mesmo estava inserido e as construções existentes acerca da imagem do indígena (selvagem, desumano e sem civilização), podemos afirmar que José de Alencar foi importante por trazer uma humanização do indígena na literatura da época. A literatura indígena no ensino de história, é um ponto que também necessita de destaque. Como sabemos, a história sempre atuou como símbolo de resistência, possuindo um papel central na formação do ser humano, todavia, quando se trata dos níveis Fundamental e Médio, o ensino se centraliza nos fatos narrados por livros didáticos,

que ainda possuem uma história completamente eurocêntrica, o que acaba silenciando e até mesmo excluindo algumas vozes e existências, como é o caso dos povos indígenas. Portanto, é necessário ressaltar que o ensino não é uma caixa fechada, existem muitas formas de produzir aprendizados através de um panorama teórico-metodológico que faça com que a relação de ensino-aprendizado na sala de aula seja construtiva e crítica. À partir desta perspectiva analisaremos o ensino de história utilizando a literatura como aparato metodológico, trazendo problematizações e possíveis caminhos para um ensino inclusivo.

### **ELIANE POTIGUARA: RESGATE E DENÚNCIA EM METADE CARA, METADE MÁSCARA**

Graduanda Ana Luiza Araújo (UFCG)

Graduanda Rebeca Araújo (UFCG)

Graduanda Yasmin Silva (UFCG)

Graduanda Shayenne Nascimento (UFCG)

Doutora Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Eliane Potiguara é escritora, ativista, professora e empreendedora social; formada em Letras e Educação pela UFRJ e fundadora do GRUMIN/Grupo Mulher-Educação Indígena, tornou-se pioneira na literatura indígena e conhecida mundialmente na luta pelos direitos humanos. Sua principal obra, *Metade Cara, Metade Máscara*, resgata um passado de invasão às terras indígenas e colonização, a fim de demonstrar o impacto em sua trajetória pessoal e na de milhares de brasileiros, ressaltando a migração e a resistência. Sobre a violação dos direitos e da saúde reprodutiva da mulher indígena, em sua obra, o grupo GRUMIN é citado como tendo grande importância na protagonização dessas mulheres na luta por seus direitos e visibilidade destes temas. Através dos poemas, busca incentivar as mulheres indígenas a utilizarem sua voz na luta e resistência, contando uma história que por muito tempo foi silenciada e esquecida. Busca abordar as vitórias dos povos indígenas, em detrimento dos males que esses vêm enfrentando desde o início da colonização. Além de dedicar as últimas páginas do livro supracitado para apresentar as diversas formas de resistência dos povos indígenas, ressaltando a inserção desses em universidades e outros espaços que permitem expressarem as necessidades atuais de seus semelhantes. Sendo assim, *Metade Cara, Metade Máscara* é fundamental para a constituição do movimento de mulheres indígenas na medida em que reivindica contar a própria história, renegada e retratada do ponto de vista do colonizador; embora a escrita da Eliane Potiguara esteja em torno de sua jornada pessoal e de sua família, as narrativas se entrecruzam com milhares de brasileiros. Este livro é, portanto, um livro de resgate, denúncia e convocação à luta.

### **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL/AMBIENTAL E EDUCAÇÃO INDÍGENA:**

## **EXPERIÊNCIAS DE ETNOEDUCAÇÃO MEDIADAS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS (TD) COM PROFESSORES POTIGUARA**

Graduanda Beatriz Macedo de Souza  
Universidade Federal de Campina Grande  
(UFCG)

Graduando Thiago Jorge da Silva  
Universidade Federal de Campina Grande  
(UFCG)

Graduanda Yona Kaluaná Ferreira de Sousa  
Universidade Federal de Campina Grande  
(UFCG)

Graduando Erik Carlos Monte de Carvalho  
Universidade Federal de Campina Grande  
(UFCG)

Doutora Juciene Ricarte Apolinário  
Universidade Federal de Campina Grande  
(UFCG).

Embasados pelo artigo 210, capítulo III, da Constituição Federal do Brasil (1988), que asseguram a formação básica comum e o respeito aos seus valores culturais e artísticos o grupo Educação-Conexão de Saberes, vem desde 2020, colaborando com os professores(as) indígenas potiguaras vinculados, em sua maioria, à Organização dos Professores Indígenas da Paraíba (OPIP), na formação do ensino sobre educação patrimonial e educação ambiental, além do desenvolvimento de atividades pedagógicas formativas e colaborativas. Para isso utilizou-se a etnoeducação que é uma metodologia que implica na experiência etnográfica enquanto travessia de fronteira interétnica compartilhada por petianos(as), professores(as) indígenas e não-indígenas nas narrativas de experiências de ensino-aprendizagem, em que se ressignifica as identidades culturais através da educação patrimonial e ambiental. As atividades ocorreram mediadas por Tecnologias Digitais (TD), em razão de sua inviabilidade na modalidade presencial nas escolas indígenas potiguaras, em função da crise sanitária causada pela pandemia novo coronavírus, necessitaram serem readaptadas. Os encontros/*webinários* e formações *on-line* junto aos professores(as) Potiguara da Paraíba, têm possibilitado a produção de conhecimento e o acúmulo de experiências fundamentais ao desenvolvimento de um conjunto de reflexões em torno da educação patrimonial/ambiental, principalmente, em perspectiva étnica de trocas e colaborações entre petianos(as) e professores(as) indígenas e não-indígenas.

## **PESQUISA-AÇÃO E A ETNOEDUCAÇÃO NAS ESCOLAS INDÍGENAS POTIGUARA**

Graduanda Emelly Alves Farias (UFCG)  
Graduando Igor Robson Moura Furtado Santos (UFCG)  
Graduanda Luiza Oliveira Braz (UFCG)  
Graduanda Jéssica Priscila de Melo Machado (UFCG)  
Dra. Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

O presente projeto visa o desenvolvimento de uma pesquisa-ação nas escolas indígenas potiguara, situadas no município de Baía da Traição. Pretende-se realizar um levantamento das práticas ancestrais relacionadas à identidade que são trabalhadas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental nas escolas indígenas do município, visando à elaboração de material didático específico e diferenciado para o auxílio das práticas pedagógicas na sala de aula, na formação de professores Potiguara com ênfase nas séries iniciais. Objetiva-se a realização de oficinas pedagógicas com os professores das escolas indígenas da Baía da Traição para confecção, elaboração e publicação de materiais específicos abrangendo diversos temas. Acompanhar o processo de alfabetização das crianças indígenas que estão nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas referidas. Promover intercâmbio e troca de experiências pedagógicas exitosas entre os professores indígenas e comunidade potiguara. Elaborar artigos científicos acadêmicos visando à divulgação dos resultados das pesquisas, respeitando a anuência dos Potiguara. Aplicaremos entrevistas estruturadas e semi estruturadas com os professores Potiguara a respeito dos costumes e práticas tradicionais possíveis de serem acrescentadas ao Currículo escolar e o que já vem sendo aplicado na perspectiva da educação patrimonial/ambiental a partir da vida pela vida e para a vida do grupo étnico e com ou sem o uso de material didático-pedagógico não-indígena. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento e com isso a comunidade potiguara conseguiu realizar importantes leituras sobre temas como etnoeducação, educação patrimonial e educação ambiental favorecendo os primeiros contatos com os professores indígenas Potiguara.